PERIFERIA EM FOCO

TECENDO DIÁLOGOS DIDÁTICO-CIENTÍFICOS EM TORNO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Roseane Cristina Santos Gomes, Luan Lacerda Ramos,
Daniele Luciano Santos, César Augusto França Ribeiro.
(Organizadores)

CAPA:
Alexandre Herculano de Souza Lima
Luan Lacerda Ramos

DIAGRAMAÇÃO
Luan Lacerda Ramos
Roseane Cristina Santos Gomes

ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES, LUAN LACERDA RAMOS, DANIELE LUCIANO SANTOS, CÉSAR AUGUSTO FRANÇA RIBEIRO
(ORGANIZADORES)

PERIFERIA EM FOCO
Tecendo diálogos didático-científicos em torno da ciência geográfica

Primeira Edição
2017

Florianópolis/SC
Bookess Editora

Bookess Editora
Florianópolis – Brasil
Rua Lauro Linhares, 1281.
88036-003 – Trindade, Florianópolis – SC

Contato
Roseane Cristina Santos Gomes
Universidade Federal de Sergipe
roseane.ufs@gmail.com

Luan Lacerda Ramos
Universidade Federal de Sergipe
luan_ramos1@hotmail.com

Daniele Luciano Santos
Universidade Federal de Sergipe
danilucisan@gmail.com

César Augusto França Ribeiro
Universidade Federal de Sergipe
cesar.franca_ufs@hotmail.com

O conteúdo deste e-book tem como objetivo divulgar as experiências de discentes e pesquisadores socializadas durante o desenvolvimento da Disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos e, sobretudo, durante a primeira edição do Fórum de Debates Periferia em Foco, realizado no período entre 03 a 04 de maio de 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Periferia em foco: tecendo diálogos didático-científicos em torno da ciência geográfica / Roseane Cristina Santos Gomes...[et al.],(organizadores). -- 1. ed. -- Florianópolis, SC: Bookess, 2017.

Outros organizadores: Luan Lacerda Ramos, Daniele Luciano Santos, César Augusto França Ribeiro.
Vários autores.
Bibliografia.
ISBN: 978-85-448-0515-2

1. Cidades 2. Crescimento urbano 3. Geografia regional 4. Periferias urbanas 5. Urbanização I. Gomes, Roseane Cristina Santos. II. Ramos, Luan Lacerda. III. Santos, Daniele Luciano. IV. Ribeiro, César Augusto França.

17-03081 CDD-307.76

Índices para catálogo sistemático:
1. Cidades: Sociologia urbana 307.76

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica, é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

DIÁLOGOS COM O ESPAÇO..... 7

A urbanização brasileira e os seus dilemas 10
Jonatas Ribeiro Marques Barbosa, Acássia Cristina Souza

O espaço rural/urbano asiático: prolegômenos de uma análise didático-científica 22
Wallace Fernando da Silva Santos, José Rival de Araújo, Tereza Raquel Muniz de Paulo, Roseane Cristina Santos Gomes

DIÁLOGOS COM O TERRITÓRIO 35

Uma breve reflexão sobre a internacionalização do território brasileiro..... 36
Heberty Ruan da Conceição Silva, Daniela Santos Feitoza, Acássia Cristina Souza

América Latina no contexto socioeconômico: diálogos com a categoria território..... 47
Denisson da Silva Santos, Francilaine de Menezes Santos, Isa Tauana Soares Santos, Roseane Cristina Santos Gomes

Questões socioeconômicas no continente asiático: adensamentos didático-científicos 57
Lucas de Almeida Santos, Hugo José Nascimento dos Santos, Robson de Jesus Santos, Luan Lacerda Ramos

América Latina: dinâmica sociodemográfica na perspectiva didático-científica 66
Aline Celestina dos Santos, Welline Resende Guimarães, Roseane Cristina Santos Gomes

África: questões sociodemográficas, socioculturais e território 78
Mizael Dias Aquino, Matheus Chagas Silva,
Maria Heluiza de Carvalho, Roseane Cristina Santos Gomes

(Des) ordem mundial, América Latina e questões didático-científicas..... 89
Heberty Ruan da Conceição Silva, Daniela Santos Feitoza,
Marcos Vinicius dos Santos Souza, César Augusto França Ribeiro,
Roseane Cristina Santos Gomes

África: questões geopolíticas e território 102
Maurício de Andrade Souza, Monys Inácio Lima,
Walter Luiz de Jesus Pires, César Augusto França Ribeiro,
Roseane Cristina Santos Gomes

DIÁLOGOS COM A PAISAGEM..... 115

Paisagem física e paisagem sociocultural na África: aproximações didático-científicas 116
Cyntia Sena Santos, Maclene da Silva Silva,
William Policarpo dos Santos, Daniele Luciano Santos

Reflexões sobre a paisagem da América Latina no conteúdo didático 125
Jaqueline da Silva dos Santos, Jonas Emanuel da Rocha Antão,
Thaís Moura dos Santos, Daniele Luciano Santos

Construíndo um diálogo didático-científico a partir dos aspectos físicos da Ásia..... 140
Murilo Mateus Soares de Matos, Lucas Silva Leite,
Daniele Luciano Santos

SOBRE OS AUTORES..... 156

APRESENTAÇÃO

Periferia em foco - Tecendo diálogos didático-científicos em torno da ciência geográfica contém uma coletânea de textos produzidos por discentes e colaboradores na disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos, ministrada pela docente Roseane Cristina Santos Gomes, no semestre letivo 2015/2. A disciplina é componente curricular dos cursos de Geografia Licenciatura Noturno e Diurno da Universidade Federal de Sergipe/Campus São Cristóvão-SE.

Seu planejamento consistiu em dois momentos, sendo o primeiro, leitura relacional de textos, capítulos de livros, artigos de Geógrafos, Sociólogos, Economistas, Filósofos, entre outros estudiosos que nos encaminhassem para análises em torno da dinâmica sócio-espacial dos países denominados periféricos, bem como leitura de livros didáticos adotados na Rede Pública e Privada de Ensino de Sergipe dentro de uma perspectiva dialógica considerando as leituras cientificas.

O segundo momento consistiu na organização e realização de um evento para interagir com outros discentes, docentes e profissionais interessados na reflexão centro-periferia universidade-escola. O evento denominado I Fórum Periferia em Foco, foi organizado a partir de uma integração entre discentes da disciplina, a ministrante e colaboradores. Foi desenvolvido no intuito de aproximar reflexões envolvendo relatos de experiências de sujeitos que vivenciam/vivenciaram a realidade dos países periféricos dentro da sua dinâmica sócio-espacial.

Foi estruturado ainda, para propiciar debates sobre os desafios, perspectivas, potencialidades e fragilidades enfrentadas por docentes das esferas públicas e privadas do Ensino Básico e os docentes dos cursos de Geografia da UFS que ministram disciplinas, cujo foco analítico-reflexivo está na dinâmica histórica, socioeconômica, geopolítica e cultural dos países enquadrados em uma (des) ordem mundial, no contexto das relações de poder dissimétricas, ancoradas pelo sistema-mundo moderno-colonial.

O I Fórum Periferia em Foco se caracterizou como um momento de visibilidade no que concernem as construções relacionais didático-científicas envolvendo conceitos e categorias da Geografia, bem como o livro didático, sendo sistematizadas por meio da produção de artigos científicos por parte dos discentes, sob a orientação da

ministrante da disciplina e co-orientação de um cientista social e dois mestrandos em Geografia, sendo também docentes da Educação Básica. São estas produções que sustentam a obra em questão, onde os discentes que a cursaram a disciplina e participaram do evento estão na autoria e coautoria dos capítulos que perfazem a publicação.

Considerando o exposto, este livro digital está esposado em três sessões, sendo a primeira denominada diálogos com o espaço, onde a categoria espaço é o pilar acerca das reflexões sobre a dinâmica rural-urbana do Brasil e do continente asiático. Já a segunda sessão - diálogos com o território, diz respeito à categoria território como eixo reflexivo para se pensar as questões socioeconômicas, sociodemográficas e socioculturais do Brasil, América Latina, Ásia e África. Por ultimo, a sessão diálogos com a paisagem que nos conduz a pensarmos como os aspectos físicos e socioculturais da paisagem do continente africano, asiático e América Latina são tratados no livro didático.

Aracaju, fevereiro de 2017.
Dra. Roseane Cristina Santos Gomes.
Geógrafa e docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

DIÁLOGOS COM O ESPAÇO

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA E OS SEUS DILEMAS

Jonatas Ribeiro Marques Barbosa
Acássia Cristina Souza

INTRODUÇÃO

Com a introdução do capitalismo no Brasil e o processo de industrialização, o espaço geográfico brasileiro alterou-se profundamente nas mais variadas escalas, o que agravou os problemas estruturais e conjunturais presentes no espaço urbano. Contudo, a urbanização se consolidou de maneira diferenciada no Brasil e nos demais países centrais e periféricos, ocasionando contradições que revelam a face perversa desse processo, pois algumas expressões dessa perversidade são a favelização, a miséria, o medo, a insegurança.

A nossa urbanização é fruto de uma construção histórica de formação do nosso espaço urbano. Esse modelo apresenta-se pautado num movimento de um novo modelo de ordenamento territorial ditado pelas regras de mercado, onde constata-se a inclusão perversa da maioria desfavorecida e verifica-se que as ocupações inadequadas não são fruto de escolhas sociais, mas decorrentes da ação dos principais agentes modeladores do Espaço Urbano, o Estado e o capital especulativo.

Objetiva-se com esse trabalho uma discussão teórica acerca da urbanização brasileira e os seus principais problemas estruturais e conjunturais. Com base no exposto, inicialmente o presente artigo apresenta uma breve discussão acerca da origem da cidade e dos seus dilemas, apontando os principais fatores que contribuíram para a formação dos grandes conglomerados urbanos, a exemplo de São Paulo, para em seguida discutir a evolução da rede urbana no Brasil a partir do século XX. Em seguida discute-se as relações do aumento populacional com o crescimento urbano.

A CIDADE E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

O processo de urbanização é um fenômeno de ordem mundial que teve seu primeiro impulso com o advento da Primeira Revolução Industrial. Na América Latina, Porto-Gonçalves (2005, p.3) salienta que "aqui, nesta América, se desenvolveram as primeiras cidades racionalmente planejadas, planejadas para dominar".

Nesse contexto, as cidades apareceram antes mesmo da mudança do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Sendo estas o local de maior expressão e materialização do espaço urbano e de suas contradições inerentes ao modo capitalista de produção. Nesse momento, objetiva-se evidenciar a cidade enquanto lócus de reprodução da urbanização brasileira, bem como discute-se como se deu o processo de urbanização no Brasil e especificamente em São Paulo.

A urbanização no mundo aconteceu de forma desigual e contraditória, revelando as suas faces mais perversas na cidade. Assim, é importante ressaltar que inicialmente usou-se a falácia de que o "ar da cidade liberta" como uma das principais iniciativas para consolidar o processo de urbanização e acumulação de mão-de-obra nas aglomerações fora do campo, pois "as cidades são modeladas, em grande medida, para satisfazer as necessidades de realização do valor produzido no interior das fábricas" (SANTOS, 2006, p. 103). Segundo Francisco Capuano Scarlato (2005)

> A história da cidade pode ser considerada como a história da humanidade. Ela é o arquivo de pedra, e sempre esteve presente nas obras dos grandes filósofos como Platão e Aristóteles, assim como Hipódomo de Mileto, colocaram a cidade como alvo de preocupações quando pensaram o destino do homem. Segundo esses filósofos, qualquer desequilíbrio da estrutura da cidade poderia significar perigo para a unidade e organização da sociedade (SCARLATO, 2005, p. 398-399).

A preocupação com a cidade é mais antiga do que a própria criação da Geografia enquanto ciência, contudo, tradicionalmente a Geografia vem estudando muito mais a morfologia urbana e os sítios das cidades do que as questões inerentes à qualidade de vida das sociedades urbanas. Mais recentemente é que esta temática vem sendo incorporada à prática científica dos geógrafos. Porém, com o surgimento da chamada geografia renovada desde o período posterior aos anos 50, seus conhecimentos vêm instrumentalizando o planejamento do território.

O processo de surgimento das primeiras cidades no Brasil se deu com a colonização portuguesa. Porém, é importante destacar que num primeiro momento não houve interesse de ocupação das terras colonizadas pelos portugueses, pois o que interessava naquele momento era o comércio mercantil (PRADO JÚNIOR, 1998). O povoamento das terras colonizadas por Portugal se deu em princípio pela necessidade de ocupação do território ocasionada pela crescente invasão dos franceses nessas terras. Assim sendo, surgiu com as capitanias hereditárias as primeiras aglomerações de povoamento. Contudo, as primeiras cidades só aparecem com o estabelecimento de certas atividades econômicas desenvolvidas no litoral, tais como o cultivo da cana-de-açúcar (PRADO JÚNIOR, 1998).

Diante do exposto, não se pode considerar que as terras colonizadas por portugueses passavam por um processo de urbanização, pois somente no século XX esse fenômeno pode ser identificado no Brasil. Foi a partir do surgimento das primeiras fábricas, que foram construídos os primeiros cortiços nos loteamentos perto destas fábricas, a fim de que os trabalhadores tivessem suas moradias bem próximas do seu local de trabalho. Nesse sentido, é importante enfatizar que inicialmente:

> É a cidade, entretanto, a referência do novo ao tempo que a fazenda mantém-se como base. Cabeça do Estado nacional, a cidade é o centro político de um arranjo de espaço de que a fazenda é o cerne econômico. Aos poucos, entretanto entre elas, emerge a fábrica como elo de interseção (MOREIRA, 2011, p. 79).

Constata-se a partir do exposto alguns indicativos característicos do estabelecimento do pacto nacional, onde novas

estruturas se estabeleceram sobre velhas bases econômicas. Porém, ao longo dos anos, com o adensamento das cidades, essa realidade passou a ser modificada, pois com a horizontalização dos grandes centros urbanos, apenas a população mais abastada financeiramente passou a ter condição de morar nesses centros. Nesse sentido, a população que possuía um poder aquisitivo baixo, ou não possuía o padrão estabelecido de legalidade conforme as novas normas do Estado, viu-se "obrigada" a se deslocar para a periferia dos grandes centros urbanos.

Outros fatores importantes para a construção das grandes cidades no Brasil foram as variáveis morfológicas, como a estrutura geológica, a hidrografia, as vias de escoamento superficial e subterrâneo. Estes são fatores de suma importância na construção dos grandes centros urbanos, principalmente para viabilizar o escoamento da produção ou trocas comerciais.

Um exemplo desse fato é a cidade de São Paulo, que desde o período colonial contou com amplas possibilidades de ligação com o interior do sudeste brasileiro, atuando como centro de articulação de várias vias fluviais. Quando planejaram a ferrovia proveniente do oeste e do norte do estado em direção ao porto de Santos, pois a escarpa do planalto dificultou a ligação direta com o porto, tornou-se indispensável passar por São Paulo. A atividade favoreceu a concentração econômica, estimulada ainda pelos recursos provenientes da monocultura do café, que nesse momento desempenhavam grande influência sobre a circulação no Brasil, como bem salienta Dias (2002).

> No Brasil a participação dos plantadores de café nas sociedades de estradas de ferro demonstra o poder social conquistado pela burguesia paulista que, decidindo sobre a configuração espacial da rede ferroviária e assim sobre a circulação, comandava de uma forma quase completa o processo produtivo (DIAS, 2002, p. 142).

Assim verifica-se o papel da cafeicultura de São Paulo no processo de urbanização e industrialização, pois na medida em que se investiu em infraestrutura impulsionou-se o crescimento dos aglomerados urbanos e com isso as primeiras indústrias se beneficiaram com os recursos deixados pela atividade cafeeira no Brasil. Foi também em plena fase colonial que se definiu o binômio São Paulo-Santos,

quando se teve que escolher as condições naturais favoráveis não só em relação a um bom porto, mas também a uma passagem pela escarpa abrupta da Serra do Mar, através do trecho onde foram implementadas hoje tanto a ferrovia como a Velha Estrada do Mar e a Via Anchieta.

Outras cidades que também cresceram por suas condições favoráveis foram Belém e Recife, devido à situação de porto e estuário das duas vias fluviais. A primeira no rio Amazonas e a segunda no rio Capibaribe que fazem a ligação com os respectivos e vastos *Hinterland* (área de influência de uma cidade), e cresceram por causa disso. No caso de Recife, as condições de sítio portuário garantiram a preponderância sobre Olinda, cidade vizinha que por decreto político português, virou o centro político e administrativo da região. E em função da prosperidade do comércio, Recife deixou de ser um simples porto de Olinda para se transformar no centro de poder político e econômico do Nordeste.

Dessa forma, a importância das cidades está na relação direta com as funções por elas desempenhadas. Entre essas funções podemos citar o comércio, a indústria, a financeira e a política, sendo a rede urbana definida pela interação entre as funções exercidas pelas diferentes cidades. Quanto mais relevantes os números e a importância de tais funções no interior desse conjunto, maior será a grandeza da cidade nela contida. Assim, são definidas as de primeira, segunda e terceira grandeza ou então as pequenas, médias e grandes cidades que constituem aquela hierarquia.

No que concernem as funções observa-se que as grandes cidades concentraram certas funções, como importantes órgãos públicos e financeiros, com certos tipos de serviços especializados: educação, medicina, serviços de manutenção e assistência a tecnologia de ponta. Sendo que, o seu raio de abrangência engloba as pequenas e médias cidades numa relação onde as pequenas desempenham papel de dependência.

Porém, quando o crescimento urbano não é controlado, como acontece principalmente, em países periféricos, resultante em certa medida do contingente populacional de migrantes e imigrantes, as consequências são alarmantes, tais como a presença de habitações deterioradas, serviços urbanos precários, a exemplo dos transportes deficientes e a ineficiência da segurança. Em decorrência outros problemas são gerados, como a segregação sócio-espacial, as diferenças

entre ricos e pobres. Além disso, inicialmente apresenta-se nesse cenário a impossibilidade de a população pobre morar no centro das grandes cidades, sendo forçados a se deslocar e ocupar loteamentos ilegais sem o aparato do Estado. Daí advém as grandes favelas que se localizam nos grandes centros urbanos capitalistas e que atualmente caracterizam de modo marcante o cenário de grandes e médias cidades.

A grande questão, porém, é saber até onde essas cidades irão crescer, e como esses problemas serão resolvidos no decorrer do tempo. Essas são perguntas que podem ocasionar profundas reflexões e grandes preocupações em críticos da sociedade excludente e estudiosos da Geografia. Este tipo de sociedade comumente se caracteriza por gerar privilégios e prioridades àqueles que detém o capital e consequentemente, o poder. Daí a importância de entender a evolução da urbanização brasileira, para desse modo compreender as origens dos seus principais dilemas.

O AVANÇO DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DO SÉCULO XX

Na medida em que se intensificavam as relações capitalistas no espaço geográfico brasileiro, novas redes técnicas estabeleciam-se e consequentemente novas redes hierarquizadas formaram-se dando o tom da organização dos nós nesse sistema de redes. Tais redes se estabeleceram para atender as crescentes demandas de circulação de capitais e de mercadorias, oriunda das atividades econômicas do passado e do presente. Por isso

> Os fluxos, de todo tipo – das mercadorias às informações pressupõem a existência das redes. A primeira propriedade das redes é a conexidade - qualidade de conexo -, que tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere RAFFESTIN. É antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar também tem de excluir (DIAS, 2002, p.148).

É possível analisar através da citação que, ao passo que a rede integra, também excluí. Dessa forma no processo de urbanização do Brasil constata-se esse fenômeno quando os eixos de atividades econômicas se deslocaram do Nordeste para o Norte e do Norte para o Sudeste. Elegeu-se São Paulo como centro polarizador das redes no sudeste, mas com a abrangência nacional excluindo-se as demais regiões ou criando-se uma rede de dependência das demais regiões ao centro polarizador do sudeste. Assim verifica-se que:

> A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado nacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementariedade econômica entre as diferentes regiões brasileiras (DIAS, 2002, p. 150).

O caráter da urbanização está ligado a como a rede urbana foi sendo estruturada de acordo com os interesses mercantis das atividades econômicas vigentes, uma vez que no século XX, é possível observar que outros fatores marcaram o avanço da urbanização. Dentre estes fatores, podemos citar: o fim da escravidão no final do século XIX; a consolidação da economia cafeeira nas primeiras décadas do século XX e o início do processo de industrialização, pois "o rearranjo econômico-demográfico vem da reafirmação cafeeira da centralidade plantacionista e o institucional da emergência do Estado nacional" (MOREIRA, 2011, p. 79). Esses fatores promoveram uma grande concentração da população que antes vivia no campo e foi para as cidades a partir da migração a procura de melhores condições de vida.

Além desses fatores pode-se citar o desenvolvimento das técnicas como um dos grandes impulsionadores do crescimento urbano no Brasil. Nesse contexto, o desenvolvimento das redes técnicas aparece como um dos grandes viabilizadores da circulação do capital nacional e estrangeiro nas cidades. Pois "todas estas inovações, fundamentais na história do capitalismo mundial, se inscreveram e modificaram os espaços nacionais, doravante sulcados por linhas e

redes técnicas que permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informação" (DIAS, 2002, p. 142).

É também no século XX que tem início o processo de metropolização a partir das cidades pólos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém. As pessoas que migram para essas regiões, geralmente estão em busca de emprego, pois esses centros concentram uma grande variedade de indústrias e também forte concentração do setor de serviços. Porém, há vários problemas ligados a metropolização, como supervalorização das terras urbana que culmina em outros problemas como o surgimento de favelas e cortiços que não oferecem condições dignas de moradia.

É importante destacar que a construção dessas grandes metrópoles atende aos interesses de reprodução ampliada do capital na medida em que:

> As megaestruturas que caracterizam as intervenções urbanas ao longo do século XX, como a construção de grandes avenidas, complexos viários, túneis, metrôs e vias de comunicação e circulação de dados (infovias) transformam o espaço no sentido de produzir uma infra-estrutura de monta que suporta, a cada novo passo, o aumento da velocidade das transações e deslocamentos necessários à realização local do valor (SANTOS, 2006, p. 103).

E nesse sentido, o processo de metropolização no caso de São Paulo alterou completamente os rumos do seu planejamento, pois constitui-se exemplo de metropolização pautada na reestruturação e consolidação do seu plano viário e de circulação, que se intensificou a partir da década de 20 tendo em vista o processo de substituição de importações. Toda essa reestruturação das grandes cidades, como no exemplo citado, atende ao interesse elementar da cidade capitalista, o de facilitar e viabilizar a reprodução, circulação do capital tendo como orientação o consumo, garantindo dessa forma, o retorno de investimentos no interior das cidades.

Assim, para atingir os objetivos desse projeto, grandes bairros industriais e operários foram estabelecidos no município de São Paulo e

estão diretamente relacionados ao atendimento das demandas por mão-de-obra. Estes surgem às margens dos sistemas de ferrovias e rodovias que foram implantadas, como por exemplo, Barra Funda, Brás, Mooca, Ipiranga. Inúmeros loteamentos e bairros residenciais nobres foram surgindo à medida que ocorria a abertura de avenidas principais ou centrais, a exemplo do surgimento dos loteamentos do bairro Jardins na Avenida Paulista.

Formou-se em São Paulo um complexo sistema de rodovias e ferrovias que possibilitou, sobretudo a partir da grande industrialização da década de 50, a integração dos seus limites de urbanização com os municípios vizinhos. Observa-se que a intensificação das redes evolui "progressivamente, toma forma um sistema geral de comunicações, combinando estradas de ferro e canais hierarquizados em dois níveis de tráfego: redes de primeira ordem e redes secundárias" (DIAS, 2002, p. 145).

Foi nesse processo de expansão que a cidade acabou incorporando núcleos que constituíam verdadeiros subúrbios distantes da capital, como o de Pinheiros, da Penha e o da Lapa. Os principais eixos de transportes da região metropolitana de São Paulo interligam e integram diferentes pontos, onde se verifica a concentração de indústrias como no ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema).

A estrutura radial concêntrica do plano de São Paulo integrada a todo esse complexo sistema de transporte rodoviário/ferroviário, centro polarizador de uma vasta rede urbana gerou uma "implosão" dos espaços interiores. Isso se deve ao envelhecimento do antigo centro e a desvalorização dos Jardins.

POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO

O processo de urbanização no Brasil se tornou importante devido às transformações sócio-espaciais do território vinculado à importância do processo de organização do espaço e o fenômeno populacional. O Brasil, em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), dispôs de mais de 200 milhões de habitantes sendo que cerca de 160.925.792 (84,3 %) dessa população reside no espaço urbano.

Dito isto, pode-se considerar que o crescimento populacional está intimamente ligado ao processo de urbanização, pois a partir desse fenômeno observou-se o desenvolvimento de uma série de técnicas que possibilitaram o avanço nas taxas de expectativa e nas condições de vida das populações que residem no espaço urbano. Por esta razão o estudo da dinâmica populacional vem causando interesse de alguns estudiosos desde o século XVIII, a exemplo de Thomas Robert Malthus.

O estudo da dinâmica demográfica a partir da obra de Thomas Malthus, no livro *Essay on the Principle of Population*, em 1798, conhecidas como teoria Malthusiana tem como objetivo explicar os fenômenos históricos de desigualdades, dominação e poder de determinados países sobre outros a partir de um contexto histórico marcado pela explosão demográfica ocorrida nos países mais pobres, utilizando-se de métodos e técnicas de controle demográfico.

Dentre as formulações teóricas deixadas por Malthus, a mais famosa é a de que "existe uma tendência universal de que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética". Essa teoria baseou-se na lei de rendimentos decrescentes que naturalmente a maior consequência seria o crescimento da fome, sendo o aumento das taxas de natalidade um dos maiores obstáculos ao crescimento econômico.

Essa teoria, mesmo rejeitada nos países desenvolvidos em virtude do desenvolvimento de técnicas de produção agrícola e da enorme queda do crescimento populacional, ainda exerce influência nos países subdesenvolvidos, considerando as características do quadro econômico e do crescimento populacional.

REFLEXÕES FINAIS

A Geografia tem um lugar privilegiado na discussão da questão urbana, pois esta é a ciência que mais se aproxima da compreensão desse processo em sua totalidade. Por isso, os estudos relacionados ao espaço urbano vêm crescendo tanto nos últimos tempos.

Entender o espaço urbano brasileiro é compreender os problemas sócio-espaciais que afetam milhares de pessoas que moram nesse espaço. A análise desse processo deve ter como ponto inicial o

processo histórico de formação desse espaço, pois somente assim compreendem-se as origens e a evolução dos seus principais problemas socioeconômicos.

Dessa forma, convém evidenciar os principais agentes modeladores, bem como o seu papel, sua importância e seu impacto na reprodução desse espaço. A análise pura e exclusiva de números não responde completamente a realidade social e as condições de vida das pessoas que moram no Espaço Urbano.

Constata-se assim que o Estado aparece como o principal modelador do espaço urbano na medida em que redimensiona as políticas públicas de acordo com interesses exteriores e hegemônicos das grandes multinacionais e transnacionais. Verifica-se também que a ação Estatal deu-se no sentido de ajustar a (des) ordem e não no sentido de suprimi-las. Esse fato alimentou o surgimento de regiões metropolitanas que reproduzem a segregação espacial.

Nesse sentido, as políticas de reordenamento territorial direcionam-se para a consolidação de um espaço urbano que atendam aos interesses do capital, e por isso algumas políticas públicas serviram para a subordinação do campo à cidade. A necessidade de políticas públicas compensatórias evidencia a presença de uma população pobre que se direcionaram para os centros urbanos. Pode-se assim dizer que a ação do Estado em relação ao problema da urbanização se caracteriza por omissões e desacertos na medida em que alimenta um "caos urbano controlado".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, M. de A. R. Brasil: uma urbanização sanguinária. In: SCARLATO, F. C. SANTOS, M. et al (orgs.). **O novo mapa do mundo** – Globalização e Espaço Latino-Americano. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 187 – 198.

CORRÊA, R. L. O urbano nos territórios esvaziados: algumas hipóteses. In: SCARLATO, F. C.; SANTOS, M. et al (orgs.). **O novo mapa do mundo** – Globalização e Espaço Latino-Americano. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 245 – 248.

DAVIDOVICH, F. R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, B. K. et al (orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, p. 79 – 96.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de. GOMES P. C. C. CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia**: conceitos e temas. 4 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

MOREIRA, R. Da Fazenda à Cidade e à Fábrica. In: MOREIRA, R. **Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Apresentação da edição em português. In: LANDER. E. (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, C. R. S. Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: **CIDADES**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 101-122, 2006.

SCARLATO, F. C. População e Urbanização Brasileira. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil.** 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005, p. 381 - 463.

O ESPAÇO RURAL/URBANO ASIÁTICO: PROLEGÔMENOS DE UMA ANÁLISE DIDÁTICO-CIENTÍFICA

Wallace Fernando da Silva Santos
José Rival de Araújo
Tereza Raquel Muniz de Paulo
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

Neste estudo visamos uma reflexão didático-científica em torno das dimensões sócio-espaciais que envolvem os países periféricos, mais especificamente, o espaço geográfico do continente asiático, cuja metodologia adotada está ancorada na análise de conteúdo, alicerçada em Bardin (1997).

A justificativa para a realização deste trabalho é a necessidade de aproximar discussões teórico-conceitual-metodológicas abordadas no livro didático, com o debate científico que vivenciamos na geografia universitária. Neste sentido, pretende-se o enriquecimento do exercício da prática docente pelo uso permanente em sala de aula da categoria de análise da Geografia - espaço. Para tal, partir-se-á do conteúdo curricular que retrata os países periféricos no Ensino Fundamental, visando o aprimoramento do conhecimento produzido na Educação Básica, bem como o que vem sendo discutido/construído pela ciência geográfica no âmbito acadêmico.

Nesta perspectiva, o ensino de Geografia na Educação Básica aponta para a necessidade da construção de uma Geografia Crítica que contribua para compreensão da totalidade, a partir dos conteúdos abordados no livro didático, visando o melhor entendimento das contradições que determinam a produção do espaço, no campo e na cidade. É fundamental despertar o aluno da Educação Básica, para um

melhor entendimento acerca da realidade da produção do espaço asiático, ou seja, desenvolver uma Geografia que contribua para uma reflexão mais apurada, envolvendo os discentes do Ensino Fundamental, tornando-os críticos e atualizados, não só acerca dos acontecimentos da conjuntura local, mas, inclusive do global.

Com o intento de analisar o conteúdo sobre os espaços rural e urbano do continente asiático, a partir do livro didático de Vesentini & Vlach (2008), que apresentam os conteúdos curriculares referentes ao 8º ano da Educação Básica, buscou-se reflexões científicas sobre o conceito de espaço e suas multidimensionalidades. Desta forma, a pesquisa bibliográfica ancorou-se em Santos (2008), para compreender o espaço enquanto categoria de análise e as reflexões de Gomes (1991), Carlos (2008), Candiotto; Corrêa (2010), Corrêa (2000) para tratar dos conceitos de espaço rural e urbano.

Posteriormente, foi desenvolvida uma reflexão analítica a partir da abordagem destes conteúdos realizada pelos autores didáticos Vesentini; Vlach (2008). O foco do estudo didático foi a Unidade IV, intitulada "Aspectos gerais do continente asiático", a partir dos capítulos quatorze ' Oriente Médio', quinze 'Subcontinente Indiano', dezesseis 'Sudeste e Leste da Ásia' e, por último, o capítulo dezessete, 'o Dragão e os Tigres Asiáticos'.

A análise do conteúdo do livro didático fundamentou-se em Bardin (1997). Esta metodologia é importante como forma de organização da análise, que pode ser dividida em "pré-análise", que envolve a leitura, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos e a referência dos índices; a "exploração do material", com a aplicação sistemática das decisões tomadas; e "tratamento dos resultados obtidos e interpretação", com a construção da análise aqui descrita.

O estudo está sequenciado em três sessões, com a primeira intitulada "Espaço e sua multidimensionalidade no contexto Rural e Urbano", onde serão discorridas questões referentes ao espaço, enquanto categoria, à luz de Milton Santos e outros autores de cunho científico, as funções e dimensões no campo e na cidade, suas imbricações pela ótica dos autores científicos; A segunda sessão intitulada "Reflexão didático-científica acerca do conteúdo asiático na perspectiva espaço rural e urbano" onde se encontram a descrição do

livro didático com sugestões de abordagens didático-científicas; e por fim as "Considerações finais".

ESPAÇO E SUA MULTIMENSIONALIDADE NO CONTEXTO RURAL E URBANO

Estudar o espaço é, acima de tudo, ansiar desmitificar e conhecer os diversos atores sociais que estão envolvidos nos processos de construção/destruição/reconstrução e apropriação dos recortes espaciais de uma determinada realidade, mas precisa-se levar em consideração não só as ações desenvolvidas por tais atores sociais no presente, as que foram praticadas no decorrer histórico.

Dentro desta perspectiva e para melhor entendimento acerca do espaço asiático, faz-se necessário entender que o espaço não se apresenta de forma homogênea, visto que existe uma enorme diversidade presente no continente asiático, o que exige um olhar aguçado que possa abarcar essas diversidades de forma que não privilegie uma ou outra, mas que as contemple nos mais diversos aspectos e em todos os âmbitos da totalidade da realidade asiática.

Sabe-se que os processos de transformações do espaço estão em constante movimento, por isso, não se pode pensar o espaço como se fosse estático, imóvel, parado, isolado, pois há uma dinamicidade que produz transformações. Convém salientar que os principais responsáveis pelas transformações espaciais são os atores sociais. Estes produzem os espaços de acordo com as suas condições, econômicas, sociais, políticas e culturais almejando suprir suas necessidades e, sobretudo, atender os seus interesses.

Os processos de transformação do espaço ocorrem com maior ou menor intensidade conforme os recursos que estão disponíveis para os atores envolvidos, mas cabe ressaltar que as transformações espaciais não estão atreladas apenas a quantidade de recursos disponíveis em um determinado lugar, uma vez que estas possuem diversas intencionalidades que acabam direcionando tais processos, sendo na maioria das vezes, ditados por atores externos àquela realidade, modificando o modo de viva das pessoas e, muitas vezes, gerando problemas irreversíveis para as populações locais.

Para que se possa ter uma concepção que facilite o entendimento e compreensão dos processos de transformações

espaciais que ocorreram e ocorrerão nos espaços urbano e rural do continente asiático é imprescindível, em primeiro lugar, que se tenha uma noção do conceito de espaço e para auxiliar essa compreensão buscou-se fundamentação a partir do conceito desenvolvido por Milton Santos.

Segundo Santos (2008), o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ainda segundo o autor supracitado, os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Desta forma, os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos (SANTOS 2008).

Já de acordo com Gomes (1991), em complementaridade à Santos (2008), o espaço produzido possui três dimensões principais, que são em primeiro, a dimensão produtiva, criada por meio do trabalho de cunho produtivo e social; em segundo a dimensão histórica, que é gerada pela ação do homem coletivo e organizado e, por último, a dimensão social, onde o espaço é resultado de várias dimensões que compreendem uma totalidade, à qual se atribui o nome genérico de paisagem. Desta forma, Gomes (1991) traz um fator importante para a compreensão do espaço, que é a totalidade das estruturas, das formas, das funções e dos processos neste imbuído.

Ao tratar da produção do espaço urbano, Carlos (2008) assevera o espaço enquanto sistema de objeto de ações e espaço produzido, ao refletir que "é o lugar da divisão social do trabalho, dentro do processo produtivo e na sociedade e é também um elo na divisão espacial do trabalho na totalidade do espaço (tanto no nível local, regional, nacional, como no internacional)" (CARLOS, 2008, p. 84).

No tocante aos espaços urbano e rural do continente asiático, pode-se ressaltar que as transformações que acontecem atualmente em ambos, não ocorrem de forma isolada, uma vez que, os sistemas de objetos e os sistemas de ações, estão presentes em todo espaço geográfico do continente asiático.

Porém, a forma de utilização e o grau de velocidade impulsionado por estes sistemas não ocorrem na mesma proporção em todos os espaços, ou seja, não há uma uniformidade na distribuição, visto que, em alguns espaços ocorre a presença massiva destes sistemas de objetos e ações. Nestes espaços as transformações ocorrem de

forma mais rápidas, enquanto que em outros espaços, essa presença acontece com menor intensidade, de forma lenta e dispersa.

Para entendermos os diferentes usos dos sistemas de objetos e sistemas de ações no processo de transformação dos espaços urbano e rural do continente asiático nos dias atuais, buscamos apoio mais uma vez em Santos (2008), como se observa na reflexão abaixo:

> Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação econômica e das outras ações. São objetos que tendem à unicidade, um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte. Refiro-me, sobre tudo, aos objetos novos, àqueles que formam os sistemas hegemônicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemônicas (SANTOS, 2008, p. 86).

Para que haja um conhecimento mais aprofundado sobre o espaço geográfico do continente asiático, é importante identificar e esclarecer o papel desempenhado pelos agentes modeladores dos espaços urbano e rural, demonstrando que nos dias atuais, diversas atividades que eram desenvolvidas nas cidades estão sendo deslocadas cada vez mais para o campo, o que significa dizer que existe uma forte ligação entre os espaços urbano e rural, exigindo desta forma, um esforço maior daqueles que desejam ter uma visão mais ampla acerca de tal fenômeno. Para nos auxiliar nessa compreensão recorremos a Santos (2008), Corrêa; Candiotto (2008), Corrêa (2000) que nos dão esclarecimentos que facilitam nossa compreensão acerca da interligação rural-urbano.

Santos (2008), afirma que a interligação acima está relacionada com o avanço do sistema capitalista no campo, ressaltando que nos dias atuais, diversos investimentos que antes eram realizados nas cidades, expandiram-se com maior intensidade em direção ao espaço rural.

> A cidade não é mais o *lócus* por excelência dos capitais novos. Esses lócus do capital hegemônico facilmente difundido é o campo, onde as horizontalidades que se estabelecem têm como base material a ciência, a tecnologia e a informação. A cidade é um lugar que se recusa a essa difusão rápida e fácil do capital novo. O campo é o lugar onde uma certa tipologia de capital, de tecnologia e de organização se dá de forma espalhada sobre certas áreas, redefinindo-as (SANTOS, 2008. p. 90).

Com isto, o autor supracitado demonstra que o campo não pode ser visto como um espaço onde se perpetua o atraso e nenhuma intencionalidade. Pela via oposta, o campo é reinventado com diversas intencionalidades imbuídas, com diversos conflitos, ressignificações, processos de apropriação, desapropriação e re-apropriação da terra, resistências. A cidade, materializada, engessada pela sua organização espacial, e pelos seus usos do solo justapostos, tem uma dificuldade maior em receber e difundir novos capitais e novas transformações. Contudo, tais espaços, mundialmente falando, se apresentam de forma conectada, interligada, não sendo assim contrários, mas diferentes e complementares, a partir das suas funções.

Para se ter um melhor entendimento acerca dessa interligação entre o rural-urbano e as atividades que atualmente são desenvolvidas em ambos no espaço geográfico do continente asiático, recorremos a Correa; Candiotto (2008) que nos esclarece sobre a ideia de *continuum*.

> Novas atividades surgem dando ao campo funções que eles não tinham anteriormente. Essas atividades não agrícolas estariam ligadas à indústria, à prestação de serviços diversos e à busca do rural pela população urbana para o lazer, o descanso e a residência. O espaço urbano e o espaço rural são, contudo, cada vez mais dinâmicos e interligados (CORREA; CANDIOTO, 2008. p. 218).

O processo de transformação e ocupação dos espaços do continente asiático está diretamente relacionado não só aos interesses

sociais, econômicos, políticos e culturais das populações asiáticas, mas também de diversos grupos estrangeiros que exercem forte influência nas decisões referentes ao processo de transformação desses espaços.

Dentre os principais responsáveis pelas transformações desses espaços, destacamos que alguns deles produzem os espaços de forma mais rápida para atender os interesses do capital e auferir lucros exorbitantes, gerando desta forma, um acentuado processo de segregação sócio-espacial no continente. Com base em Corrêa (2000), inferimos que os espaços rural e urbano do continente asiático são modelados pelos seguintes agentes: 1º - Os proprietários dos meios de produção; 2º - Os proprietários fundiários; 3º - Os promotores imobiliários; 4º - O Estado; 5º - Os grupos sociais excluídos.

Para facilitar nossa compreensão acerca das ações engendradas por esses agentes no processo de transformação, ocupação e apropriação desses espaços, recorremos a Corrêa (2000) para entender a forma como o espaço é produzido.

> Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial e residencial, de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução de relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 2000, p. 11- 12).

Assim, o autor deixa claro quais são as intencionalidades colocadas no espaço rural e urbano, se pensarmos estes inseridos num mundo de globalização da economia, com vistas a estender para o campo o valor de troca da terra que está generalizado no espaço

urbano, a partir da sua fragmentação-articulação e justaposição de usos do solo. Desta forma, o espaço é um reflexo da sociedade que o produz. Reflexo e condicionante. Este entendimento sobre espaço é fundamental e trampolim acerca da reflexão feita a seguir.

O ESPAÇO RURAL/URBANO ASIÁTICO NO CONTEXTO DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Ao analisarmos como os autores Vesentini**;** Vlach (2009) estruturam o conteúdo, observamos que os mesmos regionalizam o continente asiático para explicações em capítulos: 'Oriente Médio', 'Sul Asiático', 'Sudoeste-Leste Asiático' e, por último, 'O Dragão e os Tigres Asiáticos'. Ao analisar os conteúdos do livro didático percebe-se que a estrutura adotada se assemelha em todos os capítulos.

O capítulo quatorze, intitulado pelos autores de 'Oriente Médio' inicia-se com a abordagem sobre os aspectos físicos da região, as divisões políticas, em que é enfatizada a questão dos conflitos e do terrorismo. Porém, no tocante a questão rural e urbana adotada pelos autores, percebeu-se que esta é tratada de forma discreta, trazendo sobre o espaço urbano apenas fotografias das cidades que estão em constante conflito, ou seja, não abordam como este segmento espacial é produzido.

Sobre o espaço rural, pode-se identificar que em poucos momentos os autores abordam a temática, destacam apenas o grupo Kibutzim, que é uma comunidade coletiva voluntária que representa papel importante em Israel e, embora represente apenas 3,5% da população do país, ela é responsável por cerca de 40% da produção agrícola que é exportada e por uma parte da produção industrial do país.

Ao analisar as formas de abordagens adotadas pelos autores, percebe-se que é necessário aprofundar o conhecimento tendo como base as ideias de Milton Santos, quando o mesmo reflete acerca do meio técnico-científico-informacional, onde a comunidade kibutzim, apesar de estar situada na zona rural, investe maciçamente na tecnificação do solo e representa, como citado anteriormente, parte da produção industrial de Israel.

Nesse sentido, temos uma ideia de *continuum* do meio técnico-científico-informacional tanto no rural como no urbano. Ressalta-se

que a questão não é abordada, por Vesentini e Vlach (2009), pois há apenas uma nota descritiva para falar sobre os kibutzim apenas em Israel, não apontando a produção do espaço rural em outras partes da região.

O capitulo quinze, intitulado pelos autores de 'Sul da Ásia' ou 'subcontinente indiano' os mesmos abordam de maneira descritiva os aspectos físicos do Sul da Ásia, a população e diversidades étnicas; descreve as questões econômicas. Em se tratando espaço rural, os autores abordam a questão do sistema de *plantation*, da revolução verde e da alta densidade populacional com exclusividade para a Índia. E, ao se referirem ao espaço urbano nos sucintos momentos em que isso acontece, ocorrem generalizações sobre a ideia de metrópole subdesenvolvida com foco para a baixa densidade populacional, trazendo isto de forma pontual.

Neste sentido, sugere-se que seja aprofundando a questão do espaço urbano no subcontinente Indiano, elucidando a ideia de segregação sócio-espacial, do espaço como mercadoria, do meio técnico-científico-informacional no espaço urbano abordando a ideia de heterogeneidade do espaço produzido e não apenas a descrição como é realizada no tópico.

Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que o grande contingente populacional concentrado nas principais cidades do continente asiático não ocorre de forma espontânea, mas que essas grandes aglomerações ocupam os espaços urbanos em busca de melhores condições de sobrevivência devido a falta de oportunidades e de políticas públicas que lhe garantam melhores condições de vida em seus lugares de origem. Desse modo é interessante recorrer a Carlos (2008), para ter uma visão mais aprofundada acerca do uso do espaço urbano como mercadoria. No que concerne a problemática ressalta a autora:

> Assim, a cidade aparece com um bem material, consumida de acordo com as leis da reprodução do capital. Este processo tem por característica fundamental produzir um produto fruto do processo de trabalho considerado como processo de valorização, que seja mercadoria e que se realize através do mercado. No caso do espaço urbano ele é um produto que possui um valor uso e de troca específicos: como produto que

> processo, ele é mercadoria, como condição para produção, é capital fixo (CARLOS, 2008, p. 85).

No capítulo dezesseis 'Sudeste e Leste da Ásia', Vesentini**;** Vlach (2009) abordam novamente os aspectos gerais, físicos, a questão econômica e a população de forma meramente descritiva. Ao analisar por uma perspectiva do espaço rural e urbano, os autores trazem do espaço urbano apenas citações de forma descritiva das principais cidades, e sobre o espaço rural abordam a questão da monocultura do arroz e os outros gêneros alimentícios. Porém, não fazem uma ligação entre os aspectos físicos da região e a produção intensa da cultivação do arroz, setor que é economicamente importante para região.

Outro tópico interessante sobre o espaço rural é quando os autores abordam a questão dos narcóticos na Tailândia que apesar de ser um comércio ilegal feito de forma clandestina, é muito importante para economia do país. Neste sentido, faz-se necessário que seja abordada a ideia do sistema de objetos e ações, bem como o meio técnico-científico-informacional para o espaço urbano e adotar como reflexão para a ideia da produção dos narcóticos a questão do espaço habitado dialeticamente como exclusão e como luta política.

No capítulo dezessete, Dragão e Tigres Asiáticos, diferente dos capítulos anteriores, Vesentini**;** Vlach (2009) optaram por suprimir os aspectos físicos abordados em todos os capítulos anteriormente citados. Eles iniciam o capitulo tratando dos tigres asiáticos, enfatizando de forma emblemática a ascensão econômica desses países, sem relacionar o crescimento econômico com fatores externos que influenciaram e continuam influenciando a economia desses países, ou seja, não fazem nenhuma ligação com o processo de globalização.

Posteriormente, focam na China, enfatizando que grande parte da população deste país é predominantemente rural; analisam a questão econômica, onde abordam a mão de obra no setor primário com a agricultura e a extração de minérios. Sobre o espaço urbano, os autores são pontuais, adotando apenas fotografias dos principais centros urbanos. Neste sentido, torna-se importante a sugestão de uma atualização, principalmente do que vem acontecendo com a China, no que se refere à industrialização e crescimento econômico.

Aprofundar a ideia do sistema de objetos e sistema de ações e do meio técnico-científico-informacional ressaltado por Santos (2008),

quando ele salienta que nos últimos quarenta anos foram fabricados mais objetos do que nos quarenta mil anos precedentes para que se possa ter uma melhor compreensão acerca do processo de industrialização dos tigres asiáticos, da ascensão econômica e da produção desenfreada de objetos, bem como do espaço como luta política em relação às Coreias.

É importante a abordagem, principalmente sobre os tigres asiáticos no quesito do espaço rural, pois em meio a toda essa produção desenfreada cada vez mais tecnologicamente inovadora, tem-se a ideia de que não existe a economia de base rural nesses países, onde temos como exemplo, a pecuária intensiva em Seul, que é a maior metrópole da República da Coreia do Sul, fato este que fica obscuro no livro didático pela abordagem dos autores.

Os autores poderiam, em edições seguintes, ou o professor que se utilizar, no Ensino Básico, deste livro didático trabalhar melhor as questões do que vem a ser rural e urbano ao ministrar suas aulas; o conceito de camponês, agricultura camponesa; o espaço como luta política; o espaço multidimensional; o conceito de ruralidades e urbanidades; o espaço enquanto simbólico no rural e no urbano; a ideia de heterogeneidade; o espaço como mercadoria e, por fim, o conceito de meio técnico-científico-informacional.

Enquanto potencialidade, os autores trazem fotografias documentais acerca dos espaços rural e urbano que poderiam ser melhores abordadas pelo docente em termos dos aspectos do que vem ser o rural e urbano se estas elucidassem com maior clareza os constantes conflitos e as lutas de classes que estão imbuídas em ambos os espaços e que são as responsáveis pelas transformações espaciais, além disso, trazem também gráficos e tabelas acerca de população rural e urbana, e ainda que minimamente, cita os principais cultivos e extração de minérios a partir de mapas temáticos. Nota-se que o espaço produzido no rural e no urbano é tratado no livro didático, contudo, de forma superficial cabendo ao docente que adotar tal livro, adensar as reflexões acerca dos requisitos curriculares exigidos na educação básica.

REFLEXÕES FINAIS

O espaço é uma categoria que não pode ser deixada de lado, pelos professores principalmente, por ser multidimensional e substrato

das ações humanas para um entendimento sistemático da realidade, e comportar as demais categorias de análise da ciência geográfica. Destarte, é fundamental esta aproximação entre os conteúdos dos livros didáticos com os conhecimentos que são produzidos na academia, visto que, esta aproximação possibilita uma melhor compreensão do espaço geográfico em que o aluno está inserido, possibilitando-lhe um conhecimento mais acurado acerca não só da realidade local, mas também da global.

Portanto, é importante destacar a relevância deste trabalho, pois permite que os docentes busquem novos mecanismos que perpassem o conteúdo posto no livro didático, refletindo sobre o abordado na academia, formando uma análise correlacional didático-científica. Assim, caminhamos para a construção de uma Geografia desmistificadora e esclarecedora das diferentes realidades e em todos os âmbitos da vida.

O livro didático é um importante aliado do professor em sala de aula, pois muitas das vezes é o único recurso disponível ao aluno. Porém, cabe ao professor "moldá-lo" a seu favor para que desta forma possa contribuir para a formação de cidadãos mais críticos e reflexivos. A construção de uma sociedade democrática se faz com cidadãos críticos, reflexivos, mais conscientes da sua condição de sujeitos social e histórico.

Diante do exposto percebeu-se que este estudo é de fundamental relevância para o exercício da prática docente, pois, através dele notou-se que é possível não só selecionar os conteúdos que serão ministrados na sala de aula, como também ele permite ao docente maior ampliação dos conhecimentos acerca da realidade dos materiais didáticos que são produzidos e distribuídos para os alunos da Educação Básica.

Este exame de conteúdos permitiu-nos perceber que é possível trabalhar em sala de aula utilizando novas metodologias que complementam os conteúdos do livro didático, possibilitando aos discentes novos conhecimentos que ampliarão e despertarão os interesses dos mesmos para além dos materiais fornecidos pelas instituições de ensino básico. Por fim, também serve de incentivo para que o docente sempre busque atualizar-se acerca dos materiais que são produzidos nas universidades e possa fazer essa ponte entre os materiais didáticos e os que são produzidos nas academias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

CARLOS, Ana Fani. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Ed. USP, 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, Urbanidades e a Tecnicização do Rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária,** v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

GOMES. Horieste. **A produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Editora USP, 2008.

VESENTINI, José Willian; VLACH, Vânia. **Geografia Crítica – Geografia do Mundo Subdesenvolvido** – 8º ano. São Paulo: Ática, 2008.

DIÁLOGOS COM O TERRITÓRIO

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Heberty Ruan da Conceição Silva
Daniela Santos Feitoza
Acássia Cristina Souza

INTRODUÇÃO

No presente capítulo, o objetivo central é analisar como o Brasil se inseriu no capitalismo monopolista mundial, a partir da internacionalização de sua economia, considerando principalmente o capitalismo monopolista mundial. Além disso, buscamos compreender brevemente as consequências dessa inserção para o país.

A motivação para a construção desse trabalho advém da busca de satisfação pessoal, considerada instigante, desafiadora e contraditória. Instigante por sua forte carga teórica. Desafiadora, pois é necessário desenvolver muitas leituras para desenvolver a mínima compreensão da problemática. E contraditória no que diz respeito aos inúmeros pontos de vista que são identificados.

Enquanto parte integrante da disciplina Geografia do Brasil, este trabalho justifica-se pela necessidade de refletir sobre as relações geopolíticas estabelecidas entre o Brasil, país periférico, em relação aos países considerados desenvolvidos, a partir da internacionalização de sua economia.

Sendo assim, foram selecionadas algumas metodologias como a pesquisa e o levantamento bibliográfico e documental, que contribuíram para o adensamento da base teórica-conceitual, sobre território, poder, divisão internacional do trabalho, internacionalização da economia, dentre outros.

Para tanto a presente análise está estruturada em duas principais partes: a primeira embasa o referencial teórico, com uma reflexão acerca do território e o Brasil no contexto da

internacionalização de sua economia, e a segunda parte destaca principalmente, as consequências dessa internacionalização para o país.

TERRITÓRIO E PODER ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Quando analisamos a história da humanidade, considerando principalmente a sua organização sócioespacial, é possível constatar que o território é uma necessidade vital para as sociedades existentes no mundo, sendo importante para a reprodução dos mais diversos povos, nações e Estados. O desejo pelo território e sua expansão, contribuiu para o surgimento de milhares de conflitos, desde a antiguidade até os dias atuais.

> Podemos dizer que as sociedades antigas mais organizadas eram guerreiras e tinha como fim a eliminação absoluta de seus inimigos. No entanto, o mais importante nessa questão é que essas guerras tinham uma característica central: eram guerras territoriais. Ou seja, o objetivo era conquistar territórios e submeter o vencido a humilhações, escravidão e pagamentos reparatórios (COSTA, 2010, p. 85).

Neste sentido é evidente que a luta pelo território não é um fenômeno novo e se destacou inicialmente como principal motivo para a anunciação de guerras e conflitos. Ainda podemos analisar que a conquista territorial contribui para o empoderamento de um povo e o enfraquecimento de outro, na relação conquistador/conquistado, evidenciando assim as relações de poder.

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2004, p.01).

Sendo assim, destacamos que o território está intimamente ligado ao poder, a partir das relações políticas, sociais, econômicas, materiais e culturais que são estabelecidas no nosso dia a dia, pois

> As relações de poder supõem assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício, e o território é tanto um meio quanto uma condição de possibilidades de algumas dessas estratégias (CASTRO, 2005, p.95).

Tal acepção pode ser evidenciada, sobretudo, no mundo atual, onde podemos observar o forte poder e representação de alguns países que possuem elevada influência global, enquanto outros permanecem como coadjuvantes nesse processo. Tal fato nos faz refletir sobre as territorialidades.

> A territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.14).

A partir das territorialidades podemos compreender a complexidade e dimensão do nosso espaço vivido na sociedade, principalmente considerando as relações estabelecidas entre os países do mundo, que atende a dialética existencial/produtivista, proposto por Raffestin (1993), no qual podemos destacar o poder político como existencial e o poder econômico como produtivista, que ditam as regras das relações internacionais.

Neste sentido, as relações de poder existente no território são consideradas territorialidades e são fatores determinantes para a própria constituição do processo de territorialização.

> O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações

> socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras (SAQUET, 2007, p. 58).

O Território como produto de apropriação e domínio social nos faz remeter as questões geopolíticas que inflamam o mundo atual, onde podemos identificar o domínio e a apropriação do centro hegemônico do poder em relação à periferia do mundo, a partir das territorialidades que têm sido construídas no contexto da des-ordem mundial.

"Os territórios possuem diferenças de acordo com os grupos de poderes que agem neste espaço e estampam suas características e objetividades, moldando o espaço conforme suas relações" (TEIXEIRA; ANDRADE, 2010, p. 4). É nesse contexto que o mundo atual se divide considerando a lógica centro/periferia, onde podemos identificar tais diferenças dissimétricas de poderes entre os países do centro e da periferia, onde a periferia, nessa lógica, encontra-se subalterna aos mandos e desmandos do centro.

O poder político e econômico são as mais poderosas estratégias da geopolítica mundial para a definição dos mais diversos territórios, sobretudo o território do capitalismo monopolista, comandado pelos grandes empresários dos países mais ricos do planeta e que se expandiu com rapidez para os países pobres.

"Era preciso industrializar e desenvolver economicamente os países periféricos" esse era o discurso político que os grandes empresários do mundo utilizavam para que os territórios nacionais dos países periféricos se abrissem para os seus investimentos, além disso, ofereciam condições financeiras quase que irrecusáveis, como empréstimo de grandes valores em dólares sem a necessidade de comprovação. Desta maneira, muitos países como o Brasil adentraram nesse circuito de internacionalização do seu território.

O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL EM PROL DA DEPENDÊNCIA DO BRASIL

A economia política mundial é muito tendenciosa e repleta de armadilhas, no sentido de acorrentar e manter submisso alguns países em relação a outros. Contudo, essas armadilhas não estão escancaradas

e visíveis a olho nu, muito pelo contrário, estão disfarçadas a partir do discurso de desenvolvimento econômico dos países mais fracos.

Falar de economia política mundial é antes de qualquer coisa, destacar a divisão Internacional do Trabalho – DIT, pois a partir dela, podemos perceber como os países se articulam através de uma geopolítica baseada na dinâmica econômica do trabalho. A partir da DIT, percebemos quais são os países que estão no centro econômico e hegemônico do poder, e aqueles que não chegam nem perto disso.

> A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. (GALEANO, 2015, p.17).

O Brasil encontra-se neste contexto da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho. Destaca-se sempre como um país que disponibiliza seu território para as explorações, tendo à frente os países hegemônicos. Nessa relação há perdas que são dão a partir de relações dissimétricas de poder através do genocídio praticado a nossa cultura, crenças e práticas no período da colonização portuguesa. E também perde nas relações econômicas, uma vez que seus recursos são vendidos a baixos valores e outros adquiridos a altos custos, principalmente os industrializados.

Com o advento da industrialização no mundo e com a ideia difundida de que os países só alcançariam o desenvolvimento com a industrialização, o Brasil se abre a capitais privados nacionais e estrangeiros, para se desenvolver, aos moldes previstos pelos países hegemônicos. Porém, o capital estatal manteve um papel muito importante nesse processo de desenvolvimento industrial nacional, que até então era ausente.

> A ausência dessa base industrial prévia exigiu profundas transformações no momento em que se empreendeu o esforço de aprofundar a divisão social do trabalho através da industrialização. O

> Estado e o capital estrangeiro emergiram nesse processo, qualitativamente, como duas forças novas. Essas duas forças sociais redefiniram-se, adquirindo uma nova qualidade no processo econômico e particularmente no processo político. (OLIVEIRA, 2008, p. 308).

Neste sentido percebemos o forte papel do Estado Nacional para o desenvolvimento industrial do nosso país, que no início deste desenvolvimento era ancorada em um tripé econômico. De acordo com Oliveira (2008, p.310) "o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o Estado compuseram o tripé econômico-social e político que deram sustentação à industrialização brasileira". A partir deste momento, percebemos o crescimento de empresas estatais e o investimento do Estado em infraestrutura para o tão sonhado desenvolvimento.

Mas cabe destacar, que esse desenvolvimento custou muito caro para o Brasil, aumentando expressivamente suas dívidas no exterior a partir de empréstimos feitos por órgãos de governança globais, que são dirigidos e comandados, pelos países hegemônicos. Com isso, o nosso país tornou-se dependente desses órgãos financeiros e a mercê de suas ordens e vontades.

O BRASIL NA CONJUNTURA INTERNACIONAL

O contexto em que se encontrava o Brasil na década de 80, em que foi considerado por muitos estudiosos como a década perdida, em decorrência das dívidas crescentes externas, pela inflação, pelo nível de desigualdade social extremo, e por um baixíssimo crescimento econômico, frente a sua condição no cenário internacional, o Brasil nessa perspectiva adentrou em profunda crise, em que esta favorece a entrada do país no mapa da geografia da dominação.

> Neste contexto, o papel do Brasil na Nova Ordem Mundial pautou-se em transformações em seu comportamento político e econômico. No âmbito político, o regime ditatorial foi substituído na década de 1980 por uma democracia presidencialista, quando os governos posteriores adotaram uma política neoliberal,

> minimizando a participação do Estado na economia e garantindo o predomínio da iniciativa privada, inclusive em setores estratégicos, como a mineração, os transportes, as telecomunicações e energia (OLIVEIRA, 2000, p.90).

Neste sentido, é a partir desse processo que o território brasileiro entra de fato no hall da internacionalização da economia neoliberal. Oliveira destaca:

> Essa postura seguiu uma tendência internacional posta no chamado Conselho de Washington, em que os países do chamado Norte desenvolvido pressionaram os países do sul emergente para a adoção de políticas neoliberais, além de uma maior abertura comercial por parte desses países, o que se viu plenamente nos anos 2000 no país (2000, p. 94).

Nesse segmento as condições internas foram necessárias e fundamentais a dominação monopolista internacional, e o Brasil colocou-se inteiramente à mercê do processo neoliberal, cedendo as exigências externas, no que diz respeito as privatizações de empresas estatais, diversificando o setor financeiro com o capital misto (nacional e estrangeiro), como meio de alavancar a economia nacional, que se manteve em crise na chamada década perdida de 1980.

A DÍVIDA EXTERNA E A DEPENDÊNCIA DO BRASIL COM OS ÓRGÃOS BILATERAIS

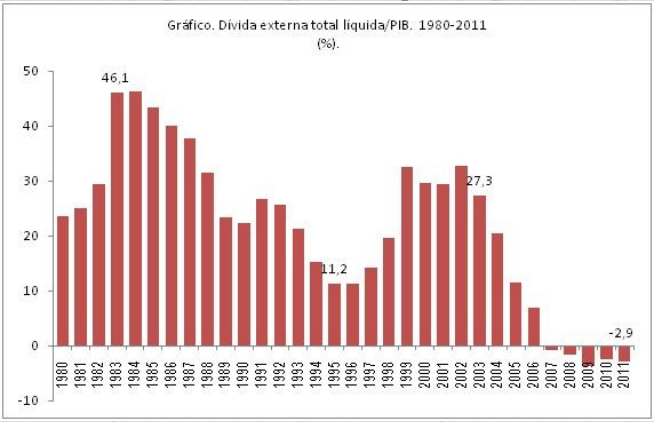
> As mudanças ocorridas na economia nas últimas décadas podem demonstrar como o jogo do poder mundial está subordinado aos interesses do grande capital e das grandes corporações transnacionais, sem falar dos organismos internacionais que atuam como verdadeiros gerentes da economia global, em especial o capital financeiro, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 31).

O Brasil, subordinado a essa lógica da des-ordem mundial, submeteu-se a consensos e regras regidas por essas instituições como garantia de inserção do país no seio da economia global, bem como no sistema de neoliberalismo. O Brasil foi um dos países da América do Sul em que a sua economia deu um salto vertiginoso de crescimento nos primeiros anos de atuação do capital internacional. Em contrapartida, a queda econômica refletiu não só nos setores governamentais, mas intensificou os problemas sociais e de desemprego estrutural no país, o qual teve respaldo diretamente no consumo interno e na balança comercial favorável.

Neste sentido, a internacionalização da economia brasileira acarretou mais prejuízos que benefícios, gerando a quebra do setor financeiro através das taxas de flutuações de câmbio, da moeda instável e da inflação incontrolável, provocando o aumento expressivo da dívida externa.

Este fato demonstra como o Brasil está inserido economicamente no circuito do capitalismo financeiro internacional e como as oscilações externas o afeta diretamente, quando as taxas de juros Libor (London Interbankoff Rate – Taxa interbancária de Londres) e Prime Rate aumentaram no final dos anos 70 e contribuíram para o aumento da dívida contraída.

Gráfico 1 – Dívida Externa Total líquida/PIB. 1980-2011.



Fonte: Banco Central
Organização: Ricardo Lacerda, 2012.

No final dos anos 1970, o Banco Central dos EUA elevou sua taxa de redesconto de 12% para 13% e forçou outros países a realizar o mesmo procedimento. Essas elevações nas taxas de juros internacionais foram catastróficas para o Brasil, pois cerca de 60% da dívida externa baseavam-se em contratos com juros flutuantes que eram renegociados a cada seis meses. Com a alta não só a dívida aumentou, mas também o custo de novos empréstimos. Cada 1% no aumento da taxa de juros representou 300 milhões de dólares a mais para o Brasil. E como o aumento em 1979 foi de 4%, o rombo alcançou a cifra de 1,2 bilhão de dólares em juros.

A aliança da elite brasileira junto com o poder do bloco político desenvolveu uma política internacionalizada, tornando as relações de exploração e dominação no viés "sem fronteiras e sem pátria". Esse processo pode ser observado nas relações comerciais entre o Brasil e o Exterior (OLIVEIRA, 2000).

A dominação da economia brasileira pela economia monopolista internacional trouxe para o país mudanças na DIT, em que o Brasil passou por transformações em relação principalmente ao setor produtivo da agropecuária, passando a ser agroexportador de grãos e cana-de-açúcar. Isto de certa forma transformou o Brasil em um país incentivador do uso de tecnologias e mecanização no campo,

alimentado pelo setor terciário, de ciência e tecnologia, como a transgenia e a adubação química (fertilização e defensivo agrícolas).

REFLEXÕES FINAIS

A economia brasileira a partir do processo de internacionalização contribuiu para alavancar o país no cenário econômico mundial, com a prerrogativa de oscilações na estabilidade econômica. Bem como no quadro social do país, em que o Estado se tornou pouco presente nas ações sociais de saúde e educação.

A dívida externa brasileira se elevou drasticamente causando perda de autonomia, além do aumento da dependência e obediência aos órgãos financeiros mundiais, principalmente ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial, preponderantes nesse processo. A internacionalização da economia brasileira, também provocou profundas mudanças na sua lógica de organização e produção, a partir de sua inserção na divisão internacional do trabalho, uma vez definido que o país se tornaria exportador de produtos agrícolas e importador de tecnologia.

Tais consequências ainda são preponderantes e predominantemente visíveis no contexto atual. O Brasil ainda não conseguiu quitar a dívida contraída a juros altíssimos, e a mesma aumenta a cada dia, contribuindo para que o país permaneça numa posição de hegemonizado na lógica das relações de poder mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Iná Elias de. O poder e o poder político como problema. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e poder: território, escalas de análises e instituições.** Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005, p. 95-121.

COSTA, José Eloízio da. Aula 8: Geografia politica da guerra. In: COSTA, José Eloízio da. **Geografia política**. **CESAD/UFS**. 2010, p. 83-91.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____; PORTO-GONÇALVES, C. W. A **Nova des-ordem mundial**. São Paulo. Ed UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A inserção do Brasil no capitalismo monopolista mundial. In: ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo, Ed. USP, 2008. p.239-283.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução: Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Áurea Andrade Viana de. O conceito de território como categoria de análise. Anais do **XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**. Porto Alegre/RS, 2010.

AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO: DIÁLOGOS COM A CATEGORIA TERRITÓRIO

Denisson da Silva Santos
Francilaine de Menezes Santos
Isa Tauana Soares Santos
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

Durante o curso de Geografia, é possível compreender a importância dos estudos e abordagens teórico-filosóficas que envolvem as categorias geográficas para a análise da relação sociedade-natureza; relação esta que se faz pertinente no estudo desta ciência. É necessário que o professor, em sala de aula, instigue a criticidade do aluno acerca de sua realidade, desvelando as informações contidas nos livros didáticos, à luz das categorias geográficas.

Neste intuito, a construção da presente análise, justifica-se pela demanda de aproximar o conteúdo científico e o didático, com a finalidade de desenvolver a reflexão acerca dos assuntos relacionados às questões socioeconômicas da América Latina. Essa aproximação deve ser pensada e desenvolvida nos cursos de formação de professores de Geografia, no sentido de propiciar densidade analítica para o fortalecimento de uma geografia crítica.

Para o desenvolvimento do objetivo traçado, a metodologia aplicada neste estudo pautou-se na Análise de Conteúdo proposta por Bardin, citada por Farago; Fofonca (2016). Ela consiste em três diferentes fases, a saber, pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados (a inferência e a interpretação). Para estes autores, a Análise de Conteúdo revela-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações com procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das informações.

Neste trabalho a primeira fase, pré-análise, foi para a escolha dos documentos científicos a serem analisados e a leitura dos mesmos; a segunda, exploração do material, sucederam-se recortes significativos dos textos científicos averiguados e a terceira fase, inferência e interpretação, foram interpretadas todas essas leituras acura inter-relacionando-as com o texto didático.

Esta análise será desenvolvida a partir das questões socioeconômicas da América Latina, embasada na categoria território. Para tanto, será considerado o livro didático intitulado "Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido", do 7º ano do Ensino Fundamental, desenvolvido pelos geógrafos William Vesentini e Vânia Vlach, mais precisamente, o capítulo cinco 'Os países do Sul: características e contrastes', o capítulo seis 'A América Latina em conjunto', capítulo sete 'México', capítulo oito 'América Central', capítulo nove 'América Andina e Guianas' e capítulo dez 'América Platina'. No que concerne à categoria território, nos embasaremos no teórico Raffestin (1980, 1993), Saquet (2007), Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), Santos (2011), sobretudo.

Para o desenvolvimento da análise proposta, o presente estudo está estruturado em quatro sessões, sendo introdução; a segunda - fundamentação teórica, na qual serão tecidas breves inferências em torno da categoria território e sobre conceitos relevantes para apreensão dos aspectos socioeconômicos da América Latina; a terceira - diálogo relacional envolvendo as reflexões teórico-conceituais e didáticas, a partir de Vesentini; Vlach (2011); conclusão, na qual salientamos a relevância deste estudo na formação docente.

TERRITÓRIO: BREVES INFERÊNCIAS

O território que defendemos neste estudo é aquele constituído por relações, dominação e apropriação no seu sentido material e simbólico. Para Santos (2011, p. 1), o território "é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças [...] onde a história do homem plenamente se realiza". É o acontecer da existência a partir das relações que se estabelecem entre o homem, sua história e sua cultura.

Para Raffestin (1980, p. 143-144), o território "é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e, que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder". É construído por relações de poder, que vai além da ceara do Estado, pois se consubstancia também nas relações cotidianas.

Saquet (2007, p. 34), concebe o território como "um lugar de relações a partir da apropriação e produção do espaço geográfico, com o uso de energia e informação, assumindo, desta maneira, um novo significado, mas sempre ligado ao controle e à dominação social".

Já para Gottmann (2012, 523) é constituído, entre outras dimensões, de intenções permeadas pelo processo político. "Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos". É constituído de limites e fronteiras que vão além de uma base material; é permeado de intencionalidades, é a manifestação do poder, sobretudo, político.

A partir das concepções apresentadas, podemos alegar que os teóricos aqui esposados possuem uma convergência – seja enfatizando o simbólico, seja os processos históricos ou a vertente política, o território se constitui por/ e partir de relações de poder sejam elas exercidas pelo homem sobre a natureza ou pelo homem sobre outros homens.

Os geógrafos Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006) destacam América Latina como território colonizado e dominado pelos europeus que lhe impuseram o colonialismo como forma de organização territorial, por meio de uma ideologia eurocêntrica, (des) territorializando povos por meio de relações de poder e violência. Saquet (2007) ressalta que:

> [...] o poder significa, [...] relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de força que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. [...] (SAQUET, 2007, p. 32-33).

Quando nos propomos analisar as questões socioeconômicas presentes na América Latina, acreditamos se tratar de características que são fruto de um planejamento estratégico para manutenção de relações dissimétricas entre Estado, empresas globais hegemônicas e a sociedade que por sua vez, está subjugada a permanecer às margens da globalização.

Tratar de acesso à saúde, educação, saneamento básico, habitação, laser, descanso, segurança, emprego, qualidade de vida na América Latina é, sobretudo, tratar de serviços que são negados para a maior parte da população que habita neste segmento territorial. É refletir sobre um território controlado pela lógica do mercado, do consumo, do poder das grandes corporações com a anuência do Estado.

Sendo assim, cabe adentrarmos na lógica das relações sócio-espaciais que dinamizam o território para a atuação das forças hegemônicas (externas) em detrimento das forças que emanam do próprio território. Não podemos olvidar que é a condição socioeconômica da América Latina que lhe confere status de periferia.

Com base no exposto, lembramos que vivemos em tempos de globalização, sob o domínio da divisão do trabalho e consequentemente da divisão de classes; estamos inseridos em uma teia de desigualdades socioeconômicas e temos como lógica latente a exclusão.

Paradoxalmente, vivemos também em tempos de lutas contra essa exclusão. Clamamos por definições de políticas que mobilize a sociedade para fazer valer o que Santos (2011) afirma acerca do território, a saber, território é chão consubstanciado pela identidade, é fundamento do trabalho e da residência e das trocas materiais, assim como espirituais. Contudo, vivemos hoje, em um território regido pelo dinheiro e pelo consumo. São essas breves inferências acerca do território que nos conduzem às reflexões acerca de como a questão socioeconômica é abordada no contexto didático a partir da Análise de seu conteúdo.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA AMÉRICA LATINA NO CONTEÚDO DIDÁTICO

Nesta sessão serão abordadas as questões socioeconômicas da América Latina, a partir da obra didática desenvolvida por Vesentini; Vlach (2011), assim como a relação deste conteúdo com as reflexões desenvolvidas sobre o território e conceitos que julgamos pertinentes.

No capítulo cinco: 'Os países do sul-características e contrastes', subitem 1- América Latina, os autores explicam, de forma geral, que a América Latina destaca-se por enormes desigualdades sociais em relação aos Estados Unidos e Canadá e entre países que fazem parte dos Tigres Asiáticos.

Já no capítulo seis: 'A América Latina em conjunto', nota-se que os autores citam de forma superficial como está dividido o território latino-americano atualmente, deixando claro que sua união se dá pelo tipo de colonização mercantilista a qual foi submetida pelos europeus, o que reflete na sua condição de agregar países dependentes economicamente das grandes potências. Menciona timidamente as tentativas de integração desses países, a partir da criação de blocos econômicos.

A fim de contribuir com as informações aqui esposadas sobre os capítulos descritos, o professor de Geografia pode explanar melhor esses quesitos em sala de aula, a partir de Saquet (2007), esclarecendo que essa subordinação está inserida num contexto de relações desiguais que ocorrem num território, sendo também conflituosas e intencionais. A conquista ibérica da América é um exemplo claro do que Saquet (2007) afirma.

É o momento da nossa história em que se gestam dois processos que se entrelaçam: a modernidade e a organização colonial do território dentro da lógica do 'outro', endossadas pelo eurocentrismo. Para Quijano (2005, p.115) a constituição do eurocentrismo "ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América".

Assim, o colonialismo na América dá início a constituição colonial dos saberes, das linguagens, de um imaginário fundado e

fundamentado em relações sociais de poder pautadas na dominação ideológica, religiosa, política, social e cultural. Isso representou não somente a apropriação e expropriação de recursos estratégicos existentes na América Latina e dizimação dos grupos sociais pertencentes aos territórios 'descobertos'. Representou a perpetuação da ideologia que sustentou esse processo – a colonialidade.

Quijano (2005) alega que a colonialidade é um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém enraizado nas estruturas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as dissimetrias em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são posicionados no sistema-mundo fragmentado em desenvolvido e subdesenvolvido.

Sobre a questão acima, Castro (1992) afirma que o subdesenvolvimento não significa apenas insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, reflexo da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo, sob novos padrões mundo à fora, a exemplo da América Latina.

Sendo assim, aprofundar informações contidas no livro didático sobre a formação da América Latina, seu processo de regionalização e integração é uma questão de necessidade para os professores que primem por uma Geografia que descortina conteúdos que muitas vezes reforçam a colonialidade, mais do que elucidam-na.

No capítulo sete: 'México', os autores focam na comparação entre o México e o Brasil, no que tange a aspectos de industrialização; focam na descrição de diferentes grupos étnicos; abordam a perda de terras do México para os Estados Unidos. Os autores citam simploriamente o bloco econômico NAFTA e a questão da emigração de mexicanos em busca de melhores condições de vida, sem elucidar as tessituras que engendram a dissimetria México-Canadá-Estados Unidos quando o assunto é NAFTA.

No capítulo oito: América Central', os autores tecem breves comentários sobre as diferenças entre os países que compõem a América como um todo. Enquanto uns têm uma industrialização forte, existem países que ainda possuem a economia baseada nas exportações de produtos primários, a exemplo dos centro-americanos. Os autores

não discutem com densidade aspetos ligados as más condições de vida encontradas neste segmento territorial e não esclarecem que estas condições são oriundas, entre outros fatores, de relações desiguais de dominação hegemônica sobre os territórios da América Central.

No capítulo nove: América Andina e Guianas', assim como no capítulo dez: 'América Platina', Vesentini; Vlach (2011) citam discretamente aspectos gerais, econômicos, políticos e sociais, a exemplo da pobreza que é aferida em gráficos, quadros e tabelas. Eles mencionam simploriamente a situação atual de subdesenvolvimento e subordinação dos países latino-americanos às grandes potências; a formação histórica da América Latina; as diferenças no desenvolvimento desses países; as tentativas de integração, especialmente econômicas entre as nações latino-americanas; descrevem alguns dos diferentes grupos étnicos na América Latina.

Para contribuir com as discussões suscitadas pelos autores didáticos nos capítulos descritos e, consequentemente com a temática, presente nos livros de Geografia quando o assunto é América Latina, consideramos oportuno refletirmos sobre a pobreza-comum aos países desse segmento. Santos (2014) alega que o termo pobreza traduz-se no estado de privação material. Jeremy Seabrok, citado por Bauman (1999, p. 87) admite que "a pobreza não é sinônimo de doença do capitalismo. Ao contrário: é evidência da sua saúde e robustez".

Logo, quando os autores didáticos trazem características que enfatizem a condição de subdesenvolvimento e pobreza sejam em dados estatísticos, seja em nível de informação ou descrição, cabe elucidar para os alunos que essa condição atribuída a América Latina é crucial para a manutenção das relações de poder dissimétricas entre hegemônicos e hegemonizados. Sem a pobreza, o capitalismo não sobrevive. Muitas vezes os alunos são conduzidos a crerem que a pobreza nos países subdesenvolvidos é fruto da incapacidade dos gestores dos Estados-nação, quando na verdade, o problema vai muito mais além dessa questão – é sistêmico. Foi construída há séculos e virou um monstro.

Isto posto, resgatamos a categoria território para inferimos que esta é considerada apenas dentro da base politico-administrativa para Vesentini; Vlach (2011), ora atrelando a condição de subdesenvolvimento como sendo fruto do processo de delimitação de

fronteiras desde os tempos da colonização, ora para elucidar disputas territoriais entre Estados-nação, ora para descrever a divisão territorial dos países por região.

Recomendamos que, discutir em sala de aula os aspectos socioeconômicos da porção territorial do continente americano do qual fazemos parte, é antes de tudo refletir sobre um território que não apresenta apenas e exclusivamente uma base física. Ele é fundado e fundamentado na cultura, nos signos, na história – "é o chão mais identidade", conforme Santos (2011), já citado neste estudo. Comungamos ainda das assertivas de Haesbaert; Porto-Gonçalves:

> Como geógrafos, entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou em termos lefevrianos, tanto a dominação quanto a apropriação do espaço (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES 2006, p. 12-13).

O exercício analítico-reflexivo relacional aqui esposado é, antes de tudo, uma necessidade quando nos deparamos com conteúdos que carecem de robustez teórico-conceitual. Quando se trata da Geografia, temos vários estudiosos- a exemplo dos aqui apresentados - comprometidos com uma análise do território, da dinâmica das relações sócio-espaciais que nos fornecem elementos para a construção de uma geografia da sala de aula que se revele como a 'Geografia dos sujeitos ativos' e engendrados na busca e na construção de um território do acontecer solidário, da luta – o território com menos alienação e menos dissimetrias socioeconômicas.

REFLEXÕES FINAIS

A abordagem didática de Vesintini; Vlach (2011) revela-se, aos nossos olhos como sendo uma obra com pontos que aguçam a criticidade do professor e do aluno, mais também pontos frágeis – o nosso foco- que necessitam de um tratamento reflexivo analítico para não conduzir os alunos à esfera da superficialidade e, sobretudo,

alienação. Levar o conteúdo científico e as categorias de análises da Geografia para o Ensino Básico é uma alternativa para superar conteúdos que não contribuem para a formação de alunos com sensibilidade para ler além do ver.

Este estudo é de singular importância para o professor de Geografia por fazer uma análise relacional entre autores teóricos e autores de livro didático, pois essa aproximação entre o conteúdo científico e o didático assegura uma melhor abordagem de temas referentes ao mundo e ao nosso cotidiano enquanto sujeitos ativos da dinâmica sócio-espacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização as consequências humanas**. Tradução Marcos Panchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CASTRO, Josué de. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Disponível em http://www.josuedecastro.com.br/port/desenv.html>. Acesso em 30 de abril de 2016.

FARAGO, C. C; FOFONCA, E. **Análise de Conteúdo na Perspectiva de Bardin**: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significados. Disponível em: http: / /www.letras.ufscar.br/ linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf> Acesso em 30 de abril de2016.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia.** v. 2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova (des) ordem mundial.** São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, [1980]1993.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial.** SANTOS. M. [et al.]. Rio de Janeiro: Lamparina. 3 ed. 1 reimp. 416 p. 2011

SANTOS, Milton. **Economia espacial**- Crises e Alternativas. Tradução Maria Irene de Q. F. S. 2 ed., 3 reimp. EdUSP. São Paulo 2014.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VESENTINI, W.; VLACH, V. **Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvimento.** 28ª Ed. São Paulo: Ática, 2011.

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS NO CONTINENTE ASIÁTICO: ADENSAMENTOS DIDÁTICO-CIENTÍFICOS

Lucas de Almeida Santos
Hugo José Nascimento dos Santos
Robson de Jesus Santos
Luan Lacerda Ramos

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo tecer uma reflexão acerca dos conteúdos didáticos e científicos que são trabalhados na educação básica, especificamente na disciplina Geografia do 9º ano. Os conteúdos trabalhados foram extraídos do livro didático de Sene e Moreira (2012), com foco especial à unidade que retrata *O Continente Ásia*, cujos capítulos analisados foram: 16, 17 e 18 do mesmo livro. Estes conteúdos foram analisados com o intuito de se tentar estabelecer uma ponte entre os temas abordados na academia com aqueles que são ministrados na educação básica, acreditando, neste primeiro momento, que a educação básica não aborda os conceitos e categorias da disciplina com o mesmo grau de intensidade teórica vistos no ensino superior e, em especial, no curso de geografia.

Este artigo foi direcionado para uma análise relacional do livro didático, onde foram minuciosamente analisados os conteúdos referentes ao continente Asiático. Para tanto, foi construído um diálogo entre os conteúdos científicos e didáticos. Tal proposta foi trabalhada na disciplina *Geografia Regional dos Países Periféricos* ministrada pela professora Dra. Roseane Cristina dos Santos Gomes, na Universidade Federal de Sergipe (UFS) no curso de geografia, com o propósito de construir uma abordagem acerca do contexto centro-periferia, em suas relações socioeconômicas sob a perspectiva da categoria território, fazendo uma reflexão desses conteúdos de maneira crítica.

O livro didático pode ser compreendido como ferramenta indispensável para o professor, uma vez que o mesmo estabelece uma ponte entre o que é proposto pelo docente e o conteúdo programado pelos entes federativos. Mas, por outro lado, quando um determinado livro didático é utilizado em sala de aula é necessário que antes disso, o professor faça uma minuciosa análise para melhor selecionar a ferramenta que utilizará em sua jornada, considerando o número elevado de edições e propostas de livros que podem ou não priorizar determinados conteúdos em detrimento de outros. Portanto, há que se considerar que o ato da escrita do livro bem como o ato de sua escolha perpassa por questões ideológicas.

Quando o livro didático é utilizado no processo de ensino-aprendizagem, buscando outras referências para reforçar o entendimento do aluno através da relação do conteúdo didático com sua realidade, esse mesmo processo reforça que é necessário instigar novas reflexões acerca do conteúdo abordado em sala de aula. A busca incessante por novas metodologias de ensino nos conduz a construção desta análise, como uma forma de maior contribuição para a formação docente/discente.

O presente trabalho justifica-se, pela necessidade de fazer uma análise crítica da relação do livro didático e os textos científicos que foram trabalhados na disciplina de Geografia Regional dos Países Periféricos com objetivo de elucidar e compreender os conceitos da categoria Território, partindo das reflexões dos seguintes autores Saquet (2010), Milton Santos (2005) e Carlos Walter Porto Gonçalves (2006).

Busca-se a partir da análise do livro didático e das reflexões sobre a leitura dos autores acima mencionados, a construção da análise sobre o conteúdo apresentado no livro didático, refletindo a importância dos estudos do continente Ásia para os discentes do ensino básico. A finalidade principal é propor uma organização de conteúdos que, abordados em paralelo aos autores do livro didático, possa de maneira mais proveitosa ser associada a conteúdos que instiguem a criticidade dos docentes/discentes em sala de aula.

TERRITÓRIO: REFLEXÕES LACÔNICAS

A fundamentação teórica do presente trabalho norteou-se na leitura, fichamento e discussão do material apresentado no decurso da disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos. Além disso, encontros em horários extraclasses também foram realizados com o propósito de instigar o debate e a reflexão sobre os conteúdos analisados.

A partir da utilização deste trilhar metodológico, constatou-se que o continente asiático abriga uma forte heterogeneidade entre seus povos, posto que sua área territorial é a mais extensa do mundo em termos quantitativos. O continente ocupa uma das maiores parcelas de terra do planeta, possui algumas das maiores cidades do mundo e comporta a maior densidade demográfica entre os continentes.

É na Ásia que encontramos também os menores países do mundo e, apesar do enorme quantitativo populacional, boa parte desta tem sua concentração populacional na zona rural deste continente. Na Ásia, há desigualdade quanto à distribuição da renda em que a grande maioria da população subsiste em situações precárias devido a falta de recursos.

A formação territorial do continente asiático se consolidou de maneira bastante conflituosa, muitos grupos étnicos ainda sofrem com a imposição da hegemonia em seus territórios. Desta forma, se faz fundamental o estudo do território, para assim entendermos as disparidades que existem nesta área. A partir da necessidade de compreender a dinâmica social e econômica do território asiático abordado no livro didático, Sene e Moreira (2012) partiram da base teórica e reflexiva construída pelos autores Santos (2001), Saquet (2010) e Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006).

Para Saquet (2010), o território surge com uma dicotomia, cujas possibilidades se coadunam de forma mútua. A primeira delas pressupõe a existência do território enquanto abrigo. Percebe-se que no continente asiático esta função se coloca como uma das principais, pois, na maior parte dos países que o compõe, a população está situada no ambiente da zona rural, desta forma os agrupamentos humanos se solidarizam através de relações entre seus pares, visto que a grande

maioria dos governos atua de forma desigual nas regiões, quando considerada a elevada extensão territorial do mesmo continente.

A segunda possibilidade, apresentada por Saquet (2010), refere-se à oportunidade de o território servir de "*trampolim*", onde ocorre a relação de poder sobre o território físico, sobre a cultura da população e a exploração dos sujeitos. Neste sentido, a apropriação da área para benefício de uma instituição, poderá captar recursos deste ambiente de forma concreta ou abstrata, partindo da exploração de matérias primas e força de trabalho. Porto-Gonçalves (2006) salienta que

> Semelhante ao que se passa com o Japão, país que, além de montanhoso, o que exige mais energia (trabalho) para o cultivo agrícola, praticamente não dispõe de nenhuma jazida mineral relevante, a não ser algum carvão, e que para se desenvolver no processo capitalista foi buscar na China, na Coréia, enfim, no Extremo Oriente, que lhe é próximo, por meio de invasões e guerras, os recursos naturais necessários para a decolagem do seu desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2006. p.57).

Assim, o território passa a ser explorado à distância e não mais com proximidade daquele que o explora, mas um espaço de posses que é controlado por um grupo pequeno legitimado pelo Estado. O território é permeado por relações de poder e visa o controle e a dominação do homem. Ou seja, o território emana relações de poder tal como o concebe Foucault ao dizer que toda relação social está permeada por estas relações, conotando no que o autor denomina de multidimensionalidade do poder (FOUCAULT, apud. SAQUET, 2010).

Entretanto, este poder a que se refere Foucault e que salienta Saquet, se materializa em práticas heteronômicas, ou seja, práticas de poder que operam de cima para baixo e de fora para dentro dos sujeitos individuais e coletivos. Assim, tanto Foucault quanto Saquet defendem a ideia de homogeneização do poder, em que as relações sociais perpassadas por esta categoria devem se concretizar de forma harmoniosa e equilibradas entre os homens.

A falta dos recursos naturais obriga muitos destes "povos" a invadirem territórios, ou seja, a se utilizarem do "trampolim" de oportunidades para além de seus domínios, em busca de recursos naturais, ocasionando disputas de poder sobre essas áreas, gerando conflitos e instabilidades entre as nações. Pela lógica do capital, estes povos partem, ainda, para a busca da ampliação de seu mercado consumidor a partir do controle dos países sem hegemonia através da conquista de outros territórios, o processo de conquista ocasiona conflitos culturais, econômicos e sociais, que muitas vezes perduram por muitos anos, como é o caso dos conflitos observados no Oriente Médio.

Segundo Santos (2001), dentro do território podemos admitir a existência de áreas globalizadas "absolutas" e de outras em que essa globalização é apenas "relativizada". No continente asiático podemos dizer que a globalização é considerada relativizada, pois na maioria dos países podemos perceber a relativa presença da globalização, através das condições de vida e desenvolvimento precário dos sistemas básicos que são ofertados pelo Estado. A globalização absoluta está presente em alguns países de forma centrada em algumas áreas, como é o caso da China, Japão e Coreias. Porém, vale destacar que mesmo nestes países considerados globalizados detectam-se zonas de baixa globalização, compondo áreas "relativizadas".

ÁSIA: REFLEXÕES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS

No livro de Eustáquio de Sena e João Carlos Moreira (2012), os autores tecem uma abordagem sobre o continente asiático em três capítulos. No primeiro capítulo, os autores abordam de maneira bem descritiva os aspectos físicos e ambientais do continente, descrevendo cada região, como por exemplo, o leste da Ásia, em que se localiza grande diversidade do relevo (montanhas, planaltos e planícies), as diversidades climáticas desde o temperado, tropical ao árido.

No capítulo 16 os autores tratam dos desastres naturais por serem frequentes nesse continente, a exemplo de terremotos e Tsunamis. Destacam, inclusive, o potencial de geração de energia elétrica, devido às variações do relevo, as potencialidades minerais, principalmente no Oriente Médio, quando retratam a corrida por

petróleo, que perpassa uma das questões armamentistas e de poder bélico de algumas nações deste continente, ocasionando uma tensão constante no quesito da segurança global.

Contudo, não fazem uma relação crítica da situação socioeconômica desses países que possuem tais minerais. A população não sente os efeitos dessa riqueza devido a problemática estrutural do sistema capitalista compreendida na má distribuição dos recursos, processo que apenas aumenta a desigualdade entre as populações dos países periféricos do continente asiático em relação ao mundo.

No capítulo 17, os autores estabelecem uma análise da diversidade das sociedades do continente asiático. No primeiro tópico, destacam os indicadores de desenvolvimento humano, e dados populacionais indicando que o continente asiático é o mais populoso do mundo com mais de 4,2 bilhões de pessoas em dados levantados para o ano de 2010, mas não mostram a relação e o porquê de o continente possuir esse contingente populacional. Os autores traduzem esse quantitativo em um mapa que apresenta as maiores concentrações demográficas do continente e também do mundo, destacando a China e a Índia como os mais populosos.

Neste capítulo os autores apresentam uma série de tabelas comparativas das taxas de urbanização e índice de desenvolvimento, mas não relacionam no contexto territorial. Desprezam o fato de que para alguns autores o território é compreendido como receptáculo de investimento do capitalismo e outros alegam que o território é sinônimo de poder e dominação. Já para Santos (2001), o território é direcionado de acordo com a globalização cujos investimentos capitalistas estão embrincados com a organização espacial e, portanto, territorial.

A sugestão que apresentamos para incrementar este capítulo é de que o profissional docente busque inserir conteúdos mais adensados, principalmente textos científicos de alguns autores aqui sugeridos sobre a temática. Visto que os alunos terão uma melhor compreensão dos aspectos trabalhados no capítulo, se for instigada a busca por novos termos e conceitos que dialoguem com a realidade vivenciada pelos mesmos, acredita-se que o conteúdo abordado não só ficará mais interessante, atrativo e rico como, também, instigará no aluno o exercício de estranhamento e reflexão ante a realidade observada.

O capítulo 18 trata da economia dos países asiáticos. No livro, os autores apontam a economia asiática marcada por uma disparidade heterogênea, no qual destacam as maiores potências econômicas mundiais como China e Japão e também os países que são subdesenvolvidos como Afeganistão e Camboja. Entre as maiores economias, os mesmos fazem esse comparativo do Japão que ao longo das décadas vem perdendo espaço para a economia da China. O livro faz esse comparativo entre países, mas não faz uma relação crítica, evidenciando o porquê de tamanha desigualdade econômica e social neste continente. Diante desse cenário é importante que o professor, ao abordar esse conteúdo, faça essa relação do que foi apreendido na academia com os textos das disciplinas, o professor que tem essa visão não vai apenas transmitir o que está no livro didático, mas mostrar para os alunos que as relações socioeconômicas nos países periféricos são bastante desiguais.

Os autores abordam parte do capítulo, sobre o Oriente Médio, este sendo um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Fazem uma demonstração de gráficos de sua principal atividade econômica e indústria do turismo. Mas não abordam as questões territoriais e religiosas que estão atreladas ao sentimento de pertencimento e identidade, muito confundido com fundamentalismo religioso.

O território que concebemos, a partir dos autores abordados, é uma junção das ideias entre os três autores, pois analisamos nos diálogos destes uma busca incessante de um território que se constrói a partir das relações entre sujeitos e instituições. O território apresentado por Santos, um território globalizado absoluto e ao mesmo tempo relativizado, que dialoga com o território de Saquet (2010), que nos brinda com um espaço de relações, onde o território tem duas funções: servir de abrigo e ser um "trampolim" para oportunidades. Além de Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), que apresentam um território material, onde ocorrem as transformações palpáveis e simbólicas, onde aparece a afetividade do sujeito neste território.

Segundo Santos (2014) o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está inserido, sendo privado muitas vezes do acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e privados. Às vezes, tais bens e serviços não existem naquela área ou não podem ser alcançados

por questão de tempo ou dinheiro. Desta maneira, a exclusão destes sujeitos se torna forçada devido estes não terem condições de adquirir os serviços ofertados, conduzindo-os à pobreza extrema e a exclusão destes indivíduos da sociedade que se julga globalizada.

Corroboramos com os autores quando os mesmos mencionam tais termos, pois uma ideia complementa a outra onde o território material está intimamente ligado ao território que serve de abrigo e ao território globalizado relativo, da mesma maneira que o território apresentado como globalizado absoluto se une às ideias de trampolim e simbólico.

REFLEXÕES FINAIS

A presente análise visou contribuir de maneira crítica e reflexiva sobre os conteúdos didáticos abordados, oportunizando uma nova forma de compreender e buscar soluções para motivar e alternar as aulas de Geografia. Esperamos que o professor possa buscar outros caminhos para motivar e ampliar o conhecimento dos discentes, tratando todas as relações sociais e econômicas a partir da abordagem territorial sobre os países periféricos.

Portanto, visou-se destacar as principais vantagens e desvantagens do livro didático sob essa perspectiva de análise relacional. Consideramos de suma importância para o futuro professor, a construção de um senso crítico a partir da análise do livro didático utilizado em sala de aula, fortalecendo a construção reflexiva entre aluno e professor. Além, motivando e instigando os alunos a refletirem sobre as causas das relações de poder existentes no continente asiático e contemplar essas relações para sua própria realidade.

Percebemos a partir das leituras e análises, que existe uma disparidade entre o conteúdo do livro didático e os textos científicos. O que nos remete a uma reflexão sobre a escolha de livros didáticos mais críticos, além da inserção de conteúdos científicos que estimulem a produção crítico-reflexiva. Acreditamos que através da análise realizada, podemos contribuir para uma Geografia mais reflexiva, crítica e em diálogo com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova (des)ordem mundial.** São Paulo. ed. UNESP, 2006. p.9-50.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Projeto Velear: Geografia.** 1ªed. Scipione. São Paulo, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Crises e Alternativas, Terceira reimpressão. EdUSP. São Paulo 2014.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf > Acessado em: 18/01/2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 2ªed. Expressão Popular. São Paulo, 2010.

AMÉRICA LATINA: DINÂMICA SOCIODEMOGRÁFICA NA PERSPECTIVA DIDÁTICO-CIENTÍFICA

Aline Celestina dos Santos
Welline Resende Guimarães
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

No presente estudo objetivamos a análise do conteúdo didático, no que concerne a dinâmica sócio-espacial da América Latina. A justificativa está respaldada na necessidade em aproximar as reflexões teórico-conceitual e metodológica realizadas no decorrer da disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos, a partir da perspectiva didático-científica, tendo o livro didático como pilar analítico para o que nos propomos.

A Geografia permite engajarmo-nos em uma educação de caráter emancipatório, a partir da reflexão acerca da realidade na qual os alunos estão inseridos. Assim, caminharemos para uma Geografia do acontecer processual e histórico que contribua para transformação social por meio do diálogo e da interação entre professor e aluno.

O que nos motiva para a elaboração deste estudo é a busca por uma Geografia Crítica que desperte no aluno da Educação Básica um olhar denso acerca da realidade na qual ele está envolvido, fornecendo-lhe a base crítico-reflexiva sobre a atual conjuntura global. Com base no exposto, o compromisso assumido com este estudo é o de desenvolver uma reflexão acerca do conteúdo didático que versa sobre os aspectos sociodemográficos da América Latina, a luz da categoria território.

Teoricamente, adotamos a categoria território dentro da perspectiva de Saquet (2007) e os conceitos de demografia e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no sentido de compreendermos como estes são trabalhos no contexto latino-americano, dentro do conteúdo referente aos aspectos já mencionados. Para tanto, elegemos a obra Linhares (2013), mais precisamente o capítulo seis, "População: Somos todos americanos".

O percurso metodológico adotado fundamenta-se na análise de conteúdo proposta por Moraes (1999), constituindo uma metodologia de pesquisa designada no intuito de descrever e interpretar o conteúdo registrado em documentos e textos de natureza diversa. A análise de conteúdo nos conduziu a descrição, apreensão e interpretação qualitativa e quantitativa, o que transpõe uma leitura comum. Este procedimento foi realizado a partir dos seguintes percursos propostos por Moraes: preparação das informações; transformação do conteúdo em unidades; classificação das unidades em categorias; descrição; Interpretação e análise dos textos selecionados para o objetivo aqui esposado.

Isto posto, este ensaio está estruturado da seguinte forma: Introdução; fundamentação teórica, na qual abordaremos a categoria território à luz de autores como Saquet (2007), Raffestin (1993) e Haesbaert (2007), assim como os conceitos pertinentes ao conteúdo que verse sobre os aspectos sociodemográficos da América Latina; resultados e discussão, onde apresentamos reflexões didático-científicas fruto das análises realizadas. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

TERRITÓRIO, SUAS NUANCES E CONCEITOS NORTEADORES

Salientamos que se faz pertinente uma abordagem analítica acerca da categoria território, dentro de uma perspectiva crítica, no sentido de nos ancorarmos em suas bases conceituais, para compreensão das questões sociodemográficas na América Latina, por considerarmos que nestas estão impressas relações de poder efetivadas historicamente para com a sociedade pertencente a este segmento territorial.

Segundo Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço e fruto da diversificação e organização do espaço, realizada pelos seres humanos. Possui duas funções principais: servir de abrigo como forma de segurança, bem como trampolim para oportunidades, sendo fruto, outrossim, de relações de poder que se manifestam de variadas formas. Desta forma:

> O território assume multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. Mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder. O poder esta presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas enfim em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e a dominação sobre os homens e as coisas (SAQUET, 2007, p.33).

Segundo o autor, não se deve fazer uma fragmentação das relações, pois são estas relações, sobretudo, de poder que formam o território. Relações estas que muitas vezes são diferenciadas em um mesmo espaço-tempo. Desta maneira, o território possui diferenças de acordo com os grupos sociais que o habitam e os poderes que nele se manifestam. E, para entender determinado território, devemos perceber as relações embutidas em seu processo de apropriação.

Para ressaltar a compreensão a cerca da categoria território construído pelas relações marcadas pelo poder, recorremos às análises de Raffestin (1993, 143), onde o autor alega que o território deriva do espaço. "[...] se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...]. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator "territorializa" o espaço".

Outro teórico desta categoria é Haesbaert (2007), cuja concepção de território está ancorada em três vertentes básicas: a) política (relações espaço-poder), b) cultural (prioridade na dimensão simbólica e subjetiva), e c) econômica (fonte de recursos). Portanto, temos um território dentro da esfera social (relações sociais), na qual tais abordagens encontram-se imbricadas.

Desta forma, salientamos a relevância da categoria território considerando as dimensões abordadas, uma vez que pensarmos a América Latina a partir das questões sociodemográficas nos remete a analisarmos a dinâmica desta porção do mundo dentro de sua complexidade, contradição e desafios no mundo globalizado e paradoxalmente excludente.

Enfocamos aqui a relevância de relacionarmos a discussão sobre o território com conceitos pertinentes à temática. Um destes é o

conceito de demografia que para Cerqueira; Givisiez (2000) trata dos aspectos dinâmicos da população, ou seja, das mudanças e inter-relações entre variáveis demográficas básicas como fecundidade, mortalidade e migração. Estas questões também estão relacionadas ao desenvolvimento numa esfera mais ampla.

Salientamos que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que trabalha com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida resumida do progresso em longo prazo do desenvolvimento humano, toma como requisito para aferir o IDH de um país, variáveis oriundas da demografia. São conceitos que se constituem como peça chave para pensar o território a partir de sua população, pois segundo Raffestin (1993):

> O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos. Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

É por esta razão elucidada por Raffestin que nos propomos a analisar o conteúdo didático envolvendo os aspectos sociodemográficos do território latino-americano, pois muitas vezes, os dados sociais e demográficos servem de trampolim para a manutenção das dissimetrias existentes entre os grupos sociais de um segmento territorial, ou de um território como um todo.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DA AMÉRICA LATINA

Tecendo um diálogo na perspectiva didático-científica

Para a construção de uma análise relacional envolvendo o conteúdo didático, elegemos a obra produzida por Linhares (2013)[1], mais precisamente o capítulo seis, intitulado "População: somos todos americanos", sendo composto por seis tópicos que serão descritos abaixo, acompanhado de um adensamento embasado por autores científicos que se debruçaram na temática da qual este conteúdo trata.

No primeiro tópico, intitulado "O crescimento da população mundial", Linhares (2013) aborda o processo histórico do crescimento da população mundial, trazendo dados estatísticos sobre esse crescimento, bem como uma abordagem sobre o aumento da expectativa de vida da população mundial.

Aponta uma preocupação com o ritmo do crescimento demográfico devido à pressão causada pela população em relação à utilização de recursos naturais. Ainda nesse tópico, o autor traz um quadro com os conceitos de taxa de natalidade e mortalidade, assim como emigração e imigração.

Considerando o exposto, julgamos oportuno um adensamento do tópico a partir Porto- Gonçalves (2006), pois este autor esclarece que a pressão sobre os recursos é feita por uma parcela da população mundial com maior poder de consumo, estando essa concentrada nos países denominados desenvolvidos, conforme dados abaixo:

> 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% dos gastos de consumo privado, consomem 58% da energia mundial, 45% de toda a carne e pescados, 84% do papel e

[1] LINHARES, Francisco. **Geografia: Ensino Fundamental.** 8º ano. Recife/PE: Formando Cidadãos, 2013.

> possuem 87% dos automóveis e 74% dos aparelhos de telefones. Em contrastes, os 20% mais pobres do mundo consomem 5%, ou menos, de cada um desses bens e serviços, segundo a o Perspectivas del Medio Ambiente do PNUMA (PORTO-GONÇALVES, 2006, P. 162)

Os dados analisados pelo autor nos conduziram para as seguintes questões reflexivas: Onde se concentra os 20% mais ricos do mundo? Na periferia, no centro? Será que os países que possuem um território marcado por relações de poder dissimétricas, a exemplo dos países latino-americanos, devem ser tratados como 'países problema'? Quando da abordagem do conteúdo dos países do centro hegemônico do poder, essas questões apontadas por Porto-Gonçalves são reveladas no livro didático? Eis questões para as quais devemos nos atentar.

No tópico dois do capítulo, intitulado "Distribuição desigual", Linhares (2013) aborda a desigual distribuição populacional no mundo se utilizando de dados estatísticos. Já no tópico três, intitulado "América Latina", ele traz o processo de explosão demográfica na América Latina, assim como nos demais continentes do mundo, informando que, com políticas públicas, essa população começou a diminuir, mas os problemas sociais não diminuíram conjuntamente.

Posteriormente, o autor indica que nos países mais pobres do continente, a manutenção desses índices demonstra que o crescimento populacional não é a principal causa do subdesenvolvimento, como se afirmava na década de 1960. O problema da desigual distribuição da riqueza é em decorrência desta está nas mãos de uma elite.

Para os tópicos acima, dialogamos com as reflexões de Porto-Gonçalves (2006) quando ele nos chama atenção para o fato que desde os anos de 1950 e 1960, a questão demográfica foi considerada o jargão dos problemas sociais. "Um verdadeiro terrorismo ideológico se formou com projeções lineares do crescimento populacional do passado que alarmavam sobre os perigos da explosão demográfica" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 159). Foi justamente essa questão que deu base para a construção de políticas de controle da população.

Cabe ressaltar a relevância de levar para os alunos uma discussão sobre as políticas de planejamento realizadas pelos governos

internos nos países latino-americanos, que por sua vez estão atreladas a exigências de governos supranacionais sediados nos países centrais e hegemônicos. Milton Santos (2014, P.13) nos alerta que "o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais".

Salientamos que a América Latina se enquadra no rol de territórios com características demográficas, cujos dados sugerem pensar em controle da população a partir de vários mecanismos de poder e dominação. Muitas vezes, devido a um discurso que camufla as intencionalidades dos planejadores não nos damos conta dos reais propósitos dessas políticas de planejamento demográfico.

Porto-Gonçalves (*op cit*) deixa claro que, com as politicas de planejamento demográfico, as taxas de crescimento diminuíram, mas problemas sociais como fome, as elevadas taxas de analfabetismo e a mortalidade infantil não deixaram de existir e, acrescentamos que em algumas porções do território latino-americano, esses problemas são gritantes, a exemplo do Haiti.

Assim, enfatizamos que Linhares (2013) fez colocações oportunas sobre a questão demográfica, contudo, quando ele destaca que o problema está na concentração de riqueza nas mãos de poucos, está sendo superficial, pois o problema também reside neste ponto, mas não somente nele.

No tópico quatro, intitulado "A América Latina reage e diminui a pobreza", Linhares (2013) discorre sobre a melhoria social na América Latina por meio da política neoliberal:

> Estamos presenciando um momento único: pela primeira vez vemos a pobreza aumentar nos Estados Unidos, enquanto na América Latina ela diminui. Isso tem um motivo: a adoção de medidas neoliberais. Só que na América Latina os governos não diminuíram tanto a participação do Estado, priorizando não o capital, mas a redução das desigualdades sociais (LINHARES, 2013, p. 56).

A assertiva de Linhares é um tanto quanto perigosa, pois ao leitor, a impressão é de que os Estados Unidos ficaram 'mais pobres'

que os países latino-americanos elencados por ele, a exemplo do Brasil. Mais perigoso ainda é o fato de o autor atrelar as 'melhorias' ao neoliberalismo e a falsa autonomia dos Estados-nação, representados pelos seus governos.

Para propor desfazer equívocos dessa natureza em qualquer conteúdo didático de cunho geográfico, dialogamos com Santos (2012) quando pensamos o neoliberalismo como parte da globalização.

Acreditamos que a redução do papel do Estado no contexto neoliberal assumiu outra função que em nada está relacionada às colocações de Linhares (2013). Nas regras da política neoliberal, o Estado se internacionaliza "não apenas por suas funções externas, mas também por suas funções internas, como a de assegurar as condições do crescimento econômico em nível mundial" (Santos, 2012, p. 17). As consequências disso nos países periféricos, incluindo os latino-americanos foram muito coerentemente esposadas por Santos:

> Produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes empresas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, sua distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável, às atividades que sustentam o "crescimento" e o comércio exterior, com consequente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de *habitat,* educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto (SANTOS, 2012, p. 20).

Acrescentamos ainda que, em todo o mundo, em toda a porção periférica, até mesmo dos países centrais, há reações contra os efeitos do neoliberalismo. O exemplo está nos movimentos de resistências por parte de grupos sociais marginalizados, bem como tensões políticas proveniente dos próprios movimentos de luta, em especial nos países latino-americanos, a exemplo da Venezuela, Colômbia e Brasil. Ao

longo de toda América Latina, seguem-se multiplicando desarranjos sociais que, diga-se de passagem, são recorrentes (criminalidade, narcotráfico, governos frágeis). Alegamos ser delicado enfatizar 'benesses' do neoliberalismo em uma América Latina fragilizada sociodemograficamente. É crucial darmos clareza a maneira pela qual o neoliberalismo adentra nos países da América Latina e as consequências carimbadas nas populações que compõem os diversos grupos sociais desse segmento territorial.

No tópico cinco, intitulado "Diferenças demográficas" utilizando-se de pirâmides etárias e figuras, o autor mostra que os países latino-americanos estão em consonância com países desenvolvidos do continente americano (Canadá e Estados Unidos). Porém, destaca que nos desenvolvidos se tem um número maior de idosos, e nos subdesenvolvidos uma grande proporção de jovens e crianças.

É preocupante quando Linhares (2013) aborda, no capitulo seis, outra visão acerca dos países latino-americanos, que atualmente apresentam pirâmides etárias semelhantes as dos países desenvolvidos do continente americano, por terem conseguido avanços significativos no atendimento médico-hospitalar e na redução das taxas de natalidade e mortalidade, a exemplo do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Quando o autor traz a referida informação e não desmistifica o que está nas entrelinhas, reforça um discurso forjado na alienação e, nesse sentido, nos embasamos mais uma vez em Santos (2014) quando o mesmo faz uma análise acerca na penetração do capitalismo nos países periféricos, elucidando três fases para tal fim. Na terceira, Santos (2014, p. 29) alega que o capitalismo se espalha por toda a periferia e partir de então "de ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza".

Assim, a pobreza e as desigualdades ficam camufladas – é a pobreza planejada para tal fim. Salientamos que os países que Linhares referenciou são periféricos, mesmo apresentando dados sociodemográficos, em nível de América Latina, que os colocam em uma condição mais confortável que os demais países enquadrados como periféricos.

Por fim, no tópico seis, intitulado "O IDH", o autor traz o conceito de IDH desenvolvido pela ONU, seu objetivo e o ranking dos países a partir das aferições com base nas variáveis usadas no IDH.

Propomos que ao abordar aspectos do IDH na América Latina, deixemos evidente que os critérios para aferir o nível de desenvolvimento de um país são uma criação do hegemônico; são critérios válidos para qualquer país, seja ele com grandes ou pequenos problemas de ordem social e econômica.

Cabe ainda uma discussão a respeito dos termos desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia, pois aferição de um país a partir do IDH, se constitui em uma das estratégias de classificação, fragmentação/territorialização do mundo em países ricos e países pobres, países (sub) desenvolvidos, pois de acordo com Santos (2014):

> O subdesenvolvimento foi então, discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde...e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido (SANTOS, 2014, P.15).

Sendo assim, tratar de (sub) desenvolvimento, é antes de tudo, discutir suas intencionalidades e o IDH, pode ser considerado como um instrumento de poder e de alienação que reforça a relação dissimétrica centro-periferia.

Propusemo-nos, nesta sessão, trazer as principais vertentes de cada tópico de Linhares (2013), tecendo contribuições relacionais a partir de autores de cunho científico. Elegemos a categoria território para tratarmos da dinâmica sociodemográfica latino-americana. As questões aqui esposadas estão intimamente permeadas por relações de poder dissimétricas dentro de um processo dialético.

Saquet (2007), Haesbaert (2007) e Raffestin (1993) nos deram robustez para condução reflexiva em torno do que nos propomos. Não podemos perder de vista que as questões sociodemográficas aqui descritas e analisadas são parte de um planejamento estratégico por parte do Estado, sobretudo, para fins de controle de sua população, dos recursos que esse território possui, da imposição de limites e fronteiras

pelos tentáculos do capitalismo. Mas, se trata também de pensar que a população dentro de sua dinamicidade não se mostra passiva no seu território que por sua vez, foi construído a partir de relações simbólicas, laços subjetivos, culturais, já salientados neste estudo por Haesbaert (2007).

REFLEXÕES FINAIS

Por meio desta discussão, podemos perceber a importância da relação didático-cientifica, considerando a categoria território atrelado aos conceitos demografia e Índice de Desenvolvimento Humano. Buscou-se desta maneira, uma maior densidade teórica que propicie a crítica e reflexividade no alunado.

O exercício reflexivo realizado neste estudo contribuiu para que possamos pensar a nossa prática docente e o compromisso que temos para como a educação sergipana. Proporcionou-nos uma análise crítica acerca de informações e estatísticas, além do trabalho com diferentes escalas local, regional e global, para um melhor entendimento a cerca do papel dos países periféricos frente ao sistema capitalista.

A disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos contribui para nossa formação, pois devemos analisar os problemas sociais nos países periféricos, sendo críticos e reflexivos, compreendendo a história desses países e quais são as relações de poder que atuam nesses territórios que servem de depósito de matérias-primas para os países centrais.

Outra importante contribuição da disciplina é em relação ao trabalho com o livro didático, pois muitas vezes ele é o único recurso do qual o professor dispõe, devendo ser analisado da melhor maneira possível, relacionando-o com outros autores, no caso da ciência geográfica, autores específicos- para enriquecer as discussões em sala de aula e construir uma geografia condizente com a realidade na qual estão inseridos os nossos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).** Disponível em:<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> Acesso em 26/04/2016.

CERQUEIRA, C. A; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos de Demografia.:<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf> Acesso em: 26/04/2016.

HAESBAERT. R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**- 3ª Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PORTO- GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.157- 204.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. P.143-163.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. Crises e Alternativas, Terceira reimpressão. EdUSP. São Paulo 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5° edição, 3° reimpressão. EdUSP. São Paulo 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

ÁFRICA: QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICAS, SOCIOCULTURAIS E TERRITÓRIO

Mizael Dias Aquino
Matheus Chagas Silva
Maria Heluiza de Carvalho
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

Este estudo é parte integrante da disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos, cuja metodologia adotada está ancorada em uma reflexão didático-científica entorno das diversas dimensões sócio-espaciais que envolvem os países periféricos. Justifica-se pela necessidade que a disciplina requer acerca de uma análise relacional entre os conteúdos abordados na academia e o conteúdo abordado nos livros didáticos.

Acreditamos que a referida análise pode contribuir na construção de uma geografia crítica, tida como a principal motivação para a elaboração desse ensaio, rompendo com a neutralidade no estudo da geografia e propondo um pensamento crítico frente às questões analisadas na disciplina.

Neste ensaio, objetiva-se uma reflexão sobre o conteúdo didático referente às questões sociodemográficas e socioculturais no continente africano, à luz da categoria território, embasando-se, sobretudo, em Haesbaert (2001; 2004), além de outros autores que foram analisados durante a realização da disciplina, a exemplo de Sampaio e Silva (2009).

A metodologia utilizada para a construção desse trabalho consiste nos expostos de Laurence Bardin (2011), a qual afirma que a análise de conteúdo se organiza em torno da pré-análise, que corresponde à fase de organização propriamente dita, caracterizada por um período de intuições e com o objetivo de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais; da exploração do material, na qual haverá a aplicação sistemática das decisões tomadas; e, por fim, do tratamento

dos resultados e interpretação, sendo estes analisados e utilizados com fins teóricos ou pragmáticos.

Este ensaio está estruturado de forma que contém a introdução, a qual faz um apanhado geral acerca do que será tratado ao longo desse artigo; a fundamentação teórica, onde os autores embasam as análises acerca da categoria território, defendendo os conceitos que a expressam da melhor forma, justificando o porquê da utilização de tal categoria e sua importância no século XXI. Além disso, são discutidos os conceitos relevantes para a compreensão das questões sociodemográficas e socioculturais, e feitas algumas sugestões acerca da importância da categoria para a abordagem do conteúdo na educação básica.

Nos resultados e discussão, onde haverá uma reflexão didático-científica do tema tratado, será abordada a categoria território, bem como a descrição detalhada do conteúdo didático que versa sobre as questões sociodemográficas, e alguns apontamentos reflexivos em relação à forma como é trabalhado o conteúdo. Por fim, as considerações finais, as quais têm como objetivo, diante de todo o exposto, abordar tudo o que foi extraído a partir das análises realizadas e sugerir novas metodologias acerca das reflexões aqui expostas.

REFLEXÕES SOBRE O TERRITÓRIO

Haesbaert (2001) traz relevantes contribuições para a análise da categoria território ao considerar que o mesmo também abarca a dimensão (i) material. Torna-se imprescindível destacar que ao analisar a categoria território, subtende-se também refletir sobre as relações de poder que se expressam a partir de diferentes formas, seja através do poder político-econômico, seja pelo poder exercido a partir da dimensão simbólica-cultural.

Haesbeart (2004, p. 21), ao tecer argumentos sobre território e suas multiterritorialidades, afirma que "[...] o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica". Nesta perspectiva, o território abrange um espaço de apropriações, possuindo um valor de uso, o qual pertence a diferentes estruturas políticas, econômicas e culturais. Ao mesmo

tempo em que o território é apropriado no sentido político, ele também é apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade, utilizando-se do espaço como referência.

Porto-Gonçalves (2006) traz conceitos relevantes para a compreensão dos aspectos demográficos e socioculturais no contexto da globalização. Ao tratar da questão demográfica, considera-se que o rápido crescimento populacional não significa colocar em risco o planeta, visto que muitos países populosos e "menos desenvolvidos economicamente" não causam impactos sobre os recursos naturais.

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 165) percebe-se que são "os países mais pobres que estão enviando mais recursos para os países mais ricos", logo, analisa-se que os recursos financeiros crescem mais que a população. Ressalta-se ainda que "diante dos novos dados da demografia mundial, com quedas acentuadas das taxas de fecundidade e do crescimento vegetativo, a preocupação com a explosão demográfica já não mais se justifica, não ser como ideologia" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 164).

As mudanças no quadro demográfico mundial, tais como a redução nas taxas de crescimento demográfico, diminuição do número de crianças e aumento da população jovem, bem como o aumento da expectativa de vida e consequentemente o crescimento do número de pessoas da chamada "terceira idade", isso tudo resulta em implicações políticas e ambientais. Assim, as consequências da transição etária sobre as demandas sociais de grupos selecionados – crianças, população em idade de trabalhar e idosos requerem políticas públicas eficientes para um melhor atendimento da demanda.

No que se a urbanização do mundo, Porto-Gonçalves (2006), afirma ser um mito o processo de urbanização, tendo em vista que os dados da ONU do ano 2000 apresentam que mais da metade da população mundial (53%) permanece rural. É preciso destacar ainda que:

> [...] a urbanização é vista como um destino nos múltiplos sentidos que a palavra comporta. Em função dessa premissa, as políticas não devem estar voltadas para onde está a maior parte da população mundial, na medida em que o rural, considerado uma forma "pré-moderna e inferior de existência", deve ser superado pela industrialização e, consequentemente, pela

> urbanização (PORTO-GONÇALVES, 2006, P. 181).

Desse modo, Porto-Gonçalves (2006) faz uma crítica à ideologia moderno-colonizadora, pois mais da metade da população rural, sendo que o rural não pode ser concebido como inferior tão pouco a população viver como se devesse ser "urbanizada".

O território que nos defendemos se define a partir das relações de poder, mas deve ser enfatizado que não apenas o poder político influencia na dinâmica territorial. Deve ser ressaltado que o território, ele é sempre múltiplo, caracterizado pela sua diversidade e complexidade enquanto "espaço-tempo vivido" e suas constantes transformações ao longo do tempo.

É de suma importância trabalhar o território, com base na lógica de apropriação e dominação que perpassa na lógica territorial, deve ser entendido que a multiplicidade de suas manifestações, irá gerar uma multiplicidade de poderes que irão atuar constantemente na configuração e mudanças no território.

Deve ser ressaltado que, dentro do território dos países denominados periféricos, principalmente é visto com maior clareza os processos de dominação territorial de outros países que interferem naqueles territórios gerando desta forma "Territórios de desigualdade". E desta forma, os agentes hegemônicos identificam o poder a partir da extensão territorial, potencial do território para exploração dos recursos físicos e humanos. Enfim, o uso do poder é ressaltado neste processo de exploração e dominação territorial.

ÁFRICA NO CONTEXTO DIDÁTICO: INCURSÕES ANALÍTICAS

Para fins de análise e reflexão, elegemos o conteúdo da obra didática "Para viver juntos: Geografia" dos autores Sampaio; Silva (2009), mais precisamente, o capítulo nove 'África - população e urbanização'.

No tópico um 'A população', os autores ressaltam a diversidade étnica dos povos no continente africano, alegando que a população africana se concentra em poucas áreas territoriais do continente, regiões desérticas como o Saara e o Kalahari, e áreas de

concentração de densas florestas e montanhosas de difícil acesso são pouco povoadas. Áreas com certa abundância de água concentram enormes contingentes populacionais, como na área do rio Nilo, localizado ao norte do continente africano no território do Egito, que desenvolvem as atividades agrícolas. As áreas úmidas, como a África Central e o litoral mediterrâneo possui uma alta densidade demográfica.

Um aspecto que pode ser explorado pelo docente em sala de aula é a relação sociedade-natureza, fundamental para compreender a dinâmica que se estabelece no território. Quando os autores trazem a paisagem transformada pelos grupos humanos para atender as suas demandas sócio-espaciais, nos fornece subsídios para inserimos a reflexão acerca desta categoria e sairmos do reducionismo sugerido nos conteúdos didáticos em que a paisagem se restringe aos aspectos meramente físicos.

A paisagem reflete as atitudes dos indivíduos face ao ambiente, os sentidos que ele reconhece nos seus elementos e os valores atribuídos pelas sociedades; é delimitada pelas fronteiras do olhar e não apenas a do ver. Entrelaçar as formas de povoamento, de concentração populacional ao substrato físico, e construir junto com os alunos uma discussão da paisagem numa conotação sociocultural é enriquecer o conteúdo, afinal, o estudo da paisagem de um dado território também revela contradições e dissimetrias.

Outro ponto exposto pelos autores refere-se à **diversidade étnica,** embora de forma bem sucinta. Eles mostram que em muitos países da África Subsaariana, há alguns grupos de ascendência europeia que se distribuem principalmente nos centros urbanos desta região, contudo, grupos étnicos da região são predominantes. Já na porção Setentrional, se concentram povos árabes que, em sua maioria, são da religião islâmica. Em seguida, enfatizam que a África possui uma grande **diversidade de idiomas**, sendo que é possível identificar mais de 1500 idiomas e dialetos distintos no continente africano.

Sampaio; Silva (2009) ainda afirmam que metade das nações africanas tem como língua oficial o idioma inglês, fato ligado principalmente à história de exploração e dominação de vários países africanos pela Inglaterra no passado. Os autores também destacam o idioma da língua portuguesa que é adotado em cinco nações africanas diferentes.

Neste quesito, é relevante o professor atentar para uma discussão sobre etnia; esclarecer para o aluno o que é etnia e, neste sentido o geógrafo Bonnemaison (2002) nos fornece importantes contribuições. Para este autor, "uma etnia existe, primeiramente, pela cultura que produz. É em seu seio que se elabora e se perpetua a soma de crenças, rituais e práticas que fundam a cultura e permitem que os grupos se reproduzam" (Bonnemaison, 2002, p.94).

Portanto, é importante deixarmos claro que a questão étnica na África é a matriz para o entendimento dos povos que naquele continente habitam. Deixar claro, ainda, que muitas das singulares desses povos foram destruídas, em prol de uma colonialidade do poder orquestrada pelas forças hegemônicas e que até hoje, esses povos sofrem as consequências desse processo perverso.

Vale ressaltar que os diferentes grupos étnicos podem conviver no território africano com respeito mútuo, como também podem ser utilizadas na trama de relações de poder para fomentar conflitos em prol dos interesses de agentes e sujeitos externos ao território africano. Essa questão, infelizmente não é prioridade no conteúdo didático.

Outro ponto reflexivo que merece ser considerado é a ausência de uma análise acerca do processo de desterritorialização/ reterritorialização impostas aos grupos sociais por meio do colonialismo e atualmente, da colonialidade, conforme expõe Quijano:

> Colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angula do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2010, p. 84).

Em seguida Sampaio; Silva (2009) tecem considerações acerca dos aspectos religiosos. Eles destacam que a população do continente apresenta uma evidente diferenciação em suas práticas religiosas. Os autores citam que a religião islâmica é um fator de unidade na porção norte do continente africano, sendo que geograficamente os países que

professam a religião islâmica, em sua maioria, esta na região norte da África.

Sobre a religião católica presente no continente africano Sampaio; Silva (2009) destacam o crescente número de fiéis deste segmento religioso no continente africano, sendo que na região central da África é onde existe o maior número de fiéis católicos no continente. Logo em seguida, o protestantismo se concentra principalmente nos países localizados ao Sul da África, com um maior número de seguidores desta religião na Namíbia e África do Sul. Sobre as religiões africanas tradicionais, Sampaio; Silva (2009) a tratam de forma superficial, salientando apenas que são diversos os outros segmentos religiosos no continente.

É relevante esclarecer para os alunos o papel alienante que a religião católica teve para o processo de desterritorialização do continente africano. Paralelamente, levar uma análise geocultural acerca da riqueza dos povos africanos antes do desmanche de seus territórios pela racionalidade eurocêntrica e colonial. Nisto inclui práticas religiosas praticadas pelos povos tradicionais, seus rituais, suas formas de comunicação, seu modo de vida que diverge completamente da lógica dominante.

Em seguida, no tópico dois 'O crescimento da população', os autores inferem o conteúdo acerca do crescimento da população na África. Eles enfatizam que os países mais pobres possuem um elevado crescimento populacional, e isso não é diferente nos países do continente africano, onde este processo de aumento populacional de caráter intenso é mais acentuado; mostram que, principalmente na região em que concentra os países da África Subsaariana, é mais alto o crescimento populacional, sendo que as condições higiênicas e sanitárias, bem como a universalização do acesso á saúde crescem de uma maneira muito lenta.

Os autores, ainda tecem considerações sobre a baixa expectativa de vida na maioria dos países do continente africano por diversos fatores - fome, doenças epidêmicas (principalmente a AIDS). Outro fator que para eles influencia de forma negativa na baixa expectativa de vida é a ocorrência de guerras civis e étnicas presentes no território do continente africano.

Sampaio; Silva (2009) discorrem ainda sobre a estrutura etária da população do continente, deixando notório que é uma população

predominantemente formada por jovens, sendo que grande parte da população deste continente morre antes de chegar à fase adulta. Todas as questões trazidas pelos autores influenciam no baixo IDH do continente. Outro assunto relevante é sobre as migrações, sobretudo, o drama da emigração no continente africano, relatando à crise dos refugiados, a forte taxa de saída das pessoas do continente como resultado das precárias condições sociais e econômicas em que boa parte da população do continente africano esta inserida.

Identificar-se com um território alude ser e se enxergar parte de círculos sociais e redes de lugares específicos, e compartir de um sentimento coletivo dos signos, códigos e práticas culturais. Isso permite embrenhar-se nas singularidades do território, bem como compreender sua organização sócio-espacial. Quando, por algum motivo, o individuo se vê obrigado a desgarrar-se do seu território, ele é atingido em sua essência de ser social. Quando o tema migração vem à tona, é crucial que o professor dê uma atenção às questões que levam esse individuo a se 'desplazar' do território tanto no sentido material, como afetivo.

O referido texto didático mostra que no continente africano, o processo de urbanização acelerada e a formação de grandes cidades desencadearam uma série de problemas urbanos. Entre os principais, está a carência de infraestrutura adequada e a falta de moradias, sendo que os investimentos dos governos destes países da África são relativamente baixos para a alta demanda do crescimento populacional principalmente nos grandes centros urbanos neste continente.

Haesbeart (2004, p. 29) cita que os "governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial". É no continente africano em que as nações possuem disparidades econômicas gritantes, países como África do Sul e Egito, concentra atividades econômicas importantes que dinamizam o território, enquanto outras nações em solo africano como Serra Leoa e Somália os investimentos visam apenas à exploração dos seus territórios - o lucro em que estes países podem gerar.

Inferimos que, ao abordar o referido conteúdo, o professor, poderá adensar com Haesbaert (2004), quando o mesmo analisa a globalização desterritorializante enquanto um processo complexo.

Associa-se a ideia de agentes hegemônicos, que ditam as regras de funcionamento dos territórios dominados, variáveis de aferição para o desenvolvimento populacional, econômico, social e até cultural.

As características sociodemográficas apresentadas pelos autores didáticos, muitas vezes reforçam preconceitos seguidos de superficialidades e, cabe ao professor ter a consciência de que se pode trabalhar na contramão dessas questões que, muitas vezes, não contribuem para desmitificar concepções que não condizem com a realidade do continente africano.

Elegemos a categoria território, sobretudo, a luz de Haesbaert (2004) por corroborarmos com suas análises, considerando o território como fruto de uma relação desigual de forças, entorno do domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora associados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. É o que percebemos nas leituras sobre o continente africano.

Muitas informações são trazidas à tona, sem uma contextualização que deixe claro os porquês destas características. Outra questão reside nas territorialidades dos povos africanos que, diga-se de passagem, não são enfatizadas de forma a revelar que o continente em voga, não se restringe a pobreza, catástrofes, guerras étnicas, ou algo similar.

REFLEXÕES FINAIS

O estudo realizado nos alertou para a necessidade de , como professores, possamos ir além dos conteúdos didáticos, utilizando-nos de outras referências bibliográficas que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem dos discentes, desmistificando assim, os estereótipos impostos pelo ocidente no que diz respeito à África. O aluno deve vislumbrar o continente para além da pobreza e dos conflitos frequentes entre as várias etnias, questões muito salientadas nos livros didáticos.

Ao se abordar fatores demográficos e socioculturais, sobretudo na África, é preciso, antes de tudo, que o aluno tome conhecimento que o continente se apresenta como um território diversificado seja culturalmente, etnicamente, fisicamente ou socialmente, e que tudo isso é responsável por configurar esse território. Sendo assim, as

populações, as quais se apresentam muito diversificadas até mesmo dentro de um Estado-nação, é reflexo de todos esses fatores reunidos, e não dissociados.

A despeito de tudo o que foi elencado até o momento, há, portanto, a necessidade de recorrer sempre às entrelinhas da geografia do livro didático. Elas vão servir de base para entender todo o processo de povoamento do continente africano, desde o processo de colonização do território, perpassando pela época da descolonização, caracterizada pela independência e pelo surgimento dos primeiros Estados africanos com suas diversas contradições, até a atualidade, onde não se pode negar a pobreza extrema que ainda assola diversas regiões, e os constantes conflitos entre grupos étnicos.

Porém, apesar disso, não se pode olvidar da riqueza cultural que este continente carrega e que influenciou/influencia diversos povos no restante do mundo, fazendo-nos chegar à conclusão de que a África não desempenha apenas um papel subversivo nesse complexo sistema-mundo moderno-colonial, e que ao mesmo tempo em que é tomada como periferia (abandonada), a mesma também se configura como centro, a depender da conjuntura em que é analisada.

Contudo, o que falta ser discutido na Educação Básica no que concerne ao continente africano, é este ser tomado como um território que, mesmo com suas contradições, assim como qualquer outro, está inserido sim na lógica capitalista. A África deve deixar de ser vista como um continente isolado nesse sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, v.3, p. 83-132.

HAESBAERT, **Território e Multiterritorialidade: Um Debate.** GEOgraphia (UFF), 2004.

HAESBAERT, R. BÁRBARA, M. J. S. **Identidade e Migração em áreas Transfronteiriças.** GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 5, p. 45-65, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza &MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84- 130.

SAMPAIO, Fernando S.; SILVA, Vagner A. da. **Para viver juntos: Geografia 8º ano**. 1ª ed. rev. São Paulo, SM 2008.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos. **O Território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração.** Faz Ciência – Sociedade, Espaço e Economia, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.

(DES) ORDEM MUNDIAL, AMÉRICA LATINA E QUESTÕES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS

Heberty Ruan da Conceição Silva
Daniela Santos Feitoza
Marcos Vinicius dos Santos Souza
César Augusto França Ribeiro
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui esposadas decorrem da necessidade de se pensar de que forma os conteúdos pertinentes a Geografia na Educação Básica são transmitidos para os alunos, sobretudo, quando se trata dos aspectos geopolíticos da América Latina, contidos no livro didático.

Dessa maneira, a disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos contribuiu com adensamentos analíticos que nos conduzam a uma reflexão sobre a temática, a partir da discussão científica com autores que nos fornecem suporte para pensarmos a América Latina no contexto das relações de poder, a fim de desmitificar o estereótipo eurocêntrico, colonialista e ocidentalista que muitas vezes são identificados em determinadas leituras didáticas sobre os países periféricos.

Assim, o objetivo central traçado neste estudo parte da análise acerca do conteúdo didático, cuja temática perpassa pelos aspectos geopolíticos da América Latina, a partir da categoria Território. Consideramos, outrossim, como a referida temática é abordada no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para atingir o objetivo proposto, fizemos uso dos seguintes instrumentais: Revisão de literatura, tendo como pilar teórico-conceitual a categoria Território, o conceito de Geopolítica,

eurocentrismo, ocidentalismo, além de livros didáticos e provas do ENEM nos anos de 2011 a 2015.

Considerando o exposto, a análise proposta está estruturada em duas sessões principais: reflexão a cerca do território e a América latina no contexto do sistema-mundo moderno-colonial; reflexão relacional entre os conteúdos didático e científico.

TERRITÓRIO EM FOCO: UMA BREVE REFLEXÃO

Tratar da base conceitual do território é antes de tudo, uma tarefa árdua, pois muitas são os conceitos encontrados e elucidados no percurso teórico-epistemológico de nossa ciência. Neste contexto, destacamos na sequência, duas perspectivas de território distintas. Segundo Santos:

> O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas. [...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da Vida (SANTOS, 1999, p.8).

Considerando a perspectiva de Haesbaert:

> Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p.01).

Entretanto, não é nosso intuito neste trabalho, analisarmos tais distinções. Corroboramos com a perspectiva de Haesbaert, (2004), onde defendemos que o território é o espaço constituído de relações de poder que surgem a partir da dominação e apropriação humana sobre o próprio espaço e "nenhuma sociedade escapa da dimensão territorial. O território é, sempre, também abrigo e proteção. No caso da espécie humana, o território é abrigo e proteção em duplo sentido: simbólico e material" (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006 p. 13).

É evidente que o território possui duas dimensões, a social e a material, sendo a social repleta de relações culturais, simbólicas,

identitárias e de poder estabelecidas entre a sociedade que vive e se apropria do território. Já a dimensão material é tudo aquilo que se concretiza em decorrência das relações simbólicas e materiais.

Esclarecemos que não se deve, nas análises territoriais, separar a dimensão social da concreta, pois uma está relacionada com a outra no sentido da própria existência do território, porque o território não pode existir sem sua base material, onde as relações sociais acontecem e são materializadas.

Pensar ainda nas questões políticas que engendram a análise territorial é outro aspecto relevante para uma apreensão mais maturada e nessa perspectiva, alegamos que o território é poder e a dimensão política é a que mais comumente lhe confere esse sentido. Isso não desmerece ou exclui da análise a dimensão cultural e econômica. A propósito, Souza afirma que:

> a própria separação entre o "político", o "cultural" e o "econômico", da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível mas não é propriamente separável. Em meio a relações sociais complexas, uma dimensão pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante, o que não significa que ela seja a única relevante (SOUZA, 2008, P. 60)

São estas análises que nos encaminham para pensarmos a América Latina e seu processo de formação territorial nas dimensões descritas acima. Desta forma, adentraremos nas tessituras de relações de poder que mantêm este segmento territorial americano na lógica da periferia no sistema-mundo moderno-colonial.

Para Porto-Gonçalves (2006, p. 153) "o Estado territorial, forma geográfico-política por excelência no mundo moderno-colonial, teve sua origem nos séculos XIII e XIV". A América Latina é um território que historicamente foi/é constituído de lutas, conflitos armados, resistência, genocídios e imposição cultural. Sua formação está ancorada no contexto da (des) ordem mundial, que contribuiu para a formação territorial dos Estados-nação que conhecemos atualmente.

Podemos inferir que nenhuma sociedade escapa do Estado territorial. Ainda segundo Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), o território do Estado:

> Trata-se de uma invenção histórica europeia que, depois, se generalizou para o mundo como parte do colonialismo e do imperialismo, enfim, como parte da constituição de um grande sistema estatal, o sistema mundo moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇAVES, 2006, P. 13).

Observamos que o território latino-americano foi formado a partir de uma consolidação hegemônica europeia, do olhar do estrangeiro, do dominador, e neste sentido, a nossa identidade relacionada ao referido território, é uma identidade forjada e artificial, considerando a homogeneização imposta aos territórios aqui existentes, partindo dessas designações.

A CONSOLIDAÇÃO DA HEGEMONIA EUROCÊNTRICA NO "NOVO MUNDO"

O desenvolvimento do Capitalismo em sua fase inicial gestava-se em uma Europa que vivia em tempos de transição, em que esta se percebia através do modelo econômico, dos hábitos e do modo de vida que até então se denominava feudal. Com os novos olhares ampliados para a nova realidade moderna, a Europa estendia sua visão para além do seu domínio, exigia muita ousadia, e financiamento que veio por parte do Estado, Burguesia e Igreja.

Essa tríplice deu o devido impulso ao expandir e impor violentamente a racionalidade eurocêntrica a outros territórios. A conquista dos povos nativos e dos territórios do 'Novo Mundo' enalteceu a supremacia europeia. Contudo, a partir da reprodução eurocêntrica do ser, eis que surge uma América Latina tutelada pela figura do colonizador (QUIJANO, 2005).

O apaziguamento e a mutilação dos povos nativos foram feitos a partir do sistema colonial, que consiste em uma estrutura de dominação político- administrativa, correspondendo um conjunto de instituições

evidenciado pela condição metrópole/colônia. Para Immanuel Wallerstein (1976), a expansão europeia sobre o continente americano, simbolizou o que ele designou de sistema-mundo moderno, em que este é definido como:

> Um sistema mundial é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência. Tem as características de um organismo, na medida em que possui um tempo de vida, no qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis em outros. Os únicos sistemas reais são as economias relativamente autônomas, de subsistência e sistemas mundiais (WALLERSTEIN, 1976, p. 296).

Outra peculiaridade se constitui na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) em que esta define papel determinante na hierárquica relação Centro-Periferia. Segundo Arruda (2007, p. 172) "esta divisão não é meramente funcional, isto é, ocupacional, mas também geográfica. Quer dizer, a variedade de tarefas econômicas não está distribuída uniformemente no seio do amplo sistema mundial".

Diante disso, as relações que se estabelecem na periferia são frutos das perversidades impostas pelo centro hegemônico do poder, no qual se efetivou a DIT como dispositivo de classificação e regionalização, a partir da segregação sócio-espacial em toda a América Latina.

AMÉRICA LATINA: O GUETO GEOPOLÍTICO DO SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL

A constituição da América Latina, segundo Mignolo (2005), se deu através de três principais características sendo o eurocentrismo, colonialismo e colonialidade. Por eurocentrismo, o autor esclarece que se trata de uma racionalidade específica que se torna mundialmente difundida atingindo o status de racionalidade hegemônica e sobrepondo-se a diferentes formas de conhecimento tanto na Europa e demais territórios mundo afora.

Já a colonização e colonialidade estão imbricadas. É na América que elas se arrobustam, constituindo assim, a economia-mundo do

capitalismo, fazendo parte de um mesmo processo histórico datado do século XVI. A colonialidade, que é vivamente propagada e arraigada na América Latina, está além das particularidades do colonialismo que se configurou em um período histórico que não sessou com o processo de descolonização. Sendo assim, conforme Quijano (2005), ela se configura como uma reflexão acerca da modernidade como sendo um processo intimamente atrelado à experiência colonial.

A colonialidade também expressa relações sociais de poder cunhadas na ideia de raça para perpetuar uma dissimetria entre povos e seus respectivos territórios, o que se torna relevante para o desenvolvimento capitalista. Nessa direção, podemos refletir sobre a consolidação da América periférica dentro do sistema-mundo que se deu a partir dessa lógica eurocentrismo-colonialismo-colonialidade, que se (re) configura nas relações de subordinação dentro da DIT e nos binômios moderno/arcaico, metrópole/colônia.

Sendo assim, o processo de formação dos Estados na América Latina:

> [...] sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação (QUIJANO, 2005, P. 135).

Podemos alegar que atualmente, a América Latina é constituída por territórios com Estados-nação frágeis, com democracias frágeis, mas com um conteúdo de luta, de reivindicações, de rugosidades e resistências dentro uma (des) ordem permeada de uma dialética que essencializa sua dinâmica sócio-espacial.

Vivemos uma geopolítica mundial marcada pela dissimetria das relações que entrelaçam o centro e periferia, vivemos o engessamento das relações dissimétricas verticalizadas no território latino-americano.

Nesse sentido, comungamos com Quijano, (2005), acerca do papel da América Latina, na geopolítica mundial e o seu lugar no espaço global:

> A globalização que vivemos nos dias de hoje é o auge de um processo iniciado há mais de 500 anos com a conquista da América, o desenvolvimento do sistema capitalista e a formação de um novo padrão de poder mundial centrado na Europa. Neste processo, a América foi o ato constitutivo, o ponto de partida e condição de possibilidade para a formação do que viria a ser o sistema-mundo moderno, um novo padrão de poder com vocação mundial (QUIJANO, 2005, p. 270).

Os percalços que a América Latina vem enfrentando, devido à reprodução do capitalismo pelo espaço vem produzindo um desenvolvimento geograficamente desigual e, esse fenômeno denominado de globalização trouxe consigo novos agentes hegemônicos que configuram o território latino-americano, através dos órgãos de governança global e a presença de blocos econômicos. Diante desta reflexão, iniciaremos uma análise a partir do livro didático, acerca de como a América-Latina vem sendo contextualizada no Ensino Básico.

GEOPOLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: ENTRELAÇAMENTOS DIDÁTICO-CIENTÍFICOS

O livro didático[2] designado para o desenvolvimento da análise relacional refere-se ao escrito pelos autores Tamdjani; Mendes (2012) destinado ao 8° ano do Ensino Fundamental. O foco está no conteúdo que versa sobre os aspectos geopolíticos.

Começamos a nossa análise pelo sumário do Livro, e nele constata-se que os autores destinaram o total de sete capítulos para análise da formação territorial da América Latina, com a seguinte sistematização: capítulo cinco – América: o espaço geográfico antes da

[2] TAMDJIAN, J. O. MENDES, I. L. **Estudos geográficos: o espaço mundo** I. Geografia 8° ano. Ed FTD, São Paulo, 2012.

colonização; Capítulo seis – América do Norte; Capítulo sete – Estados Unidos da América; Capítulo oito – Canadá e México; Capítulo nove – América Central; Capítulo dez – América Andina; Capítulo onze – América Platina.

Os autores iniciam suas reflexões no capítulo cinco, descrevendo, sobretudo, as antigas civilizações do continente antes da colonização europeia, destacando os Astecas, Maias e Incas como civilizações que viveram segmento territorial. Contudo, é visível que a história de lutas, extermínio, genocídio, violência e exploração promovida pelos colonizadores para com esses povos é silenciada no conteúdo analisado.

Este aspecto nos remete ao que Quijano e Mignolo (2005) refletem sobre a racionalidade eurocêntrica/ocidental que é mantida por meio da colonialidade. Atentamos para um conteúdo que prioriza informações meramente descritivas, necessitando de um descortinamento para deixarmos claro aos nossos alunos que a América Latina foi uma invenção do 'outro' nos moldes do padrão de poder dissimétrico.

Contudo, antes de ser tomada pelo o outro, esse segmento territorial possuía outra dinâmica sócio-espacial, fundada nos laços territoriais de povos que mantinham relações de poder na lógica da relação sociedade-natureza e não a lógica da exploração e espoliação capitalista. A imposição da racionalidade eurocêntrica, se deu à custas de vários conflitos envolvendo a luta pela manutenção das territorialidades dos povos que ali estavam e a desterritorialização por parte dos invasores.

No capítulo seis, podemos destacar a contextualização geral do continente americano, considerando as duas divisões histórico-cultural: América Latina e Anglo-saxônica. Porém, só é destinada apenas uma página para tratar dessa contextualização e, novamente nos deparamos com a omissão de informações a respeito da história de formação da América Latina. Contudo, os autores tecem críticas à divisão:

> Apesar de muito usada até hoje, essa divisão histórico-cultural do continente americano pouco colabora para a efetiva compreensão da sociedade que o habita. Até recentemente, muitos estudiosos rotulavam a América anglo-saxônica

> como desenvolvida e a América Latina como subdesenvolvida. Trata-se de uma visão muito simplista e inútil, pois há países de origem anglo-saxônica muito pobres, como Jamaica, e países latinos, como Cuba, cujos indicadores sociais são melhores que o de muitos países desenvolvidos (TAMDJIAN; MENDES, 2012 p. 101).

Neste sentido, podemos inferir que, apesar de omitir muitas informações (que julgamos essenciais), os autores tentam desmistificar alguns pensamentos incoerentes sobre esse conteúdo. Ainda podemos correlacionar com as ideias de Haesbaert; Porto Gonçalves (2006), onde esses afirmam que a criação do termo América Latina surgiu para homogeneizar esse gueto geopolítico, e um exemplo claro dessa tentativa de homogeneização são os rótulos citados anteriormente por Tamdjian; Mendes (2012).

Ainda no capítulo seis, temos como foco as características físicas da paisagem e nos aspectos cartográficos do continente americano. O que inferimos sobre este conteúdo é a descrição sem a relação sociedade-natureza imprescindível para a conformação da paisagem sociocultural.

Outra questão é a carência de uma reflexão que expressa a riqueza da paisagem física do continente e as intencionalidades debruçadas e materializadas para com os elementos dessa paisagem contida nos territórios americanos, sobretudo, o segmento que constitui a periferia. Lembramos que o colonialismo se projetou na dissimetria colônia/metrópole e muito de nossa base material enriqueceu a elite do centro.

No capítulo sete, intitulado 'Estados Unidos da América é identificado certo tipo de priorização ao referido país, pois é o único ao qual foi destinado um capítulo inteiro para sua abordagem. Além disso, o contexto geopolítico relacionado com a América Latina, muito pouco apareceu.

No capítulo oito, cujo foco está no México e Canadá, Tamdjian; Mendes (2012) se debruçam nas características gerais desses países. No caso do México, é destacado os seus problemas sociais em detrimento das suas potencialidades. Porém, o autor demostra como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) acentuou os

problemas sociais e econômicos do único país latino-americano vinculado ao bloco. Conforme os autores:

> Quanto ao México, inicialmente ocorreu uma euforia por conta da abertura do mercado consumidor estadunidense aos produtos do país latino. Mas, em poucos anos a realidade mostrou-se outra. Uma parcela considerável das empresas mexicanas foi comprada por gigantescas transnacionais norte-americanas, [...] isso faz o desemprego explodir no México. [...] Na agricultura, o México passou de exportador de milho e algodão a importador desses produtos. (TAMDJIAN; MENDES, 2012 p. 173-174).

Neste sentido, podemos afirmar que as relações de colonialidade entre o México e Estados Unidos foram intensificadas com o NAFTA, demostrando assim, que sua criação só serviu para acentuar a relação centro-periferia, a partir do grau de dependência e subserviência que foi imposto aos países latinos e os elevados ganhos econômicos dos Estados Unidos. Contudo, esta análise não é suscitada na obra didática.

No capítulo nove, que versa sobre a América Central, nos chama atenção o subtítulo "Uma ponte entre o norte e o sul". A partir disso, podemos entender que a referida afirmação pode ser interpretada de forma preconceituosa pelos alunos e contribui também para homogeneizar a diversidade geográfica da região. Ainda no capítulo, são descritas as características históricas, econômicas e sociais de cada país da porção central da América, além dos conflitos internacionais que envolvem alguns países como Cuba, permanecendo com um conteúdo que preza pela descrição.

Nos capítulos dez e onze, o conteúdo está centrado nas Américas Andina e Platina respectivamente, em que inicialmente, os territórios são tratados em um contexto geral e, em seguida, por país enfatizando as características físicas, estatísticas e sociais de cada um deles.

AS QUESTÕES GEOPOLÍTICAS DA AMÉRICA LATINA NO ENEM

Atualmente, vivemos um momento da educação institucional em que o ENEM é o centro das atenções do Ensino Básico brasileiro, sobretudo, no nível médio. Neste sentido, é pertinente uma análise de suas questões para que possamos entender como e em qual contexto os aspectos geopolíticos da América Latina são referenciados e, se são. Foram analisadas as provas da área de Ciências Humanas e suas tecnologias entre o período de 2011 a 2015.

No ano de 2011, só havia uma questão que tratava da nova (des) ordem mundial, sob uma proposta de regionalização. Em 2012, não foi identificada nenhuma questão que abordasse os eixos pesquisados. No ano de 2013 houve uma questão que trata de um continente considerado "periférico"- a África e duas questões sobre o aspecto político apenas, o que não se configura nas questões geopolíticas. Já nos anos de 2014 e 2015 houve questões envolvendo mais uma vez aspectos de cunho meramente político envolvendo a África.

Com base no exposto, podemos alegar que nos últimos cinco anos de realização do ENEM, a América Latina não foi uma preocupação por parte daqueles que sistematizam as questões voltadas para as Ciências Humanas, sobretudo, considerando o contexto proposto aqui neste trabalho.

REFLEXÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, concluímos que a análise relacional mostrou-se como uma ótima metodologia para que os discentes dos cursos de Geografia Licenciatura possam refletir acerca dos conteúdos didáticos da Educação Básica. Identificamos que a América Latina no livro didático foi tratada de forma predominantemente descritiva, no que concerne as suas características gerais e geopolíticas.

Em algumas situações, os países latino-americanos foram tratados como 'ilhas', tamanha a falta de relação entre eles. Contudo, em conteúdos pontuais, os autores suscitam uma análise crítica. Podemos ainda observar que a depender da visão de mundo dos

autores didáticos, o conteúdo pode ser delineado de acordo com o seu ponto de vista, respaldando ou influenciando também o olhar dos alunos sobre sua realidade.

Sobre as questões geopolíticas, afirmamos que estas não são enfatizadas no conteúdo, embora os autores apontem caminhos que suscitem trazer para a aula conceitos relevantes, como os enfatizados aqui, a exemplo do eurocentrismo, colonialismo e colonialidade, sistema-mundo para pensarmos a nossa América Latina dentro no contexto moderno-colonial.

Desta maneira, cabe ao professor ser mediador, desmistificador e apresentar outras possibilidades de compreensão da realidade ou e do cotidiano, analisando juntamente com os alunos, para além do conteúdo que o livro didático poderá apresentar.

REFERÊNCIAS BILIOGRÁFICAS

ARRUDA, José Jobson de Andrade Arruda, **Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial.** Departamento de História-FFLCH/USP, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade,** Porto Alegre, UFRGS, 2004.

HAESBAERT, R. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo, ed. UNESP, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

WALLERSTEIN, I. **The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy**. New York, Academic Press, 197. 1976.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisferio ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-

americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Revista **GEOgraphia**, Ano. 1, N. 1. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 1999.

SOUZA, Marcelo. L. de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores). 1.ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

TAMDJIAN, J. O. MENDES, I. L. **Estudos geográficos: o espaço mundo** I. Geografia 8° ano. Ed FTD, São Paulo, 2012.

ÁFRICA: QUESTÕES GEOPOLÍTICAS E TERRITÓRIO

Maurício de Andrade Souza
Monys Inácio Lima
Walter Luiz de Jesus Pires
César Augusto França Ribeiro
Roseane Cristina Santos Gomes

INTRODUÇÃO

Este estudo justifica-se a partir de um questionamento, que no momento atual, na complexidade do mundo em que vivemos e velocidade da informação na era digital é pertinente à educação, mais especificamente, ao ensino de Geografia: o conteúdo do livro didático é suficiente para o exercício reflexivo no processo de *ensino-aprendizagem* de geografia escolar?

Longe de abarcar todas as possibilidades que podem contribuir para minimizar a problemática exposta aqui, tem-se como motivação principal e que sustenta este trabalho, a construção de estudo analítico que contribuirá para que profissionais possam refletir acerca das suas práticas de ensino, dando-lhes suporte teórico-metodológico para o ensino de uma Geografia que prime pela criticidade e reflexividade em detrimento do ensino "decoreba".

Objetiva-se, assim, analisar o conteúdo didático que versa sobre o contexto geopolítico na formação dos Estados-nação africanos no percalço da categoria território, a partir de Haesbaert (2004), Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), Pessanha (1998) e Quijano (2005), prepoderantemente. A obra didática a ser analisada intitula-se 'Geografia Crítica' produzida por Vesentini; Vlach (2009), mais especificamente, o capítulo doze, denominado 'África em conjunto'.

Como metodologia, adotou-se a análise de conteúdo com base em Moraes (1999), seguindo cinco etapas: Preparação das informações; Transformação do conteúdo em unidades; Classificação das unidades em categorias; Descrição e Interpretação.

O estudo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte apresenta-se com base em Haesbaert (2004) reflexões enlaçadas pela categoria território, com contribuições conceituais que ajudam a ampliar a percepção acerca do continente africano em Fanon (1968), Fonseca (2011), Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), Pessanha (1998) e Quijano (2005); na segunda parte, apresentam-se reflexões didático-científicas em diálogo com o conteúdo didático descrito minuciosamente; por fim, tecem-se algumas considerações finais acerca da proposta teórico-metodológica e possíveis contribuições para o processo de ensino-aprendizagem de geografia no Ensino Básico.

AMPLIANDO AS CONCEPÇÕES ACERCA DO CONTINENTE AFRICANO

O continente africano no sistema-mundo moderno-colonial

Para refletirmos sobre a África, precisamos nos atentar para o período que compreende a conquista e submissão do continente entre os séculos XV e XX, pela Europa, para assim, traçarmos um esforço no sentido de desmitificarmos as percepções gerais sobre este continente dentro de um viés eurocêntrico; percepções sobre a África como sinônimo de pobreza, doenças, misticismo, primitividade dos seus povos, bem como fauna e flora exóticas: substratos de uma visão eurocêntrica que negou o sujeito histórico africano (FONSECA, 2011).

Para conhecer profundamente a história do continente africano, torna-se pertinente adentrar no seu contexto de (ex) colônia e compreender as restrições que impossibilitaram e ainda impossibilitam o desenvolvimento econômico, político e social da África em vista ao cenário mundial.

O sistema-mundo moderno-colonial diz respeito a uma compreensão oriunda daquele que é exterior a uma dada realidade. A considerar a perspectiva da África, esse pensamento externo decorre preponderante dos países que colonizaram o referido continente, a citar alguns europeus (Reino Unido, Portugal, Espanha, por exemplo) e a Austrália. Desta forma, há uma imposição com caráter de dominação por intermédio de práticas sociais e ideológicas que influenciam e deixaram marcas no território, conforme Haesbaert (2004):

> Território, […] em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT, 2004, p. 674-675).

O projeto de dominação europeu decorre na fase do Imperialismo e da expansão mercantil marítima em meados dos séculos XV e XVI, tendo como principal objetivo a exploração daquele que viria a se tornar o continente africano. Tal dominação não ocorreu apenas de maneira territorial (ou funcional mercantilista), mas também simbólica e cultural havendo, assim, uma relação de poder dissimétrica entre europeus e suas colônias. Cabe salientar que os interesses europeus se encontravam em oposição aos dos habitantes.

Neste contexto, Pessanha (1998) destaca que relação da Europa com a África obedece a algumas fases em períodos históricos distintos, mas intercambiáveis. São eles: entre séculos XV e XIX com as primeiras viagens de reconhecimento, expedições geográficas, militares e missionárias, que culminaram em uma África integrada ao circuito mundial, a partir da exportação de escravos para a América, logrando a África a condição de "periferia da periferia"; fins do século XIX e a fase do imperialismo europeu, bem como a partilha da África e exploração de suas terras a partir das *plantations:* a África passa a ser periferia integrada, ou seja, surge uma divisão territorial do trabalho, em que a África é colocada como fornecedora de matérias-primas para a produção industrial europeia.

A imposição ideológica eurocêntrica se fez marcante, inclusive quanto a própria denominação do ser "africano", pois esta foi formada com caráter pejorativo, ratificando o menosprezo dos colonizadores para com os colonizados. Neste aspecto, corroboramos com Quijano (2005), quando o mesmo traz uma reflexão acerca da colonialidade, inferindo que a "racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e

sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e seus saberes concretos […] no resto do mundo." (QUIJANO, 2005, p.115).

A crença eurocêntrica, emancipatória do mundo "primitivo", colocou-se de maneira impositiva como modelo ideal a seguir para a reconstrução do mundo. No caso específico da África, todos os seus povos e sua organização social e cultural diversa, e o valor de uso dos seus territórios foram desconsiderados. Assim, conforme Haesbaert (2005, p. 675), "é interessante observar que, enquanto 'espaço-tempo vivido', o território é sempre múltiplo, 'diverso e complexo', ao contrário do território 'uni funcional' proposto pela lógica capitalista hegemônica", ou seja, o território está repleto de "multiterritorialidades" que violentamente imprimiu-se na África para tornar o território funcional à Europa e suas aspirações capitalistas presentes no imperialismo do século XIX.

Torna-se pertinente salientar que a inserção do Estado-moderno no continente desconfigurou sua originalidade/naturalidade territorial, impondo-lhe segundo a premissa de "sistema-mundo" divisões territoriais em Estados-nação. Essa nova conotação foi imposta desprezando a África ema história, contextos étnicos, culturais e sociais, em prol da sua inserção na economia global capitalista. A corroborar com nossa compreensão, Haesbaert; Porto-Gonçalves mencionam que:

> os Estados, como suas fronteiras territoriais nítidas e reconhecidas, está longe de ser um produto "natural". Ao contrário, trata-se de uma invenção histórica europeia que, depois, se generalizou para o mundo como parte do colonialismo e do imperialismo, enfim, como parte da constituição de um grande sistema estatal, o "sistema-mundo moderno-colonial" (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13).

A influência europeia se espalha para além de seu continente, explorando territórios a fim de buscar matérias-primas e mão de obra em abundância. Diante dessa realidade, o Estado torna-se um mecanismo de dominação, tanto em decorrência de seu poder militar, quanto considerando a coerção ideológica, esta que tem reflexos até o presente momento.

Neste intuito, concordamos com Fanon (1968) ao enfatizar a relação entre a formação territorial dos Estados africanos com a ideia de Estado moderno europeu, pois:

> Os Estados europeus construíram sua unidade nacional num momento em que as burguesias nacionais haviam concentrado em suas mãos a maior parte das riquezas. Comerciantes e artesãos, clérigos e banqueiros monopolizavam no quadro nacional as finanças, o comércio, e as ciências. A burguesia representava a classe mais dinâmica, mais próspera. Sua ascensão ao poder propiciou-lhe empreender operações decisivas: industrialização, incremento das comunicações, e, pouco depois, busca de mercados "ultramarinos" (FANON, 1968, p. 76).

Enfim, o aspecto mais perverso das interferências da Europa no continente africano é resultado da imposição do modelo Estado-nação no período do imperialismo europeu no continente, o que causou consequências imensuráveis sentidas até os dias contemporâneos. Não satisfeitos pelo acúmulo de capital, essas potências, visando ampliar o seu mercador consumidor, não mediram esforços para conseguir os seus interesses. Os europeus buscaram explorar o continente africano em um momento de ascensão burguesa em meio ao grande acúmulo de riquezas que esta dispunha, fato que propiciou o adensamento das relações exploratórias.

Para tanto, a classe burguesa europeia usufruiu ao máximo possível dos recursos e povos do continente africano, fato que mudou a organização social e cultural, surgindo uma busca por independência por parte dos colonizados, bem como ressalta Fanon (1968) ao mencionar que:

> Quando um país colonialista, coagido pela pelas reivindicações de independência de uma colônia, proclama diante dos dirigentes nacionalistas: "Se querem a independência, tê-la, voltem à Idade Média", o povo recém emancipado tende a aquiescer e aceitar o repto. E vê-se; efetivamente, o colonialismo retirar seus capitais e técnicos e estabelecem em torno do jovem Estado um

> mecanismo de pressão econômica. Por meios colossais de coerção, a potência colonial condena ao retrocesso a jovem nação. Na verdade, a potência colonial diz: "Já que querem independência, tomem-na e danem-se" (FANON, 1968, p. 67).

No momento atual, em que perduram algumas raríssimas colônias europeias pelo mundo, o já não tão moderno Estado-nação vai perdendo forças diante das "forças de mercado"; as fronteiras se tornam flexíveis para o dinheiro e para as mercadorias. Esta é a fase que conhecemos como "globalização neoliberal" e, como o continente africano se encaixa nesse novo contexto? Com o advento de novas tecnologias que tornam o capital fluído e a informação substancial para o domínio dos mercados mundiais.

Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006) afirmam que "a globalização econômica se desdobra em quatro formas ou dimensões: a comercial, a produtiva, a tecnológica e a financeira". Isso implica uma nova "divisão territorial do trabalho". A periferia africana é ressignificada, assim como as outras pelo mundo como, a América Latina, por exemplo. As palavras de Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006) aprofundam a reflexão a cerca dessa nova divisão do trabalho, quando dizem:

> Com a rápida expansão da industrialização para alguns países periféricos […], principalmente a partir dos anos 1950, houve uma complexificação muito maior dos espaços produtivos. Dessa forma, a nova divisão internacional do trabalho passou a ser baseada não estritamente em setores da economia por tipo de produto, mas nos níveis tecnológicos de produção, nas formas de gestão e nas relações de trabalho dominantes, o que inclui, é claro, o valor dos salários pagos aos trabalhadores (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, P 43).

Sendo assim, mais um golpe é aplicado nas economias fragilizadas dos Estados-nação africanos e em seus povos. Mesmo com a conquista da independência o continente foi inserido em uma nova relação exploratória, agora condicionada à lógica globalizada. Lógica

esta que impõe aos territórios dessas nações um rótulo de 'incapacidade sistemática' de autonomia econômica.

É por esta razão que entender as tessituras que envolvem o processo geopolítico no continente se faz necessário para adentrarmos nos porquês de tantas desigualdades na maioria dos Estados-nação que o forma e que o conteúdo didático enfatiza.

ÁFRICA NO CONTEXTO DIDÁTICO-CIENTÍFICO

Dentro do que nos propomos – construir uma reflexão didático-científica a partir dos aspectos geopolíticos do continente africano se faz pertinente uma descrição, seguida de análise acerca do conteúdo didático, considerando o capitulo 'A África em conjunto', contido na obra intitulada "Geografia Crítica" desenvolvida por Vesentini; Vlach (2009). O capitulo, por sua vez está estruturado da seguinte forma: Aspectos gerais do Continente africano; Colonização e Descolonização; Consequências da Colonização; Aspectos fisiográficos e População.

No referente ao subcapítulo 'Aspectos gerais do Continente africano', os autores descrevem informações básicas acerca do continente africano, a exemplo de sua dimensão territorial de 30.000.000 km²; população total de aproximadamente 922 milhões de pessoas; total de países independentes, totalizando cinquenta e três, destacando que a Namíbia e Eritreia foram os últimos países a conquistar a independência. Quando se propõem a refletir acerca de tais informações, os autores alegam que "o grande problema da África é a pesada herança colonial".

Vesentini; Vlach (2009) apontam numa perspectiva temporal, o início da dominação europeia sobre a África, tendo como marco histórico o processo de expansão marítimo-comercial de alguns países europeus. Contudo, os autores ressaltam que houveram contatos anteriores a esse período entre os dois continentes. Relatam que o tráfego de escravos foi resultante da relação da Europa com os povos da América colonizada, levando-os para trabalhar nas plantações e extração de minérios, salientando que a escravidão já fazia parte da estrutura social dos grupos africanos.

Considerando o exposto, podemos pensar este subcapítulo a partir Quijano (2005) quando o autor infere acerca da colonialidade do

poder, como sendo uma nova forma de legitimação das relações de dominação e legitimação das antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade numa perspectiva moderna com a qual o continente africano se depara.

É interessante dar clareza para essa herança colonial colocada pelos autores didáticos e, principalmente, levar os alunos a terem discernimento de um território que era fundamentado em territorialidades, a partir das dimensões material e simbólica, corroborando com Haesbaert (2004); na relação sociedade-natureza e que estas foram execradas para darem lugar à racionalidade eurocêntrica, colonial e atualmente, ancorada na colonialidade do poder dentro do sistema-mundo moderno-colonial.

Outra questão que merece atenção é quando os autores didáticos naturalizam a escravidão na África. Vale à pena esclarecer que a escravidão que existiu na África difere completamente daquela permeada de atrocidades cometidas pelos europeus. Consistia em uma escravidão doméstica. A esse respeito, Albuquerque; Filho acrescentam que:

> a incorporação dos escravos na família se dava de modo gradativo: os filhos de cativos, quando nascidos na casa do senhor, não podiam ser vendidos e seus descendentes iam, de geração em geração, perdendo a condição servil e sendo assimilados à linhagem. Assim o grupo podia crescer com o nascimento de escravos, fortalecendo as relações de parentesco e aumentando o número de subordinados ao senhor (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.14).

Não podemos negar a existência da escravidão praticada pelos povos africanos entre si, da mesma forma que não podemos deixar de esclarecer em quais moldes se estabelecia tal escravidão.

Partindo para a análise do subcapítulo 'Colonização e Descolonização' os autores discorrem sobre a colonização efetivada no continente africano em meados do século XIX, momento em que houve a partilha dos territórios (desterritorializados) do continente entre e pelas as principais nações europeias daquele período histórico, destacando que os povos africanos não foram considerados nessa

fragmentação territorial - momento histórico descrito no texto como "Imperialismo Europeu". Os autores abordam também os motivos que impulsionaram o processo de independência dos países africanos, que condizem com contexto das duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a devastação (e enfraquecimento) das economias das grandes potências europeias.

Dois aspectos merecem serem adensados em Vesentini; Vlach (2009), a saber, partilha do território e o processo de independência. Resgatando Pessanha (1998), quando a autora infere sobre as três fases pelas quais passaram o continente, expostas anteriormente e quando nos remetemos a sua análise acerca da África enquanto uma periferia que sofreu uma desconexão forçada:

> [...] ao referir-se à situação das áreas que no passado tiveram como função primordial a exportação de matérias-primas e que, hoje, com as novas tecnologias que permitem substituir os recursos tradicionais, estariam desconectadas do sistema do comércio internacional (PESSANHA, 1998, 297).

Desde a chegada do 'outro' na África, sobretudo via racionalidade eurocêntrica e colonialista, perpassando pela partilha e 'independência' esse continente não saiu mais de um abismo de fragmentação e exclusão territorial que o separa do restante do mundo. É relevante elucidar para os nossos alunos que a inclusão forçada deste continente em tempos de colonialismo à economia mundial é um motivo relevante para pensarmos a África atual e que essa inclusão, se deu a base de luta, resistências, que o livro didático não dar visibilidade.

Não visibiliza ainda uma África antes do 'outro'. Não visibiliza uma África que muito nos enriqueceu em termos socioeconômicos e culturais, sobretudo, não visibiliza a grandeza da África e seu legado para o mundo. É notório pensarmos a África esposada no livro didático de forma a não reforçamos a colonialidade tão bem analisa por Quijano (2005).

Já no subcapítulo 'Consequências da Colonização', é enfatizado que dentre as consequências da colonização, houve uma imposição aos africanos de um modelo econômico e de sociedade típicos dos países europeus, fato que contribuiu com a desorganização da estrutura social dos povos tradicionais do continente. Vesenteni; Vasch (2009) ainda

discorrem sobre questões envolvendo a estrutura fundiária no continente pós-descolonização e o uso dos melhores solos para os sistemas de *plantations*. Destacam o sistema de transportes adequados a integração das áreas produtivas/cultivadas aos principais portos, ferrovias e rodovias, desconsiderando, por sua vez, a integração interna do continente.

Outro aspecto que se deve mencionar, diz respeito à conformação das fronteiras arbitrárias e imposições, à saber, principalmente a língua do colonizador. Tal fato deve-se, sobretudo, as estratégias que visa descaracterizar as diferenças étnicas da população africana e deste modo existir maior probabilidade para dominação.

A língua é um elemento cultural importante, que dentro do contexto geopolítico aqui enfatizado é considerada um complacente instrumento de poder tanto para a manutenção de territorialidade, como para o controle e dominação de grupos sociais dentro de uma conotação etnocêntrica. A esse respeito, comungamos com Melo (2014)

> A língua não é apenas um veículo de transmissão de informação, mas, sobretudo, um instrumento de poder. Em muitos momentos na história da humanidade, é possível observar, o domínio de um grupo social sobre outros por meio da força bruta e imposição de sua língua. Isto ocorre porque o modo como a língua é constituída e assumida por um povo, revela sua forma de se expressar e de conceber uma dada visão de mundo. Assim, aquele que subjuga o outro, acaba por tentar regular os mecanismos linguísticos expressivos da cultura oponente, para ressignificar a realidade a partir de seus próprios referenciais, embora, se observe a todo instante um movimento de resistência, fazendo com que a língua não permaneça imóvel ou imutável diante dos falantes que a transformam (MELO, 2014, P. 18).

Não atoa, a racionalidade eurocêntrica penetrou na África por meio da língua afetando a forma de organização sociocultural do continente em termos de Estados-nação, cujas línguas oficiais são a dos seus territorializadores hegemônicos.

Quando se trata de questões geopolíticas africanas, as singularidades étnicas entram na reflexão, uma vez que a delimitação de fronteiras na lógica eurocêntrica se valeu, entre outros fatores, das características étnicas para fomentar conflitos entre grupos distintos, fragilizando-os em sua base territorial, ou impondo novas formas socioculturais aos grupos étnicos existentes, homogeneizando-os.

Tratar dessas questões na sala de aula com mais afinco, é trazer para o aluno uma Geografia do sujeito africano enquanto sujeito histórico. Apenas descrever conteúdo envolvendo questões étnicas, não basta. Adentrar nas vísceras do processo de (des) territorialização pelo qual a África passou e ainda passa é estar em compasso com a Geografia Crítica, como sugere o nome da obra didática aqui analisada.

O último subcapítulo "Aspectos fisiográficos e População", os autores trazem aspectos gerais acerca do clima, relevo e hidrografia, destacando três grandes rios: Nilo, Congo e Niger. Acerca da vegetação, destacam as florestas equatoriais, as estepes e vegetação mediterrânea, mas dão maior ênfase às savanas como a paisagem natural mais característica do continente e a exploração turística desse tipo de paisagem. Também trazem aspectos gerais acerca do deserto do Saara e Kalihari: dimensões e dinâmica climática.

Sobre este subcapitulo, salientamos que cabe uma discussão sobre a paisagem sociocultural que conforma os vários territórios do continente, e que no contexto da geopolítica mundial, a referida paisagem foi estrategicamente disputada para atender aos interesses de Estados-nação que não fazem parte do continente.

Em relação à população, os autores enfatizam o predomínio de negros e a diversidade étnica existente no continente, sendo ambas as características concentradas na porção sul do deserto do Saara. Já na porção norte, encontra-se a população de proveniência árabe e islâmica, presente no continente desde 614 d.C. Em termos geopolíticos as populações de origem árabe e negra se concentram nos territórios da porção setentrional e subsaariana.

Em suma, a reflexão em torno da categoria território possibilita a compreensão da formação complexa do continente africano levando em consideração os motivos pelo qual o mesmo encontra-se dialeticamente enquanto periferia mundial – considerando todo contexto histórico exploratório sofrido - e o quão rico é –

considerando a heterogeneidade étnica e cultural; e a disposição dos elementos naturais (matérias-primas).

REFLEXÕES FINAIS

Espera-se que, com a análise do conteúdo didático, debruçando-se sobre o contexto geopolítico da formação dos Estados-nação africanos no percalço da categoria Território tendo como autor base Haesbaert (2004), somando- se as reflexões de Fanon (1961); Haesbaert; Porto-Gonçalves (2006), Fonseca (2011), Pessanha (1998) e Quijano (2005), contribuir para que profissionais do ensino básico possam refletir acerca das suas práticas docentes no sentido de romperem com superficialidade na abordagem acerca do continente africano. Assim, espera-se estar contribuindo para um ensino de geografia que prime pela reflexividade e criticidade em detrimento do ensino tradicional, para que os alunos possam compreender de forma mais profunda a complexidade do mundo em que vivem, conhecendo melhor o que é o continente africano e como este foi forjado ao longo da história, apresentando-os a uma África que está para além da pobreza e do exótico.

Mostrar aos alunos uma África que está além do que o senso comum pode enxergar, um continente plural, rico em cultura e recursos naturais e, que tem a sua própria história: história muito anterior a ação do colonizador. Mas, que foi violentamente usurpado, restando-lhe apenas uma marca difícil de superar. O que faz com que olhemos para a África com olhos altruístas, negando-lhes enquanto sujeitos históricos, enxergando-lhes como os fracassados do mundo. Antes de trabalhar o conteúdo da África nas aulas é necessário retirar a visão de um continente pobre e sem sentido, uma vez que esse tipo de pensamento está profundamente enraizado na mentalidade dos nossos alunos. Cabe ao professor ir além a suas pesquisas, não menosprezando o livro didático, todavia procurar outras fontes de pesquisas é o mínimo para tornar as aulas atraentes e que tragam o máximo de verdade para os discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. FILHO, Walter, F**. Uma história do negro no Brasil**. Salvador, Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

FANON, Frantz. Da violência no contexto internacional. In. **Os condenados da terra**. Civilização. Rio de Janeiro, 1968.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: a Negação do Sujeito Histórico Ruandês**. Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano IV, Nº 7, Julho/2011.

HAESBAERT, Rogério, 2004. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBAERT; Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova (des) ordem mundial**. São Paulo. Ed. UNESP, 2006.

MARY, C. P. África: De mundo exótico a periferia abandonada. ln: **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói: EdUFF, 1998.

MELO, Emerson da Costa. **Entre território e territórios: yorubá, velhos deuses no novo mundo. 2014. 222p.** Dissertação (Mestrado) **– Instituto de Geociências**, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.

VESENTINI, José William; VLACH, Vânia. **Geografia crítica**. São Paulo. 4. Ed. Ática, 2009.

DIÁLOGOS COM A PAISAGEM

PAISAGEM FÍSICA E PAISAGEM SOCIOCULTURAL NA ÁFRICA: APROXIMAÇÕES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS

Cyntia Sena Santos
Maclene da Silva Silva
William Policarpo dos Santos
Daniele Luciano Santos

INTRODUÇÃO

As aulas da disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos ministrada pela professora Dra. Roseane Cristina Santos Gomes, adotara como metodologia a análise relacional científico e didático. Por meio das leituras relacionais dos textos permitiu-se descobrir fragilidades e potencialidades apresentadas pelos livros didáticos. Isto mostra que a prévia análise do livro didático permite que o professor utilize uma das suas principais fermentas de trabalho de forma adequada à reflexão crítica, ao acrescentar informações de acordo com as necessidades estabelecidas pelo livro didático.

Desta forma, este artigo tem como justificativa proporcionar uma reflexão acerca da análise relacional científica-didática vista na disciplina Geografia Regional dos Países Periféricos, tendo como objetivo analisar o conteúdo didático referente às paisagens socioculturais e físicas do continente africano à luz da categoria geográfica paisagem.

Na construção deste artigo foram utilizadas as contribuições dos autores Berque, Cosgrove, Frément e Meingin para a fundamentação teórica e apresentação da paisagem enquanto categoria, além da obra "Para Viver Juntos: Geografia" do 8º ano do ensino fundamental organizado pelos autores Sampaio e Silva para a análise do conteúdo didático. A partir destes debates e discussões podem-se apresentar as potencialidades e fragilidades da obra didática analisada e propor outra abordagem dos conteúdos ministrados em sala de aula.

Foram adotados como procedimentos metodológicos uma série de levantamentos bibliográficos, buscando oferecer um suporte teórico consistente para a construção desse artigo, seguido da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1977) para examinar os textos científicos e didáticos, detectando suas fragilidades e potencialidades.

Dessa forma, o artigo está estruturado em sete partes. A primeira é a introdução que apresenta o objetivo do artigo; na segunda parte traz a discursão teórica sobre a importância da paisagem para a reflexão didático-científica, fundamentando a categoria nos autores Berque, Cosgrove, Frément, Meingin. Na terceira é feita uma descrição dos aspectos físicos do continente africano trazidos na obra didática dos autores Sampaio e Silva. Em seguida, na quarta parte do artigo é analisada a paisagem que os autores do livro didático priorizam, mostrando suas potencialidades e fragilidades. A quinta traz o outro trilhar, o conteúdo didático que prime pela paisagem sociocultural, uma proposta que não desconsidera a integração dos aspectos físicos e humanos na construção da paisagem. Nas considerações finais foram feitas colocações que apresentam a importância da categoria paisagem no ensino de geografia e o uso do livro didático. E as referencias utilizadas na construção do artigo.

A PAISAGEM NO CONTEXTO DIDÁTICO–CIENTÍFICO

O estudo da categoria paisagem foi de suma importância para este artigo, pois ofereceu subsídio para que os futuros professores de Geografia analisem como os autores didáticos abordam a paisagem no livro, quais elementos são trabalhados e se a categoria em estudo esta de acordo com a realidade do alunado. Diante disto, correlacionar os textos científicos estudados na disciplina com o conteúdo do livro didático.

Sabe-se que a ciência geográfica utiliza-se de algumas categorias entre elas, a paisagem. No entanto, a paisagem não é abordada apenas pela Geografia, mas também por outras ciências que a utilizam conforme seus objetivos. Ao longo da história da Geografia vários autores trabalharam com esta categoria, que vem sendo analisada pelos geógrafos nas diversas abordagens e métodos.

Os autores Verdum e Puntel (2010) ao analisar a obra de Frément destacam que, a paisagem, não pode ser considerada como um objeto, pois carrega consigo várias concepções. Sendo assim cada pessoa concebe a paisagem de acordo com suas percepções, dessa maneira se diferencia para aqueles que buscam analisá-la. Além disso, podemos verificar que outros autores como Berque consideram que:

> paisagem é o concreto, ou seja, coisas da realidade, mas ao mesmo tempo é a imaginação, a representação dessas coisas, das imagens. Cada pessoa, de acordo com sua trajetória, consciência e experiência, vai perceber a paisagem de forma diferente e única. As pessoas constroem seus conceitos que refletem suas ações e seus olhares, assim a paisagem é uma realidade e, ao mesmo tempo, uma aparência da realidade. (BERQUE apud VERDUM e PUNTEL, 2010, p. 79).

Dessa maneira, destaca que os sujeitos que observam a paisagem a percebe de acordo como suas experiências de vida, portanto sua percepção varia conforme a classe social, nível de escolaridade, contexto histórico, localização geográfica, entre outros aspectos. Sendo assim, ela é analisada de acordo com a subjetividade individual vinculada à realidade do dia-a-dia. Salgueiro (2001, p. 45) ao estudar Cosgrove observou que o autor salienta que "a paisagem é o mundo exterior mediatizado pela experiência subjetiva dos homens, portanto um modelo de ver o mundo".

Além disso, cabe ao professor desmistificar a ideia na qual a paisagem é exclusivamente aquilo que os olhos alcançam, mas sensibilizar os alunos para que eles possam compreendê-la muito além das suas visões. A paisagem não é apenas algo estático visto por um sujeito ou grupo de indivíduos, os quais possuem seus princípios e valores. "É também a produção do espaço e a representação do espaço por estes mesmos sujeitos, o que insere uma perspectiva dinâmica e diacrônica em sua conceituação e significados" (MEINGIN apud NEME, 2010, p.165).

A paisagem pode ser mostrada como um algo que está em processo de construção uma obra inacabada, além disso, não existe somente por si, depende de outras variáveis para sua construção e

contemplação do espaço. Além do mais, a paisagem é uma ferramenta, através dela analisa-se e compreende-se o mundo, no qual as diversas paisagens são compartilhadas. (COSGROVE apud NEME, 2010).

Com base nesta discussão sobre paisagem, destaca-se o quanto é relevante sensibilizar os alunos sobre a importância de compreender a paisagem, como ela deve ser analisada, perceber que as ações humanas a altera diretamente, e que cada individuo a compreendem de maneira distinta. Para tanto, pode-se recorrer a vários autores que estudam a paisagem de forma diferenciada, cabe ao professor decidir qual delas melhor se adequa as necessidades do conteúdo.

UM OLHAR SOBRE OS ASPECTOS FÍSICOS DA PAISAGEM AFRICANA NA OBRA DIDÁTCA

Na sequência será apresentada a descrição do conteúdo didático, bem como sua análise crítica e uma nova possibilidade de uso do livro didático como proposta para a prática do professor de geografia e uma importante atividade que deve ser usada desde a sua formação.

A metodologia adotada para a construção deste artigo é a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) que segundo o autor é uma técnica de procedimentos sistemáticos que visa à descrição do conteúdo quantitativo e qualitativo das mensagens. Para tal, foi selecionado o livro "Para Viver Juntos: Geografia" do 8º ano do ensino fundamental organizado pelos autores Sampaio e Silva publicado no ano de 2009. O livro está estruturado em IX capítulos, e a análise focaliza o capítulo VII intitulado "África: um continente de contrastes", subdividido em cinco itens que abordam os elementos referentes aos aspectos naturais do continente africano.

O CONTEÚDO DIDÁTICO

No primeiro momento os autores abordam os aspectos gerais da África, ao destacar como um continente de contrastes descrevendo toda sua extensão territorial que ocupa cerca de 22,4% da superfície terrestre, e que abarca, ao mesmo tempo, a linha do Equador e os trópicos de capricórnio e de câncer. Neste mesmo item do capítulo são abordados os níveis de precipitação do continente africano que variam

de maneira significativa onde na maior parte do Saara chove cerca de 20 mm anuais. Por todo o continente ocorre variação quanto à precipitação, podendo em determinadas áreas ocorrer de forma irregular e em outras com frequência e intensidade, havendo a possibilidade de secas prolongadas e grandes inundações respectivamente.

Em seguida a África Setentrional e a África subsaariana são diferenciadas na obra por fatores econômicos. Destaca que a África subsaariana possui um dos IDHs mais baixos do mundo e uma das suas principais características é a população de etnia negra. Em relação à África Setentrional afirma que é uma região economicamente mais dinâmica do continente, e com a população predominantemente branca.

Para proporcionar um melhor entendimento dos climas e vegetação encontrados no continente africano os autores utilizam o mapa africano evidenciando todos os climas encontrados no continente, contendo gráficos com os níveis de precipitação do Congo, Egito e Argélia. Além de abordar as principais florestas, dando destaque as florestas equatoriais e tropicais por serem densas e ricas com vegetação estruturadas em estratos. Os problemas provenientes da exportação ilegal de madeiras nobres por empresas estrangeiras enfatizando que a madeira é a principal fonte de energia na África. E os mapas apresentados no conteúdo didático são utilizados apenas de maneira ilustrativa.

Os autores abordam descritivamente as áreas inóspitas correspondentes aos desertos encontrados no continente africano. Ressalta que nos desertos do Saara, Kalahari e Namíbia os índices pluviométricos nessas áreas estão entre 250 e 500 mm, possuem altas amplitudes térmicas podendo a temperatura durante o dia ultrapassar os 50º e a noite ficar abaixo do 0º C, e nestes ambientes, por conta das condições naturais, encontra-se população de nômades e beduínos. A única imagem neste item apenas ilustra um oásis do deserto do Saara.

A desertificação descrita pelos autores evidencia a ação humana como intensificadora desse processo. Os autores destacam as atividades que desencadeiam a degradação do solo, a intensa exploração e o manejo inadequado do solo com a utilização do mapa da degradação ambiental na África relatando e ilustrando os locais onde possuem maior desmatamento e desertificação.

O conteúdo do livro didático também ilustra o relevo e a hidrografia que apresentam os principais montes encontrados no continente africano, a importância da desagregação das rochas vulcânicas para a prática da agricultura, e as áreas montanhosas encontrados no continente com uma imagem do monte Kilimanjaro. É destacado que a maior parte do território africano é constituída pela formação de planaltos antigos de superfícies aplainadas.

O mapa físico da África é utilizado para demonstrar os principais rios africanos, e o potencial hidrelétrico do continente. Os desníveis encontrados nos terrenos facilitam a instalação das usinas hidrelétricas, porém os altos custos destas instalações impedem que em várias regiões da África não sejam instaladas usinas.

Por fim, os autores abordam maneira descritiva a importância do Rio Nilo para o continente africano, demonstrada através do mapa da Bacia do Nilo que é compartilhada entre dez países e sua relevância econômica especialmente para o Egito. A escassez de água relatada pelos autores é proveniente não só da pobreza das nações do continente, mas também da fragilidade dos recursos hídricos.

Portanto, o conteúdo referente aos aspectos físicos da África, em grande parte, é abordado pelo livro didático de maneira descritiva. Os autores apenas citam e apresentam as principiais características dos elementos que compõem a geografia física do continente, sem realizar reflexões críticas sobre o onde, o como e o porquê apresenta esta estrutura, além de pôr em segundo plano a relação entre sociedade e a natureza que reflete na composição das diferentes paisagens na África e no mundo.

A PAISAGEM ENFATIZADA NA OBRA DIDÁTICA

Os autores priorizam a paisagem descritiva, abordando apenas aspectos físicos, como rios, desertos, climas, dentre outros fatores. O homem entra nesse contexto apenas como um agente destrutivo dessa paisagem, com o uso inadequado do solo e o desmatamento trazendo problemas para o povo africano. Esta paisagem é o oposto daquela que é trazida por Verdum e Puntel (2010), Salgueiro (2001) e Name (2010), quando relatam que a paisagem não é unicamente o concreto ou aquilo que os olhos alcançam, mas também é construção do subjetivo do

individuo, traduz características do cotidiano que é resultado das diversas estruturas sociais, econômicas, culturais, portanto geográficas.

Quando optam por aborda o conteúdo de maneira sucinta, descritiva e sem conexões com a realidade cotidiana do aluno, os autores, mesmo sem a intensão, dificultam o despertar do senso crítico, e ao mesmo tempo, estimula a memorização do assunto tratado. Ou seja, não é levando em conta o pensamento de Verdum e Puntel (2010) fundamentados em Berque quando ressaltam que a paisagem é percebida de forma diferente pelos sujeitos que a observa pois cada um trás consigo experiências de vida distinta.

No livro didático a paisagem é abordada apenas pelos os elementos naturais que dela fazem parte, e deixando de evidenciar o papel social do homem dentro da paisagem. Tendo a paisagem um contexto subjetivo onde relata os processos históricos e as relações ali existentes. Essa afirmação é verificada em Salgueiro (2001) afirmando que é necessário analisar a subjetividade individual onde cada indivíduo observa o mundo de maneira única.

Vale ressaltar que apesar do livro não evidenciar as relações sociais e se ater a descrever o continente africano, ele apresenta a preocupação em trabalhar com mapas físicos mostrando os rios encontrados no continente, gráficos relatando os índices pluviométricos e balões de informação contendo perguntas sobre o assunto abordado ajudando a esclarecer algumas curiosidades do continente africano.

UMA NOVA PROPOSTA: CONTRAPONTO À PAISAGEM DO LIVRO DIDÁTICO

É importante ressaltar a relevância, para geografia, do estudo das relações sociais e os processos históricos que são expressos na paisagem. É necessário ter em mente que o individuo se insere dentro da paisagem como agente transformador e fator decisivo muitas vezes desse contexto.

Segundo Cosgrove (1984, p.13) "A paisagem é o mundo exterior mediatizado pela experiência subjetiva dos homens; portanto um modo de ver o mundo". É necessário analisar a paisagem não apenas pelo visível, mas por meio das relações humanas com o meio ambiente natural, ou seja, através da inter-relação homem e natureza. É preciso levar em conta também os sentimentos e ideias atribuídas pelo

homem aos espaços, traduzidos na paisagem, evidenciando a interligação entre paisagem e cultura. Além disso, a paisagem carrega consigo histórias de todo um povo, relações que ali foram criadas e modificadas com o passar dos anos, é primordial compreender a mesma como todo formado por estes fatores.

É fundamental que o professor de geografia também aborde a paisagem conforme Verdum e Puntel (2010), Salgueiro (2001) e Name (2010) tratam, como algo que agrega processos históricos, econômicos, sociais e culturais, portanto o homem como parte da paisagem. Porém, pelo contrário é comum que a paisagem seja tratada como sendo exclusivamente a estrutura material/natural e o homem como fator externo e modificador da mesma.

Sugerimos que o professor de geografia desenvolva mecanismos que possibilite aos alunos compreender a paisagem para além do que é observado, com o individuo inserido nela e a importância simbólica de cada um de seus elementos. Em outras palavras, aquilo que Verdum e Puntel (2010) afirmam fundamentados em Berque, uma paisagem que esta em completa interação com o sujeito. Portanto, a proposta é enxergar e entender a paisagem como algo que se modifica incessantemente, da qual o homem é elemento integrador e não apenas fator modificador, construída por valores e carregada de um significado diferente para cada sujeito.

Uma forma de trabalhar a paisagem nesta perspectiva pelo professor de geografia é, sempre que possível, levar em consideração a realidade cotidiana do aluno, aproximando o conteúdo do livro didático ao contexto em ele está inserido. Esta postura beneficia o desenvolvimento do censo crítico, pois na medida em que compreendem o sentido e a importância da paisagem para além da sua estrutura física, os possibilitam enxergar na própria realidade cotidiana traços e elementos da paisagem que expressam as diversas conjunturas, dinâmica, valores e símbolos da paisagem.

REFLEXÕES FINAIS

Analisar os textos científicos vinculados ao livro didático possibilitou percebe como este último aborda a categoria paisagem de forma descritiva e que o homem é visto apenas como um agente destrutivo da paisagem. Dessa maneira o conteúdo didático não

possibilita ao aluno sentir-se como sujeito que também compõe a paisagem. Diante disto no processo de ensino e aprendizagem o professor deve sensibilizar o aluno para que ele sinta-se inserido na paisagem e a partir de sua vivência possa compreender sua realidade através do conhecimento adquirido em sala de aula.

Desta maneira podemos destacar que a paisagem não compreende apenas aquilo que é observável, mas também é a tradução da história advindas dos indivíduos, da relação da sociedade com o espaço e a natureza. A paisagem não é algo fixo e estático, é constituída também de acordo com os valores e sentimentos dos sujeitos, tendo significado diferente para cada um deles.

Portanto, fazer essa análise correlacional entre os textos científicos e o livro didático é de suma importância para a formação acadêmica dos Licenciados em Geografia, pois esta também deverá ser uma de suas atribuições enquanto professores. Este exercício abre um "leque" de conhecimentos fundamentais para os futuros professores, e a partir de então terem um novo olhar sob o conteúdo do livro didático e a possibilidade de vincula-lo aos textos acadêmicos.

Por fim, percebe-se que há várias fragilidades apresentadas nas abordagens dos conteúdos dos livros didáticos, cabe ao professor remodelar esse instrumento de trabalho e pesquisa, através de análises como as que foram apresentadas neste artigo, favorecendo a formação de cidadãos conscientes e críticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

VERDUM, Roberto e PUNTEL, Geovane A. **Geografia ensino fundamental.** BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2010.

NAME L. **O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com o conceito de cultura.** Geotextos. Bahia, v. 6, n. 2, p. 163-186. Dez. 2010.

SALGUIERO, B. T. **Paisagem e Geografia. Finisterra.** Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53. 2001.

SAMPAIO. dos S. F.; SILVA, A. V. **Para viver juntos: Geografia.** 8º ano. Ed 1º. São Paulo: Edições SM, 2009.

REFLEXÕES SOBRE A PAISAGEM DA AMÉRICA LATINA NO CONTEÚDO DIDÁTICO

Jaqueline da Silva dos Santos
Jonas Emanuel da Rocha Antão
Thaís Moura dos Santos
Daniele Luciano Santos

INTRODUÇÃO

A análise dos conteúdos do livro didático é de extrema importância para a elaboração de propostas que visem o aperfeiçoamento dos assuntos a serem elucidados para os alunos. O livro didático traz aspectos positivos que podem ser aplicados e aspectos negativos que devem ser melhorados para uma melhor e maior compreensão dos conteúdos.

Para tanto, este artigo é motivado pela busca em demostrar a complexidade e abrangência do conceito paisagem e principalmente com o intuito de desenvolver uma visão crítica nos alunos acerca do conteúdo, adensando o conteúdo didático com o científico. Este trabalho, objetiva analisar a paisagem contida no livro didático, correlacionando com as visões de paisagens no texto científico, este exercício facilita o processo de ensino e a aprendizagem sobre as questões físicas da América Latina, bem como, a demonstração das diversas visões do conceito paisagem.

Este *paper* traz a fundamentação teórica acerca da categoria paisagem e sua abordagem com base em Meinig (2002) "O olho que observa: dez versões da mesma cena", Salgueiro (2001) "Paisagem e Geografia", Vicente (2007) "Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significados", Schier (2003) "Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia" e referente ao livro didático optou-se por trabalhar com Vesentine e Vlach (2011) "Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido". Dando continuidade, são demostrados os resultados e discussões que buscam refletir sobre as contribuições didático-científicas.

No tópico sobre as diversas paisagens abordadas pela Geografia será analisado o conceito de nove tipos de paisagens defendidas por Meinig (2002), onde através de Salgueiro (2001), podemos correlacionar alguns tipos de paisagem no desenvolvimento do homem e da ciência geográfica.

No tópico seguinte será feita a reflexão dos tipos de paisagens escolhidas para a análise do livro didático e a apresentação do posicionamento dos autores didáticos sobre o conceito de paisagem. O trabalho é direcionado à facilitar a visão do aluno sobre os aspectos da paisagem física e ampliar a possibilidade dos professores correlacionarem a paisagem física com as relações humanas no espaço.

No tópico seguinte será feita a análise do capítulo 10 do livro didático "Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido" dos autores J. William Vesentini e Vânia Vlach; e após a sua reflexão correlaciona-lo com o texto cientifico, tomando Meinig (2002) como autor base para direcionar o diálogo didático-científico e propor um novo trilhar na abordagem da paisagem no conteúdo didático.

Nesta direção, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste paper basearam-se na pesquisa bibliográfica sobre o desenvolvimento da categoria paisagem, seguindo com a leitura reflexiva do conteúdo dos textos científicos e do livro didático. Para analisar o capítulo escolhido do livro didático foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Esse método nos permite analisar as informações do livro didático de forma coerente, e embasada em textos científicos busca-se evidenciar as informações que estão nas entre linhas do livro didático.

Deste modo o presente artigo está estruturado em cinco partes, a primeira é a introdução que traz o objetivo, justificativa e motivação para a construção do texto; na segunda parte é feita uma discursão sobre as diversas acepções de paisagem abordadas pela Geografia; em seguida, no terceiro tópico, será feita a descrição e análise dos tipos de paisagens trazidas pelo livro didático, além da reflexão acerca das possíveis formas de trabalhar a paisagem com o livro didático; no quarto item o artigo traz as conclusões seguidas das referências.

AS DIVERSAS PAISAGENS ABORDADAS NA GEOGRAFIA

A categoria paisagem inicialmente difundida como "aquilo que a vista alcança" é muito mais complexa que apenas essa frase. Essa categoria perpassa toda a história da ciência geográfica. A princípio na Geografia a paisagem era estudada a partir de duas perspectivas distintas. Na primeira perspectiva, essa categoria era vista como uma fisionomia caracterizada por formas e o seu estudo recorre basicamente ao método morfológico. Na segunda perspectiva o estudo da paisagem privilegiava as características de uma área expressa nos seus atributos físico-naturais e humanos, além dos estudos das inter-relações dos fenômenos nesse território, o que permite aproximar o conceito de paisagem ao de região, adotando como método a análise corológica e os gêneros de vida como conceito explicativo.

Para os geógrafos do início do século XX, preocupados com a afirmação científica da disciplina e com os perigos da ruptura entre geografia física e geografia humana, a paisagem aparecia como um conceito integrador, pois traduzia as interações entre os elementos do mundo físico e os grupos humanos numa dada área.

Na geografia escolar e na academia a paisagem é concebida ora como natural, ora como artificial. Todavia, Meinig (2002, p. 35) ao discutir o conceito de paisagem, transcende a visão dualista e simplista da categoria, pois, a mesma não deve ser estudada somente pelo que se vê, mas aquilo que está escondido em nossas mentes.

A primeira versão de paisagem é o de natureza que ocorre no ato de contemplar os elementos naturais. Ao observar os elementos naturais, enxergam-se paisagens ricas em detalhes, construídas ao longo dos milhares de anos. Essa paisagem oculta segredos que foram exploradas e descritas pelos primeiros geógrafos, observada como um enigma (MEINIG 2002). Portanto, a primeira concepção de paisagem supervalorizava os elementos naturais, não conseguiu integrar homem e natureza simultaneamente.

Nesta perspectiva, a paisagem enquanto natureza é a mistura de tons, cores, cheiros e sabores afetando o seu contemplador de forma a se sentir envolvido. Nesta versão, o homem é visto como micro dentro de um mundo macro de vida exuberante, tornando o ser humano parte da natureza e influenciado pela mesma de forma a molda-lo. Meinig

(2002) destaca ainda que em outros momentos, buscou-se extrair o homem da paisagem, pois o mesmo era visto como problema que e ao ser retirado devolveria a natureza a sua beleza primitiva.

No decorrer do processo humano na terra, grupos sociais desenvolveram técnicas que permitiram reduzir os conflitos gerados pelas relações humanas, onde homem e natureza passam a ser transformados simultaneamente. A interação entre homem e natureza mediada pelas técnicas desenvolveram paisagens harmônicas vistas como Habitat. A paisagem como habitat é descrita por Meinig (2002, p. 37) como uma "porção da terra como Lar do homem", onde o homem através de centenas de anos conseguiu desenvolver técnicas que, ao passar do tempo, o diferenciou dos outros animais, conseguindo "o domínio sobre a natureza" (ENGELS, 2009, p. 4). Nesse processo de ampliação dos horizontes, a integração dos grupos humanos com a natureza resultou na transformação e criação de paisagens distintas.

As diferentes paisagens são observadas pelos sujeitos que as percebem maneiras distintas. Os artistas imortalizam a paisagem a partir da sua percepção, onde uma mesma cena pode ser vista como bela ou feia. A paisagem como estética é o encontro de todas as visões de paisagem possíveis de serem analisadas, visto que, em uma pintura estética da paisagem pode ser retratada a versão natureza, artefato, habitat, ideológica e etc. (MEINIG, 2002).

É evidente que cada tela pintada da paisagem expressa a visão de um artista com traços peculiares e este expressa o que mais lhe chama a atenção, conforme Meinig (2002, p. 45) "cada uma delas representa uma cuidadosa seleção feita pelo artista". Os primeiros geógrafos se debruçaram sobre as mesas e pranchetas para materializar nas folhas as paisagens naturais em estéticas, supervalorizando os elementos naturais em detrimento dos homens.

A paisagem analisada como um artefato segundo Meinig (2002) mostra que a marca humana está em tudo, a natureza é apenas um trampolim para as realizações humanas, servindo apenas como fonte de matéria prima. A terra é a plataforma e tudo é resultado da ação humana, pois em muitas paisagens não é possível encontrar vestígios da natureza primitiva, o homem modificou o planeta em prol de seu crescimento econômico. Desta forma é possível perceber que a paisagem é dominada pelos objetos artificiais, a natureza original não é predominante na atualidade.

Dentro da perspectiva de análise da paisagem como artefato, pode-se perceber que a *natureza* encontrada nos dias atuais é fruto da criação humana, pois o homem modificou o solo, cruzou espécies, modelou a verdadeira morfologia da superfície terrestre no decorrer do tempo (MEINIG, 2002; ENGELS, 2009), ou seja, o ser humano não é condicionado pelo ambiente, ele passa a ser o agente modelador.

Ao modelar a paisagem o homem pode gerar um problema para a mesma. Para reverter os problemas é necessária sua correção, ou seja, o homem busca através de sua capacidade técnica e racional, reverter os problemas ocasionados pelas suas ações, que pode ocorrer, entre outros aspectos, a partir da restauração de florestas e hidrografias destruídas, e também deve buscar corrigir os problemas nas paisagens sociais como nas fazendas dilapidadas, congestionamento e desordem urbana. Portanto, para Meinig (2002) a paisagem como um problema é o resultado das ações descontroladas do ser humano.

Segundo Correia (2011, apud Cosgrove, 1985), a paisagem como problema reflete as ações sociais que são os malefícios que a sociedade causa a natureza, danos estes que precisam ser corrigidos. A paisagem deve ser considerada como o ambiente no qual se traduz as transformações econômicas, sociais, políticas, técnicas e artísticas, desta forma, todas as alterações da paisagem pela ação humana podem gerar uma crise ambiental, que por sua vez se materializa na própria paisagem. Nesta perspectiva pode-se perceber que além do problema de ordem física da paisagem, ela também possui problemas relacionado ao seu designer, ou seja, a disposição dos objetos construídos pelo homem.

A ideia de paisagem como problema acaba intensificando a visão da terra como habitat e mostrando que o ser humano possui habilidades cientificas para corrigir esses erros, porém, para essa correção ocorrer deve-se primeiramente perceber que os problemas existem. Segundo Salgueiro (2001), a paisagem é uma construção mental a partir da vivência do território, o homem tem a percepção que vive e modifica a paisagem.

A paisagem como riqueza está ligada a visão de valor, atribuir um valor numérico a aquilo que se consegue enxergar, tudo tem ou gera um valor na economia (MEINIG, 2002). A versão da paisagem como riqueza está ligada à ideologia americana e reflete vários dos seus valores culturais.

A ideologia americana enxerga a terra como capital, e só de forma secundaria como lar ou herança familiar, todas as extinções de terras poderão ser vendidas quando a porcentagem de lucro for alta. Esta espera pelo aumento de valor se chama "reserva de valor" das terras e de tudo que a constitui, ou seja, a paisagem. Esta versão mostra claramente como a sociedade é profundamente comercial, pragmática e quantitativa, e à própria paisagem devem refletir tais características.

Isso ocorre pelo fato do sujeito enxergar a partir de uma visão carregada de símbolos e ideias, esse modo de conceber a paisagem dependerá da construção social de cada sujeito, assim, esse ideário está estritamente ligado às ideias filosóficas. Segundo Meinig (2002), essa paisagem é vista enquanto Ideologia.

Nesse contexto, observar o cenário ideologicamente permite uma análise profunda dos processos que deram a gênese daquela determinada paisagem. Assim, a partir da visão crítica reflexiva e analítica não só o visível é focado nesse olhar a partir da ideologia, mas o todo filosófico e o ideológico por trás da construção do que está posto paisagisticamente.

Segundo Meinig (2002) para tal observador tudo o que se estende à frente de seus olhos é um complexo registro cumulativo do trabalho da natureza e do humano num dado lugar, nessa perspectiva, o trabalho ao longo da história resultaria a materialidade contida na paisagem visível. Sendo a paisagem que se apresenta enquanto História.

Nesta visão da paisagem nada que se apresenta é pontual, existe uma historicidade presente em cada objeto criado pelo ser humano. Assim, a paisagem torna-se um registro dos acontecimentos históricos em um dado local, o passado tem uma importância fundamental para compreender o presente, ou seja, a paisagem se apresenta de forma processual e cumulativa aos olhos dos sujeitos que a apreendem dessa forma.

O processo temporal das relações humanas denotam a heterogeneidade de cada paisagem, "cada paisagem é uma acumulação" (MEINIG, 2002, p. 43). Nesse contexto, a paisagem vista a partir da história nos confere entender tempos e espaços pretéritos. Portanto, a paisagem é um deposito riquíssimo de informações sobre sociedades anteriores ao tempo que grava as impressões da sociedade atual.

Por último, tem-se a paisagem analisada a partir da sensibilidade do sujeito. Todos os detalhes são vistos e analisados pela

ótica da familiaridade da paisagem. Assim, para esse cenário os elementos analisados serão as cores, cheiros e todas as formas possíveis de sentir literalmente aquele lugar. Meinig (2002) intitula esta paisagem como Lugar. Nessa versão, literalmente se sente o lugar, é uma forma de transcender o que é visto banalmente pelos sujeitos que cultivam laços com aquele determinado local (MEINIG, 2002).

Essas versões de paisagem revela a diversidade de olhares que os sujeitos têm do cenário que observa. Todavia, não devesse tomar as versões como manual de consulta, ou buscar analisar as paisagens com todas as versões simultaneamente, mas devesse analisar a paisagem para além do que os olhos enxergam e do que a mente analisa ser o real.

REFLEXÕES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS EM TORNO DA PAISAGEM

O livro didático intitulado "Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido" dos autores J. William Vesentini e Vânia Vlach, direcionado para o 8° ano do ensino fundamental foi escolhido para a realização da análise do conteúdo referente à paisagem. A análise feita abrange especificamente o Capitulo 10 – América Platina, onde os autores abordam os aspectos gerais e os países que compõem essa região. Todavia, a análise feita procura focar nos aspectos físicos, tendo em vista que estes são negligenciados pelos autores do livro.

A metodologia adotada fundamenta-se principalmente na Análise do Conteúdo de Bardin (1977) que se volta ao estudo das comunicações enfatizando o conteúdo da mensagem. esta metodologia possibilita o enriquecimento exploratório e aumenta a propensão à descoberta.

Portanto, as contribuições dos autores Corrêa (2011), Meinig (2003), Salgueiro (2001), Schier (2003) e Silva (2007) no que se refere à categoria paisagem; e o uso da Análise do Conteúdo atrelada à descrição do conteúdo do livro didático e a ênfase na necessidade de novas formas de abordagem da paisagem pelos livros didáticos, substanciam este artigo.

O CONTEÚDO DIDÁTICO

O livro didático "Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido" possui 4 unidades e 17 capítulos. O capítulo escolhido para a análise é o capitulo 10 que está dividido em quatro tópicos, o primeiro tópico relata os aspectos gerais da America platina. Dentro do tópico intitulado Aspectos Gerais, os autores abordam a história dos países platinos - Uruguai, Argentina e Paraguai, demostrando que durante a maior parte do período da colonização espanhola esses três países fizeram parte de uma única administração. O significado dos nomes América Platina, Rio da Prata e Argentina, também, são desvelados no conteúdo didático, onde, os autores demostram que essas denominações têm haver com as minas de prata encontrada pelos espanhóis nesse território. Ainda nesse tópico, Vesentine e Vlach (2011), trazem as diferentes características étnicas, que os autores não especificam a diversidade étnica dos países platinos possuem, em relação ao resto dos países sul-americanos, onde, essas diferenças se dariam principalmente pela pouca utilização da mão-de-obra escrava africana nesses territórios.

Dando seguimento ao capítulo no tópico seguinte os autores trazem uma análise sobre o Uruguai, Vesentine e Vlach (2011), demostram os aspectos gerais específicos, como a extensão territorial mostrando esse país como o menor país platino. A história do Uruguai é abordada no livro didático, onde, os autores demostram que esse território já foi incorporado ao Brasil como também em outro momento da Argentina e que rivalidade entre esses dois países explica o fato do Uruguai ser um país autônomo apesar de possuir um território diminuto.

No que tange a economia Uruguaia, os autores explicitam que foi entre o fim do século XIX a meados do século XX que o país teve seu maior desenvolvimento econômico baseado principalmente na pecuária ovina e na exportação de lã e de carnes. Assim, como os demais países os autores não analisam os aspectos físicos da paisagem do Uruguai, comprometendo o conteúdo didático do livro.

O próximo item do livro didático é abordado o conteúdo referente a Argentina, onde em dois subtópicos, são explanados os aspectos gerais específicos do país, o primeiro é a "dinâmica política", onde são mostrados os aspectos políticos do país e suas mudanças em

uma escala de tempo, o segundo é "Três questões geopolíticas" que trata de questões geopolíticas importantes para o contexto do país, os autores apontam a forte industrialização nesse país platino, onde, a capital Buenos Aires é a terceira maior cidade da América Latina.

Três questões geopolíticas são abordadas no conteúdo didático, a saber: a rivalidade secular com o Brasil; a disputa com o Chile por áreas fronteiriças e o impasse com o Reino Unido pela posse das ilhas Falkland-Malvinas. Todo conteúdo, do capítulo escolhido para a análise, é relatado de forma descritiva e os aspectos físicos são mencionados de maneira superficial.

O conteúdo físico é abordado levando em conta a divisão fisiográfica Argentina, a saber: Pampas, Cordilheira dos Andes e Patagônia. Onde, os pampas se localizam na porção oriental, são áreas formadas por um relevo relativamente plano e com muitas ondulações (coxilhas), possuem solos em geral férteis com clima subtropical e temperado. O homem se apropria dessas características principalmente para a pecuária e agricultura, assim, a população argentina está concentrada principalmente nessa região e, em especial, nas margens o estuário do rio da Prata.

Os *Andes localizam-se* na porção ocidental da Argentina, constituem-se um prolongamento da cordilheira que vai da Venezuela, ao norte, e chega ao extremo do sul do continente, na fronteira do Chile. A *Patagônia está* situada no extremo sul da Argentina, se estendendo pelo território chileno, apresenta um clima frio intenso com pouca ocupação humana.

O último país a ser abordado é o Paraguai, que localiza-se no centro-sul da América do Sul, ou seja, não possui saída para o mar. Inicialmente são mostrados apenas os aspectos gerais específicos do país, o conteúdo encontra-se dividido em três subtópicos, "comercio e energia elétrica" que fala sobre a geração de energia como um ponto relevante para o ganho de lucro do país, o segundo é a "instabilidade política" que mostra o contexto político do país, focando na sucessão de golpes de Estado, o terceiro é "um passado de desenvolvimento" que relata o desenvolvimento econômico do país em meio ao processo de guerras.

Segundo os autores, esse é o país mais pobre da América Platina, onde, o "padrão de vida da população é baixíssimo" (VESENTINE E VLACH, 2011, p. 159). Nesse contexto, o Paraguai é

um país que oscila entre a influência brasileira e argentina marcado pelo comércio tanto legal quanto ilegal. Importante também para a economia desse país é a hidrelétrica de Itaipu, construída em parceria com o Brasil.

A questão física é trabalhada nesse tópico quando os autores afirmam existir duas paisagens naturais que dominam o território paraguaio. Ao norte e a oeste está o Chaco, área pantanosa, baixa e sujeita a frequentes inundações fluviais, nessa região a densidade demográfica é baixa e a atividade econômica predominante é o extrativismo vegetal. Ao Sul e a leste existe uma área planáltica, continuação do oeste do estado do Paraná (Brasil). Nessa porção do país está concentrada a maioria da população paraguaia.

Portanto, os conteúdos referentes aos países da América Platina são abordados pelo capitulo do livro didático de forma descritiva, sem grande aprofundamento em questões especificas sobre os aspectos físicos. Em relação as ilustrações, imagens, quadros e mapas aparecem constantemente no capitulo e em grande quantidade, apresentando ótima resolução. Todavia, poderiam ser melhores trabalhados e relacionados com o conteúdo descrito dos países platinos.

A PAISAGEM NO LIVRO DIDÁTICO

No capítulo 10 os aspectos físicos do Uruguai não são abordados nem sequer superficialmente. Diferentemente do que ocorre nos itens sobre Argentina e Paraguai, nesses tópicos a paisagem física aparece obedecendo ao critério de descrição, assim, é elencando principalmente as características como clima, vegetação e relevo. As atividades agrícolas e pecuárias também são apresentadas, porém, não é feita a associação entre os fatores naturais e as atividades humanas desempenhadas sobre essas bases físicas. De tal forma, os autores didáticos priorizam a paisagem natureza que segundo Meinig (2003) supervalorizava os elementos naturais e não consegue integrar o homem e a natureza.

Ao tratar da Argentina, especificamente, destaca que possui paisagens físicas-naturais selvagens, pois, a mesma tem a patagônia e as cordilheiras dos Andes como destaques. Essas áreas são consideradas pontos turísticos, local da supervalorização da paisagem como riqueza, tal como Meinig (2003), onde os atrativos paisagistas geram renda para

a população. Os autores trazem apenas uma imagem desse tipo de paisagem, a figura é denominada no livro didático de "Aspecto da Patagônia, no extremo sul da Argentina".

Os autores didáticos evidenciam a paisagem de forma descritiva e superficialmente, o que contraria as contribuições de Mainig (2003) que aborda a paisagem de forma profunda, onde os elementos naturais devem ser exaltados de forma detalhada e a relação entre o homem e a natureza deve ser abordada detalhadamente nas análises geográficas sem ser dicotomizada. Portanto, Mainig (2003) sugere que a paisagem seja abordada em uma perspectiva que integre sociedade e natureza, visto que ela traduz não só os aspectos físicos, mas também as marcas deixadas pelo homem.

A PAISAGEM SOB OUTRA PERSPECTIVA: ADENSANDO O CONTEÚDO DIDÁTICO

Para o professor fazer a análise física da América Platina utilizando o capítulo escolhido do livro didático é necessário usar como base as imagens apresentadas no mesmo. É possível observar no capítulo 10 do livro uma imagem onde aparecem os tipos de paisagens escolhidos para serem analisadas, como por exemplo, a paisagem artefato conforme é abordada por Meinig (2003) e Engels (2009). Na imagem é possível observar a terra como suporte para o desenvolvimento humano, ou seja, os aspectos físicos da América Platina como suporte para formação de um ambiente propício ao desenvolvimento do homem.

A imagem citada apresenta uma característica crucial, proximidade com o oceano, que propiciou o desenvolvimento do ser humano no ambiente. São este e outros aspectos morfológicos que auxiliam na percepção de natureza como artefato, como suporte para o crescimento humano, não crescimento econômico mais sim crescimento de uma civilização.

Um exemplo de paisagem como artefato e riqueza é a imagem da vista aérea de Montevideo, capital do Uruguai, onde a planície costeira está totalmente povoada com um centro urbano e as feições que caracterizam uma planície como os cordões litorâneos não são mais visíveis (VESENTINE e VLACH, 2011).

Uma das paisagens escolhidas para ser analisada foi à paisagem como artefato. Segundo Meinig (2002), é aquela que reflete a marca do ser humano em tudo, onde a natureza primitiva não é mais encontrada, onde o homem a partir dos aparatos tecnológicos a transformou. A paisagem artefato está presente na atualidade quando observasse as construções realizadas pelo homem.

É possível levar o aluno a refletir sobre esta paisagem, pois ela está presente em seu cotidiano, o que torna mais fácil a associação do teórico com o prático. Nesse sentido, o professor tem a possibilidade de explorar o conteúdo referente a paisagem fazendo associação ao contexto geográfico em que os alunos estão inseridos, permitindo que a reflexão saia do campo das abstrações e permeie sobre a realidade concreta dos mesmos.

Apensar de não abordar a paisagem de acordo com a classificação de Meining (2002) é possível analisar e utilizar as imagens trazidas pelo livro didático considerando as contribuições deste autor. Em outras palavras, o professor tem a possiblidade de explorar as imagens disponíveis no livro em benéfico do seu exercício, ou seja, mesmo que o material disponível não contemple o conteúdo de forma completa o professor pode e deve utilizar o seu conhecimento para o seu adequado uso. Considerando o exposto elencamos duas imagens trazidas pelo livro didático que podem ser exploradas considerando a paisagem como artefato e riqueza, mesmo que o conteúdo as trate desta maneira.

A paisagem artefato é facilmente notada apenas nas imagens, onde é possível visualizar a transformação da natureza pelo homem a partir da utilização das tecnologias, este tipo de paisagem criada artificialmente possui como base concreta a natureza física como ilustrado na Imagem 01.

Imagem 01: Vista aérea de Montevideo, capital do Uruguai, exemplo de paisagem como artefato.
Fonte: Vesentini; Vlach, livro didático, 2011.

A paisagem como riqueza muitas vezes é confundida com a paisagem artefato, porém as duas se diferenciam essencialmente no fator financeiro. De acordo com Meinig (2002) a paisagem como riqueza utiliza os aspectos físicos na geração de lucro para o crescimento, o objetivo é transformar a paisagem no intuito de benefício próprio, sem importa-se com as consequências para o meio natural. A imagem 02 ilustra dois exemplos deste.

Imagem 02: Hidrelétrica de Itaipu e a Patagônia, exemplo de paisagem como riqueza.
Fonte: Vesentini; Vlach, livro didático, 2011

Todavia, a escolha destas paisagens não significa que são a melhor forma ou a única de analisar a paisagem. Pois, uma mesma paisagem pode ter dez versões (MEINIG, 2002), a versão que o professor escolher deve está de acordo com o conteúdo didático e a imagem que o livro apresenta, embasando suas reflexões a partir dos textos científicos.

REFLEXÕES FINAIS

A partir das paisagens trabalhadas no texto científico, pode-se perceber a superficialidade da paisagem abordada pelo livro didático, onde, é marcante a constante dualidade da relação sociedade-natureza. Destarte, após as análises conclui-se que os textos científicos cumprem o importante papel de sanar as falhas encontradas no livro didático, bem como, adensa-lo dando consistência à discussão acerca da paisagem, atuando para um processo de aprendizagem reflexiva.

No presente artigo foi possível visualizar diferentes abordagens da categoria geográfica paisagem. No entanto, foram trabalhadas de forma mais profunda no livro didático a paisagem como Riqueza na a utilização dos aspectos físicos está voltada para a geração de lucro e a paisagem como artefato que predomina na atualidade por meio das construções realizadas pelo homem.

Para a formação docente esse exercício de correlacionar conteúdos didáticos aos textos científicos é de extrema importância, visto que, ao professor de Geografia cabe justamente o papel de fazer com que os alunos sejam sujeitos críticos e reflexivos das realidades estudadas, esses fatos na maioria das vezes estão postos no livro didático de forma superficial, nesse contexto, o conteúdo cientifico adensaria o didático fazendo com que a aprendizagem dos alunos seja significativa, e assim, o professor cumpriria a sua função social.

Nesse sentido, propõe-se que o professor busque nos textos científicos uma forma de trazer conteúdos mais densos e que supra as fragilidades contidas no livro didático. No entanto, não se deve de forma alguma desprezar os livros didáticos, pois ele muita das vezes é a única ferramenta que o aluno possui para visualizar o conteúdo. Nesse contexto, o trabalho do professor é complexo e torna-se de suma importância para correlacionar os conteúdos e apresenta-los aos alunos

de forma que esses sujeitos possam ver a realidade, a partir, de um olhar desvelado, crítico e reflexivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Roberto lobato. **Denis Cosgrove – a paisagem e as imagens.** ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, n.29, 2011, p.7-21.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do homem em macaco.** Brasília: Editora Centelha Cultural, p. 33, 2009.

MEINIG, Donald W. **O olho que observa: dez versões da mesma cena. Espaço e Cultura**, UERJ, RJ. n° 16, p. 35-46, 2003.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia.** Finisterra, XXXVI, 2001, p. 37-53.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SILVA, Vicente de Paulo da. **Paisagem: concepções, aspectos morfológicos e significado.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19(1): 199-215, jun. 2007.

SMITH, Neil; **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1984. P. 27 á 67.

VESENTINE, J. William; VLACH, Vânia. **Geografia Crítica: Geografia do mundo subdesenvolvido-8ºano.** São Paulo: Ática, 2011.

CONSTRUÍNDO UM DIÁLOGO DIDÁTICO-CIENTÍFICO A PARTIR DOS ASPECTOS FÍSICOS DA ÁSIA

Murilo Mateus Soares de Matos
Lucas Silva Leite
Daniele Luciano Santos

INTRODUÇÃO

Existe a constante necessidade do professor analisar os conteúdos contidos nos livros didáticos no sentido de possibilitar transmissão destes conteúdos de forma mais densa possível, fazendo-se preciso a complementação dos mesmos ou até mesmo sua reformulação/readequação de forma que estes estejam de acordo com uma Geografia que prime pelo aguçamento da criticidade do aluno. Assim, o presente ensaio justifica-se pela necessidade de aproximação entre as categorias da Geografia, a partir de um diálogo relacional envolvendo a Geografia da sala de aula na educação básica e a Geografia acadêmica, tendo como elo o livro didático, com foco no conteúdo que versa sobre os aspectos físicos da Ásia e a categoria paisagem.

Neste ensaio, busca-se refletir acerca dos aspectos físicos do continente asiático, esposado na obra didática "Projeto Radix: Geografia para o 9º ano", à luz da categoria paisagem defendida por Holzer. Ao fazer essa reflexão por meio da análise do conteúdo, visa-se relacionar o conceito de paisagem que os autores didáticos utilizam na abordagem do conteúdo acerca do continente asiático.

O que motiva esta análise é a busca constante pela Geografia crítica no ensino básico e superior, principalmente a necessidade de exercitar a relação teoria e prática docente. Para isso, a proposta é compreender como são desenvolvidos os livros didáticos e como eles abordam os conteúdos, especificamente aqueles referentes aos aspectos físicos do continente asiático, que são analisados neste artigo e se realmente contextualizam a relação existente entre o homem e a natureza numa dialética inseparável, sob um olhar geográfico, uma vez

que é de fundamental importância o professor da disciplina de Geografia compreender esta vertente de análise, com a execução de uma metodologia adequada a este contexto, para que seja possível identificar as prováveis falhas e equívocos do livro didático.

A metodologia utilizada divide-se em duas partes. Primeiramente a revisão teórica acerca da categoria de análise geográfica paisagem, que serviu de suporte durante a reflexão dos conteúdos do livro didático. Posteriormente, a técnica Análise do Conteúdo fundamentada em Bardin (1977), que tanto pode ser quantitativa quando traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto, quanto qualitativa ao considerar a presença ou a ausência de uma dada característica ou conjunto de características de conteúdo num determinado fragmento do texto ou mensagem.

Ao adotar os procedimentos metodológicos citados acima o *paper* foi estruturado em cinco partes. O resumo no qual se apresenta o objetivo do trabalho, a abordagem teórico-conceitual e a metodologia; seguido pela Introdução; a Relação homem-natureza sob a análise da categoria paisagem; a reflexão didático-cientifica e por fim as considerações finais.

RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA PERSPECTIVA DA CATEGORIA PAISAGEM

No princípio a Geografia se limitou apenas à descrição das coisas, com um viés positivista, guiada pela corrente geográfica teorética quantitativa. Com o passar do tempo surgiram novas abordagens teóricas que rompem com a Geografia tradicional para as quais apenas a técnica de descrição não era suficiente. Com as críticas feitas e novas ideias propostas, a Geografia passou a ser a ciência que além de descrever, também explicava o espaço de vivência do homem, o que se tornou sua especificidade, o espaço geográfico. Este espaço, onde há a interação entre a natureza e a sociedade passou a ser debatido pela Geografia crítica e, logo em seguida, pela Geografia de abordagem humanista. Toda essa trajetória de avanços e críticas alimentou o debate, possibilitou a ampliação dos limites dessa ciência e o aprimoramento da mesma.

A Geografia passou por mudanças, e com ela, seus conceitos e categorias foram sendo revistos. Neste trabalho será discutida especificamente a paisagem, a qual tem sido centro de análises há muito tempo na ciência geográfica; Segundo Schier (2003), "a paisagem vem sendo discutida para se entender as relações sociais e naturais em um determinado espaço". Na Geografia a interpretação do que é uma paisagem varia de acordo com a abordagem geográfica escolhida, assim como as influências culturais e ideológicas.

O conceito da paisagem foi sendo aprimorado com o passar do tempo, Schier (2003) vem ressaltar que:

> Tradicionalmente, os geógrafos diferenciam entre a paisagem natural e a paisagem cultural. A paisagem natural refere-se aos elementos combinados de terreno, vegetação, solo, rios e lagos, enquanto a paisagem cultural, humanizada, inclui todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbanos e rurais (SCHIER, 2003, p.80).

As diferentes paisagens citadas acima são marcadas pela composição dos seus elementos sendo eles de predomínio natural ou cultural, mas não deixa clara a relação de influência exercida entre ambos os elementos. Em sua análise, Corrêa (2011) ressalta que a paisagem cultural é um dos conceitos-chaves mais importantes, desde a institucionalização da Geografia enquanto disciplina acadêmica, tendo sido realizados inúmeros estudos empíricos e flexões teóricas sobre a temática. Para Corrêa (2011, p. 10) "a paisagem, contudo, não é apenas forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica impregnada de valores", a paisagem deixa de ser composta apenas pelo o que é observável e passa a ser complementada pelo subjetivo (sentimento, cheiros, sabores, entre outros).

Atualmente, no conceito de paisagem têm sido enfatizados os aspectos culturais, pois ele desempenha importante influência comportamental das pessoas em relação ao ambiente. Estes aspectos elucidam a compreensão da ação humana sobre a natureza. De acordo com Holzer (1996, p.80):

> Determinadas paisagens apresentam, na sua configuração, marcas culturais e recebem, assim, uma identidade típica. A problemática ambiental moderna está ligada à questão cultural e leva em consideração a ação diferenciada do homem na paisagem. Desta forma, a transformação da paisagem pelo homem representa um dos elementos principais na sua formação.

Ao abordar a paisagem na Geografia em uma perspectiva sociocultural, é de extrema importância compreender a existência do homem enquanto ser modelador desse meio/espaço físico. A geograficidade se refere ao contexto do homem inserido na natureza como construtor e reprodutor social, que está constantemente ligado a essas relações. Como afirma Holzer, (1996, p.80):

> A geograficidade não se refere ao espaço como constructo, ela se refere ao espaço geográfico que, "tem um horizonte, um modelado, cor, densidade". A geograficidade, enquanto essência define a relação do ser-no-mundo, e não do ser-no-espaço. Isto é fácil de compreender a partir da consulta a qualquer dicionário, onde o espaço é definido como: "distância entre dois pontos, ou área ou volume entre limites determinados".

A paisagem que é representada pelo meio ambiente ao qual caracteriza os aspectos das relações existentes entre o homem e a natureza possibilitam, enquanto suporte analítico, a compreensão dessa dialética e dinâmica sócio espacial. É na paisagem que estão inseridos os aspectos físicos e humanos. Segundo Holzer:

> [Ela] incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive. Mais do que isso, ela denota o potencial que um determinado suporte físico, a partir de suas características naturais, pode ter para o homem que se propõe a explorá-lo com as técnicas que dispõe. Este é um dos conceitos

> essenciais da Geografia: o conceito de paisagem (1996, p. 81).

Dessa forma, a paisagem se torna uma ferramenta enquanto categoria de análise para a Geografia e de grande relevância para a compreensão de determinados contextos, que tornam a ciência geográfica elucidativa, que tem capacidade de esclarecer realidades muitas das vezes compreendidas como complexas. Para Holzer (1996, p. 81) "A paisagem assim, como lugar e região, é um desses temas que permitem à Geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia". Percebe-se a importância da ciência para a compreensão do mundo, da realidade, onde existe a complexa relação entre a sociedade e a natureza, com um olhar a partir da categoria paisagem.

Dentre os autores e suas respectivas abordagens apresentadas, no presente trabalho adota-se como fundamentação o conceito de paisagem tal como Holzer (1996), considerando-o necessário para compreender os significados que dão sentido a paisagem asiática trabalhada no livro didático escolhido para a análise, pois, entende-se que toda ação humana está impregnada de significados que são traduzidos na paisagem.

UM OLHAR EM TORNO DOS ASPECTOS FÍSICOS DA ÁSIA À LUZ DA CATEGORIA PAISAGEM

Neste tópico, a base analítica está nos textos científicos referentes à categoria paisagem, bem como uma reflexão em torno da forma como são trabalhados os aspectos físicos da Ásia no livro didático *Projeto Radix: Geografia* para o 9º ano do Ensino Fundamental, dos autores Garcia e Bollucci. Para tanto, como metodologia a Análise do Conteúdo, que se refere a:

> um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

> produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Portanto, tendo como referência as contribuições de autores teóricos da Geografia que abordam a paisagem, além da técnica de análise proposta por Bardin (1977), destaca-se a descrição do conteúdo didático, a análise crítica da categoria paisagem apresentada no livro didático, evidenciando a necessidade de abordar didaticamente a paisagem sociocultural.

O CONTEÚDO DIDÁTICO

O livro didático selecionado para realizar a análise foi *Projeto Radix: Geografia* para o 9º ano do Ensino Fundamental, da Editora Scipione, elaborado pelos autores Valquíria Pires Garcia[3] e Beluce Bellucci[4]. O livro é estruturado em oito módulos. O escolhido para análise foi o módulo sete, que contém conteúdos pertinentes ao continente asiático. A abordagem será feita sobre os aspectos físicos deste continente, ao quais os autores subdividiram o capítulo com ênfase nesta temática em dois subcapítulos: Relevo e hidrografia; Clima

[3]Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (2000) e especialização em História e Filosofia da Ciência pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Mestrado em Geografia - Área de Concentração em Dinâmica Espaço Ambiental. Doutoranda em Geografia - Área de Concentração em Dinâmica Espaço Ambiental. Trabalha com autoria de livros didáticos direcionados à área de Geografia do ensino fundamental I e II. Professora do curso de graduação em Geografia na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) na modalidade EaD. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4979491U5>. Acesso em 30 de abril de 2016.

[4] Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2005), graduado em Desenvolvimento Econômico e Social - Université de Paris I - Sorbonne (1975), mestrado em Desenvolvimento Agrário - Université de Paris I - Sorbonne (1977). É professor de história econômica com ênfase em história contemporânea da África e no processo de globalização. Tem experiência em processos organizativos institucionais, elaboração, avaliação e execução de projetos corporativos e em administração universitária. É diretor de educação a distância da Universidade Candido Mendes, onde é professor e coordena o curso de Historia da Africa e do Negro no Brasil. Nesta instituição foi Pró-Reitor de Graduação e Diretor do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, tendo coordenado a implantação da modalidade EaD na universidade. É presidente da Associação Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
Disponível em:<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787509Z6>. Acesso em 30 de abril de 2016.

e formações vegetais, além de um texto complementar ao final, com o título: "O clima de monções e o cultivo de arroz na Ásia".

O módulo sete é intitulado "Ásia", e em sua apresentação traz uma fotomontagem com fonte da NASA. Para início do conteúdo, os autores ressaltam que o continente asiático foi o berço de algumas das culturas mais antigas do mundo e releva como sendo uma das características mais marcantes do continente a riqueza da diversidade, comparando-a a um "mosaico" étnico e cultural. Os autores, após essas afirmações, indagam ao leitor quais características do continente asiático ele conhece e solicita uma socialização delas. Pedem ainda que o leitor cite alguns países que fazem parte deste continente e teçam comentários sobre eles.

Dando sequência, Garcia e Bollucci (2012), abordam os aspectos gerais do continente, como por exemplo, a área territorial e características dimensionais, mencionando os limites do norte, sul, leste e oeste. Apresentam características em relação à dimensão populacional, elucida a existência da grande diversidade étnico-cultural e características naturais deste continente. Além de esclarecer uma forma de regionalização da Ásia em: extremo oriente, sul da Ásia, sudeste da Ásia, países da ex-União-Soviética e Oriente Médio, e a representa em um mapa.

Em seguida, o subcapítulo aborda o relevo e a hidrografia. Com relação ao relevo, destaca a grande diversidade natural, que apresenta altitudes bem distintas, mostrando em um mapa físico estas diferenças no continente com o auxílio de cores variadas e contextualiza a formação da existência de algumas morfologias. Com relação à hidrografia, os autores destacam a presença de muitos rios no continente. Salientam a origem, bem como a importância e os principais rios da Ásia. E por fim, elucidam este conteúdo com imagens representando o Rio Mekong, no Camboja passando por uma das cidades do país, além de uma imagem real de satélite do Mar Morto, localizado no Oriente Médio.

No subcapítulo acerca do clima e das formações vegetais, Garcia e Bollucci (2012) iniciam a abordagem citando a posição geográfica do continente asiático e sua grande extensão longitudinal, que se estende desde as altas latitudes polares do hemisfério norte, até as baixas latitudes equatoriais, a qual possibilita à presença de diversos

tipos climáticos, citando a possibilidade de existência desde climas extremamente frios até muito quentes e de climas muito seco até bastante chuvosos.

Os autores dão continuidade ao conteúdo, ressaltando que além da posição geográfica do continente asiático, há climas que sofre influência de fatores orogênicos, por exemplo: ressalta que em extensas áreas interioranas do continente situadas a sota-vento de grandes cadeias montanhosas há a atuação de climas desérticos, e que em áreas localizadas sobre essas cadeias montanhosas há a ocorrência do clima frio de montanha; aborda também outros climas que sofrem influência de ventos sazonais que sopram no continente, fenômeno esse que é posteriormente descrito de forma detalhada no decorrer do conteúdo.

Posterior à descrição, há a elucidação com o uso de um mapa físico, no qual demonstram a distribuição dos principais tipos climáticos que atuam no continente asiático por meio do uso de cores distintas e adequadas para fazer a diferenciação. Logo após, os autores citam que devido à grande diversidade climática, há no continente uma enorme variedade de formação vegetal, que se altera de acordo com o domínio climático. Garcia e Bellucci (2012) utilizam um mapa físico da distribuição da vegetação na Ásia contendo cores contrastantes as quais facilitam a distinção e identificação pelo aluno.

Após fazer uma breve referência sobre a cobertura vegetal do continente asiático, os autores se atêm a descrever alguns dos climas presentes na Ásia, localizando suas regiões de abrangência e os tipos de cobertura vegetal associado. Acerca do clima polar, eles ressaltam o local de ocorrência (regiões polares do extremo norte da Rússia), a variação de temperatura, podendo nesse clima atingir -50ºC no período de inverno e apresentar verões amenos com temperaturas na casa dos 10ºC, e citam o tipo de vegetação encontrada nesse domínio climático (tundra), para exemplificar, os autores utilizam uma foto tirada na Rússia em 2010 com uma paisagem de domínio tundra.

Em relação ao clima frio, ressaltaram que há a ocorrência em regiões de latitudes elevadas, e nesse clima há a presença de invernos bastante rigorosos, e que a vegetação predominante é a floresta de conífera ou taiga. No clima temperado, destaca que ocorre nas latitudes médias do continente e, a presença de estações bem definidas e com precipitações regularmente distribuídas ao longo do ano, tendo a

ocorrência de neve no inverno e que o tipo de vegetação predominante nesse domínio climático é a floresta temperada. Nestes dois últimos climas descritos, Garcia e Bollucci (2012) não utilizaram imagens exemplificativas.

Ao abordar sobre os climas tropicais e equatoriais, enfatizam que eles ocorrem nas baixas latitudes equatoriais, marcados por climas quentes com uma média de temperaturas acima de 25ºC, e por serem úmidos, destacando o equatorial como mais chuvoso que o tropical. Relatam acerca do desenvolvimento das exuberantes e densas florestas tropicais e equatoriais nesses domínios climáticos, ressaltando a riqueza da biodiversidade presente nelas. Garcia e Bellucci (2012) utilizam como exemplificação, uma imagem tirada nas Filipinas em 2011 com a paisagem da floresta tropical.

Acerca dos climas desérticos e semiáridos, citam que ocupam extensas áreas do continente, e que esses climas são caracterizados pelos baixos índices pluviométricos e pela amplitude térmica elevada, onde a vegetação associada a esse domínio climático são espécies adaptadas à escassez hídrica, e que há nas regiões semiáridas a formação de estepes, um tipo de vegetação natural. Os autores utilizam de uma imagem tirada em 2008 com a paisagem do Deserto de Gobi, localizado na Mongólia.

Descrevendo o clima de altitude, relatam como sendo atuante nas grandes altitudes das regiões montanhosas que ocupam boa parte da porção central do continente. Em relação à temperatura, ressaltam que há nesse domínio climático a ocorrência de temperaturas baixas, invernos rigorosos e precipitação geralmente na forma de neve. E que devido às temperaturas extremamente baixas e a presença de geleiras, há o impedimento no aparecimento de vegetação nas áreas mais elevada das montanhas. Porém, em áreas de altitude menos elevada, onde o frio é menos rigoroso, há o desenvolvimento de florestas de coníferas e de campos de altitude. Os autores utilizam, para exemplificação, uma foto de 2010 feita no Nepal, da cordilheira do Himalaia, dentre as quatro imagens utilizadas para a exemplificação dos tipos de clima, essa é a única onde pode ser vista a presença de elementos culturais na paisagem (alpinistas).

Após a abordagem de todo o conteúdo referente ao relevo e hidrografia, clima e formações vegetais do continente asiático, Garcia e

Bellucci (2012) utilizam um texto complementar no qual fazem uma correlação acerca do clima de monções, citado no início do último subcapitulo e o cultivo de arroz na Ásia. Nesse texto auxiliar, os autores iniciam com a abordagem do fenômeno climático das monções e sua influência no sul e sudeste asiático, descrevendo o mecanismo de funcionamento desse fenômeno. Em sequência, abordam sobre o milenar cultivo de arroz nos países do sul e sudeste asiático, o qual é diretamente influenciado pelo fenômeno das monções.

Há, nesse texto complementar, o uso de mapas e imagens. A princípio utilizam o primeiro mapa para demonstrar a ação e abrangência dos ventos quentes e úmidos que sopram, entre os meses de maio e outubro, dos oceanos em direção ao sul e sudeste do continente. As imagens posteriores ao primeiro mapa demonstram a ação humana, tanto na primeira fotografia tirada na Indonésia em 2010, quanto na segunda registrada em Dali na China também em 2010, são representados o preparo da terra para o plantio de arroz e o plantio das mudas, respectivamente.

No segundo mapa utilizado, os autores demonstram o processo inverso, ressaltando a ocorrência de ventos frios e secos vindos da direção das montanhas com sentido aos oceanos, os quais sopram entre os meses de novembro e abril. Eles também ressaltam que esse processo impede a ocorrência de chuvas tornando o clima mais seco no continente. Porém, ambos os mapas do texto complementar apresentam a localização da cordilheira do Himalaia, o planalto do Tibete e o deserto de Gobi. As imagens posteriores ao segundo mapa demonstraram a ação humana, tanto na primeira imagem fotografada na Índia em 2009, quanto na segunda foto de 2011 tirada em Bali na Indonésia, ao retratar a retirada de pragas presentes na lavoura e na colheita manual do arroz, respectivamente.

Garcia e Bellucci (2012), concluem o texto complementar ressaltando que, embora as lavouras encontradas no sul e sudeste asiático sejam cultivadas com técnicas tradicionais e estejam situadas nos terraços ou nas áreas de planície, apresenta produtividade bastante elevada, produtividade esta, que segundo os autores, deve-se tanto à irrigação quanto ao uso intensivo de mão de obra.

Após todas as abordagens, os autores propõem uma atividade com cinco questões, onde apenas a segunda questão demanda do aluno

uma resposta pessoal, as outras questões apenas exigem observação, descrição e correta interpretação de texto. Na atividade os autores fazem uso de uma imagem demonstrando o processo de formação da cordilheira do Himalaia e um fragmento de revista.

A PAISAGEM NA OBRA DIDÁTICA

O módulo sete se inicia com o uso de uma paisagem física, por meio de uma fotomontagem usada para dar ênfase ao território asiático, ao qual se apresenta como uma paisagem natural, sem aspectos da interferência humana, devido também à escala aplicada na imagem, que não permite a percepção detalhada dos elementos.

A continuidade do conteúdo se dá com a abordagem do relevo do continente asiático, como as diferentes morfologias existentes, bem como os processos de formação dos mesmos. Faz o uso de um mapa altimétrico para espacializar no continente os diferentes níveis de altitude. Mas de um ponto de vista de uma paisagem sociocultural, a abordagem é inexistente, não se faz uma relação desse relevo com a população do continente, e nem se este relevo influencia na dinâmica da vivência da população, apenas aborda o relevo como elemento único.

Em seguida, aborda o conteúdo hidrografia do continente asiático a partir do enfoque da paisagem natural que apresenta apenas características físicas, sem relações sociedade/natureza. Porém, os autores se utilizam de uma imagem que representa a paisagem sociocultural, na qual apresenta elementos que comprovam esta relação, entre homem e a natureza, onde se observa elementos urbanos construídos às margens de um rio que caracteriza uma das formas como o homem se apropria desse meio natural por meios de suas técnicas para benefício próprio. Estando presentes e visíveis na paisagem sociocultural representada na imagem às transformações antrópicas.

Durante a descrição dos tipos climáticos os autores dão preferência na utilização de uma paisagem que prima pelos aspectos físicos, sem a inserção do homem como elemento da paisagem que está diretamente ligado a esse meio natural. São elencados por meios das imagens os diferentes tipos climáticos existentes no continente asiático.

Os autores não fazem alusão, no decorrer do conteúdo principal, à influência do clima sob a organização espacial e sob as formas de produção da população asiática. Em suas descrições ressaltam de forma simples a associação existente entre domínio climático e o tipo de formação vegetal.

Do mesmo modo como trabalharam os climas, na abordagem dos diferentes tipos de formações vegetais existentes no continente asiáticos, Garcia e Bollucci (2012) não contextualizam o homem como elemento atuante e agente modelador, que influencia diretamente nesta paisagem. Apresentam o conteúdo e as imagens de forma dicotomizada, sem relacionar a sociedade e a natureza em sua paisagem.

Somente na abordagem do texto complementar, os autores contextualizam o conteúdo com a inserção do homem em meio ao espaço natural formando uma paisagem sociocultural. Neste texto, são elencadas questões acerca do cultivo do arroz no continente asiático, produção que está diretamente ligada ao tipo de clima e a determinados fenômenos climáticos da região que favorece o desenvolvimento do cultivo. Nas imagens são apresentadas as paisagens com seus elementos naturais e culturais, ressaltando a presença ativa do homem como agente modelador dessa paisagem. As imagens utilizadas demonstram a intensa interação humana com os aspectos naturais da paisagem. Esta interação altera a paisagem e consequentemente também é alterada por ela, ou seja, o homem é parte integrante dela e sujeito nessa dialética.

O OUTRO TRILHAR: O CONTEÚDO DIDÁTICO QUE PRIME PELA PAISAGEM SOCIOCULTURAL

A paisagem abordada no conteúdo sobre o continente asiático pelo livro didático selecionado para análise destaca os aspectos físicos existentes no continente, prioriza a representação de uma paisagem contendo apenas elementos naturais, onde não há a presença do homem como elemento modelador do espaço. Ou seja, tal como Schier (2003) destaca a paisagem natural, sendo aquela resultada da combinação dos elementos naturais.

No ensino de Geografia devem ser priorizadas as constantes inter-relações existentes entre o homem e a natureza. Por meio de suas técnicas o homem age nesta paisagem, sob os elementos naturais que a

natureza possui para usufruir de benefícios e se reproduzindo socialmente, tornando-o sujeito agente nessa dinâmica, sendo o formador dos elementos culturais. Ou seja, tal como Schier (2003), é na paisagem cultural que é expressa as transformações que partem do homem, por este motivo também chamada de humanizada.

Quando nos atemos a conceituar a paisagem de forma tradicional, dando ênfase aos seus elementos de forma distinta, selecionando em apenas naturais ou culturais, deixamos de lado a possibilidade de inserção do homem enquanto agente e reflexo da paisagem, pois assim como afirma Holzer (1996) na paisagem está incorporado ao meio físico os traços imprimidos pelo homem, por meio do seu trabalho, ações estas produzidas pelo homem enquanto agente, e não como mero espectador. O estudo da paisagem enquanto um reflexo sociocultural é uma das formas mais indicadas, principalmente nos dias de hoje, nos quais a ação humana abarca quase que todo o mundo.

Garcia e Bollucci (2012) ao abordarem os aspectos físicos do continente asiático em seu livro didático, deveriam inserir o homem como elemento fundamental, que exerce extrema influência sobre essa paisagem, homem este que ao atribuir suas ações sobre esta natureza composta por elementos naturais transforma esta paisagem, tornando-a composta também por elementos culturais. No princípio, por exemplo, ao abordar questões inerentes ao relevo asiático, mostrar como a população se organiza espacialmente, e como se reproduz a partir da influência dos diversos tipos de relevo existentes. Se realmente esse meio natural composto por elementos físicos exerce influência sobre a sociedade e vice-versa, no lugar de apenas descrever morfologicamente os relevos, bem como os seus processos de formação.

Ao abordar o conteúdo sobre hidrografia do continente asiático, os autores apenas citam que os rios existentes na Ásia são de grande relevância para a população, mas não contextualizam essa importância, os benefícios que a sociedade extrai da hidrografia continental. E sobre como o homem se apropria desta hidrografia para desenvolver suas atividades socioeconômicas. Os autores ao abordar essa temática deveriam contextualizar as formas de produção da população sob a influência dos rios, mostrarem o papel dos rios na sociedade asiática, e de que maneira a hidrografia influencia na

economia do continente. Deve-se inserir o homem na paisagem como elemento transformador, para assim abranger a paisagem com elementos socioculturais, resultantes da ação humana.

De mesmo modo durante a explanação do conteúdo acerca do clima e as formações vegetais, os autores primam por uma valorização dos elementos físicos da paisagem, não demonstrando o homem enquanto agente modificador e modificado pela paisagem, é necessário que se faça essa ligação entre a natureza e o homem, mostrando ao aluno a dinamicidade do espaço geográfico. O quanto este espaço sofre mudanças constantemente, perceptíveis na visualização da paisagem, com as ações ocasionadas pelas atividades humanas.

Os autores poderiam ainda no decorrer da explanação do conteúdo associar o modo de vida das sociedades (vestimentas, gastronomia, moradia, entre outros) aos diversos tipos climáticos e de cobertura vegetal existente no continente asiático. Pois segundo Corrêa (2011) a paisagem também é forma simbólica impregnada de valores, ela é complementada pelo subjetivo (sentimento, cheiros, sabores, entre outros).

É necessário demonstrar por meio das paisagens como o homem enquanto parte dessa paisagem sociocultural, está inserido nos diversos ambientes no continente asiático, o qual apresenta diferentes climas, diversas formas de cobertura vegetal, variada disponibilidade hídrica, entre outras peculiaridades, auxiliando o aluno à percepção das diferentes paisagens e do reflexo nas diferentes sociedades. Como citado anteriormente, apenas no texto complementar os autores são felizes ao trazer imagens mostrando paisagens onde o homem está inserido, ressaltando a ação antrópica tendo como reflexo os fatores climáticos que influenciam em toda uma dinâmica de circulação dos ventos, e em todo um sistema de cultivo de arroz, demonstrando essa ligação homem e natureza, durante o conteúdo faltou mais relações como esta, a qual enriquece o assunto e auxilia no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Ao inserir o homem enquanto elemento da paisagem há a possibilidade de uma sensibilização por parte do aluno, permitindo que este se sinta parte da paisagem, e com isso responsável por ela, responsável por cuidar e agir com cautela, pois enquanto elemento, o

homem certamente sentirá os reflexos das más ações produzidas no ambiente. Demonstrar também as paisagens de hoje são reflexo de ações no passado, elas funcionam como uma herança, deixada com ou sem intenção, por nossos antecessores, suscitando questionamentos sobre que paisagem deixar para os nossos sucessores.

REFLEXÕES FINAIS

É destacável a importância de realizar a análise crítica e construtiva do livro didático a partir da fundamentação teórica, neste trabalho especificamente, sobre a categoria de análise geográfica paisagem, ao qual serve como suporte analítico para o aprofundamento dialético entre os textos científicos e o livro didático de Geografia.

Para o professor de Geografia em sala de aula é de grande relevância a compreensão da abordagem dos conteúdos do livro didático pelos autores, para que assim o mesmo consiga elucidar de forma instigante e reflexiva para o aluno, e dessa forma o processo de ensino/aprendizagem se dê de forma efetiva.

A análise prévia do que está contido no material didático é de suma importância para perceber as limitações existentes e os pontos chaves. Feito isto, o professor tem a possibilidade de complementar o conteúdo, auxiliando na compreensão do mesmo pelos alunos e desmistificando possíveis equívocos no material. Com isso terá a chance de, assim como foi feito neste trabalho, cursar outro trilhar, ter novas expectativas e ideias de como trabalhar o conteúdo. Portanto, esta reflexão é inerente ao exercício da função do professor.

Para a Geografia, esta abordagem analítica se faz de fundamental importância uma vez que possibilita ao professor elucidar para os alunos os conteúdos de forma crítica e reflexiva, mostrando a importância desses em seu cotidiano e no das pessoas, pois esse é o papel da disciplina de Geografia no currículo escolar, formar cidadãos pensantes, cientes de suas práticas sociais e não apenas aborda o conteúdo de forma dicotomizada para que o discente apenas assimile sem refletir sobre o que está presente em sua realidade, sem fazer a relação entre o teórico que é abordado nos livros didáticos e a prática da vida cotidiana.

Durante a formação do futuro licenciando em Geografia, a compreensão de como realizar uma análise de conteúdo do livro didático se faz de extrema importância, para que o mesmo ainda na universidade compreenda que existem essas lacunas nos livros. E que ao tornar-se profissional da educação saiba como identificar e solucionar estes "problemas" existentes na abordagem dos conteúdos de Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN,Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

CORRÊA, Roberto Lobato. Denis Cosgrove – A paisagem e as imagens.**Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n.29, p.7-21, Jan./Jun. de 2011.

GARCIA, Valquíria Pires. BOLLUCCI, Beluce. Projeto radix: **Geografia, 9º ano**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2012.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente**. Universidade Federal Fluminense - UFF, 1996.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia.**Ra'ega, Curitiba**, v. 7, n.7, p. 79-85, 2003.

SOBRE OS AUTORES

Periferia em foco - Tecendo diálogos didático-científicos em torno da ciência geográfica é uma produção coletiva sob a organização dos professores Roseane Cristina Santos Gomes, César Augusto França Ribeiro, Daniele Luciano Santos e Luan Lacerda Ramos. A professora Dra. Roseane Cristina Santos Gomes ministrou a disciplina "Geografia Regional dos Países Periféricos" pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe entre os meses de fevereiro e junho de 2016, período no qual supervisionou a construção dos artigos que compõe este livro.

Roseane Cristina Santos Gomes é docente adjunta do Departamento de Geografia desde 2013; é Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Possui Estágio Doutoral realizado na *Universidad Autonóma del Estado de México* (UAEMex); é Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS); Especialista em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros Sergipanos (ECOS/UFS); Licenciada e Bacharel em Geografia pela mesma instituição em que trabalha.

O professor César Augusto França Ribeiro é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. É Licenciado em Geografia pela UFS. Atualmente, além do mestrado, está cursando Ciências Sociais Bacharelado, também pela UFS. Atuou como professor de Geografia na Rede Privada de Ensino Básico do estado de Sergipe.

A professora Daniele Luciano Santos é mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e nesta mesma instituição completou o curso de Licenciatura em Geografia. Atuou como professora contratada pela Secretaria Municipal de Itaporanga d'Ajuda/ SE quando lecionou as disciplinas Geografia e Sociedade e Cultura.

O professor Luan Lacerda Ramos Graduado em Ciências Sociais licenciatura pela Universidade Nove de Julho/São Paulo. Atualmente, é mestrando e graduando em Geografia pela Universidade

Federal de Sergipe. Atuou como professor contratado pela Secretaria do Estado de Educação do Estado de São Paulo, lecionando as disciplinas História, Filosofia e Sociologia.

Os artigos que compõe este livro foram escritos por graduandos de diferentes períodos do curso de Geografia Licenciatura, matriculados nas disciplinas "Geografia Regional dos Países Periféricos" e ou "Geografia do Brasil" com as devidas contribuições dos professores organizadores e também autores Roseane C. S. Gomes, César A. F. Ribeiro, Daniele L. Santos e Luan L. Ramos, com a colaboração da professora autora Acássia Cristina Souza.

A professora Acássia Cristina Souza é Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. É Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. É docente do Departamento de Geografia da na mesma instituição de formação. Possui experiência em Geografia Regional que inclui as disciplinas Organização do Espaço Muldial e Geografia do Brasil; atua nas áreas de Educação Ambiental, formação de professores e Dinâmica Ambiental.

Os autores Maria Heluiza de Carvalho, Matheus Chagas Silva, Mizael Dias Aquino, Murilo Mateus Soares de Matos, Lucas Silva Leite, Hugo José Nascimento dos Santos, Isa Tauana Soares Santos, Denisson da Silva Santos, Francilaine de Menezes Santos, Aline Celestina dos Santos, Welline Resende Guimaraes, William Policarpo dos Santos, Maclene da Silva Silva, Cyntia Sena Santos, Walter Luiz de Jesus Pires, Tereza Raquel Muniz de Paulo, Wallace Fernando da Silva Santos e José Rival de Araújo são graduandos do nono período do curso de Geografia Licenciatura. Já Mauricio de Andrade Souza, Monys Inácio Lima, Lucas de Almeida Santos, Robson de Jesus Santos, Lucas de Almeida Santos, Jonas Emanuel da Rocha Antão, Jaqueline da Silva dos Santos, Thais Moura dos Santos, Daniela Santos Feitoza, Heberty Ruan da Conceição Silva e Marcos Vinicius dos Santos Souza cursam o oitavo período. Jonatas Ribeiro Marques Barbosa, o sétimo período todos do curso de Geografia Licenciatura dos turnos diurno e noturno.

Portanto, são discentes na fase final da graduação que já tiveram ou estão tendo contato com a sala de aula por meio dos estágios obrigatórios. Assim exposto, o compromisso e as parcerias firmadas, entre organizadores e autores em prol do conhecimento e da formação de futuros professores de Geografia, refletem nas reflexões

trazidas nos capítulos que integram a teoria, comum do ambiente acadêmico, à prática docente considerando as possibilidades para a análise e o uso do livro didático enquanto recurso de ensino.